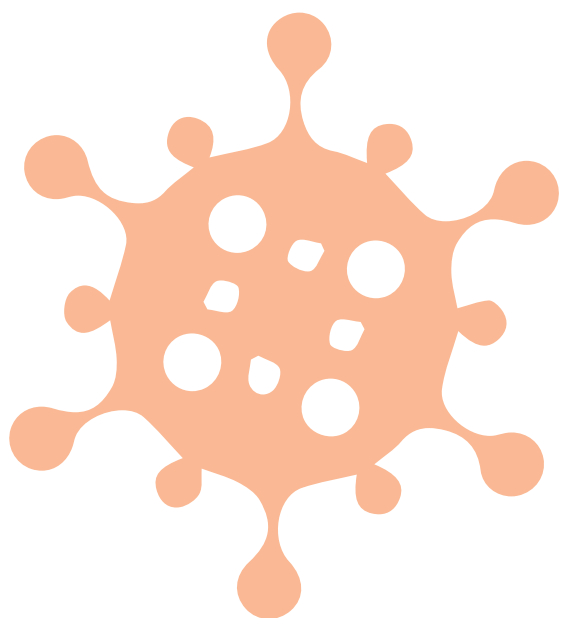


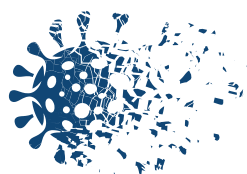
PLANO DE CONTINGÊNCIA DA UFES EM TEMPOS DE COVID-19

2ª EDIÇÃO | ATUALIZADA E AMPLIADA

ESTRATÉGIAS A SEREM IMPLEMENTADAS
DURANTE O PERÍODO DE ISOLAMENTO
SOCIAL E NUM FUTURO CENÁRIO
PÓS-PANDEMIA



**JUNTOS
CONTRA A
COVID-19**



UFES

PLANO DE CONTINGÊNCIA DA UFES EM TEMPOS DE COVID-19

ESTRATÉGIAS A SEREM IMPLEMENTADAS DURANTE O PERÍODO
DE ISOLAMENTO SOCIAL E NUM FUTURO CENÁRIO PÓS-PANDEMIA

GRUPO DE TRABALHO

Cláudia Maria Mendes Gontijo, Lorenzo Augusto Ruschi e Luchi, Mabel Gonçalves Almeida, Neuza Maria Brunoro Costa, Valdemar Lacerda Júnior, Rogério Naques Faleiros (presidente) e Zenólia Christina Campos Figueiredo

COLABORAÇÕES (unidades administrativas e centros de ensino)

- Centro de Artes (CAR)
- Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAIE)
- Centro de Ciências da Saúde (CCS)
- Centro de Ciências Exatas (CCE)
- Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS)
- Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN)
- Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)
- Centro de Educação (CE)
- Centro de Educação Física e Desportos (CEFD)
- Centro Tecnológico (CT)
- Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes)
- Comitê Operativo de Emergência para o Coronavírus (COE/Ufes)
- Editora da Ufes (Edufes)
- Pró-Reitoria de Administração (Proad)
- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci)
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep)
- Pró-Reitoria de Graduação (Prograd)
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
- Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan)
- Restaurante Universitário (RU)
- Secretaria de Relações Internacionais (SRI)
- Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB)
- Superintendência de Infraestrutura (SI)
- Superintendência de Comunicação (Supec)
- Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)

ENTIDADES QUE COLABORARAM COM SUGESTÕES

- Coletivo Taes de Luta
- Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo

FICHA TÉCNICA

Revisão: **Monick Ribeiro** (Superintendência de Comunicação), **Pedro Brito** (Secretaria de Cultura)

Diagramação: **Evandro Campos** (Superintendência de Comunicação),



SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	4
2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO	7
3. OBJETIVOS GERAIS E RESPECTIVOS ESPECÍFICOS	12
1. TRAÇAR OS POSSÍVEIS CENÁRIOS DA PANDEMIA E RESPECTIVAS ESTRATÉGIAS	12
2. REALIZAR DIAGNÓSTICOS, POR MEIO DE ENQUETES E OUTROS INSTRUMENTOS, COM A COMUNIDADE ACADÊMICA DA UFES (EM ELABORAÇÃO)	35
3. PROPOR METODOLOGIAS REMOTAS EM FACE DE CONTINGÊNCIAS	35
4. PROPOR AÇÕES DE EXTENSÃO VINCULADAS À COVID-19	46
5. PROPOR AÇÕES DE PESQUISA VINCULADAS À COVID-19	62
6. PROPOR FORMAS DE REORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS EM FACE DE CONTINGÊNCIAS (EM ELABORAÇÃO)	70
7. PROPOR ORGANIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS QUE VISEM À PREVENÇÃO DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS, A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO – SUPEC (EM ELABORAÇÃO).....	77
8. PROPOR AÇÕES RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA FÍSICA AO FIM DO ISOLAMENTO SOCIAL	82
9. PROPOR REPLANEJAMENTO DE COMPRAS, DE REVISÃO DE CONTRATOS E DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (AÇÕES EM CURSO).....	90
10. AMPLIAR O APOIO PSICOLÓGICO AOS ESTUDANTES E SERVIDORES (DOCENTES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO), COMO TAMBÉM AMPLIAR OS ESFORÇOS COM VISTAS À PERMANÊNCIA DURANTE E APÓS O ISOLAMENTO SOCIAL	99
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
5. REFERÊNCIAS	110



1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 28 de abril de 2020, o reitor da Ufes, Paulo Sérgio de Paula Vargas, emitiu a Portaria nº 248, criando um Grupo de Trabalho (GT) cuja finalidade “é o assessoramento à Administração Central na elaboração de propostas de ações estratégicas para a gestão acadêmica e administrativa frente à situação de prevenção e combate à COVID-19, no que se refere ao período de isolamento social e replanejamento dos trabalhos dos técnicos e docentes, bem como à retomada futura das atividades de modo presencial, observando as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Operativo de Emergência da Ufes - COE, especialmente o Plano de Contingência aprovado para a Ufes e suas possíveis adequações¹”. O prazo (prorrogável) de vigência da portaria foi de 30 dias.

A portaria designou os seguintes integrantes da comunidade acadêmica para a sua composição: Cláudia Maria Mendes Gontijo (presidente), Neuza Maria Brunoro Costa, Neyval Costa Reis Júnior, Rogério Naques Faleiros, Zenólia Christina Campos Figueiredo, Luar Santana de Paula (Sintufes), Ana Carolina Galvão Marsiglia (Adufes), Emanuele Kisse dos Santos Pereira (DCE), Patrícia Paulino Bianchini (suplente) e Junia Cláudia Santana de Mattos Zaidan (Adufes, suplente).

1 Disponível em: <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br/publicacao/detalhar/35479>. Acesso em: 01/05/2020.



Em 1º de junho de 2020, o reitor da Ufes, a partir da Portaria nº 3172, prorrogou o prazo de vigência do GT, incorporando como representantes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) os professores Lorenzo Augusto Ruschi e Luchi e Viviane Mônica Vermes (que, em função de finalização de seu mandato naquele conselho superior, foi posteriormente substituída pela professora Mabel Gonçalves Almeida). Considerando a finalização de sua gestão na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), o professor Neyval Costa Reis Júnior foi substituído pelo professor Valdemar Lacerda Júnior. Ainda, considerando os efeitos da segunda portaria, o professor Rogério Naques Faleiros assumiu a presidência do Grupo de Trabalho. No dia 03 de junho a Adufes comunicou seu desligamento do GT. Tal decisão também foi tomada pelo Sintufes em 17 de junho e pelo DCE em 22 de junho. Assim, desde então, as atividades foram conduzidas e finalizadas pelos seguintes componentes: Cláudia Maria Mendes Gontijo, Lorenzo Augusto Ruschi e Luchi, Mabel Gonçalves Almeida, Neuza Maria Brunoro Costa, Valdemar Lacerda Júnior, Rogério Naques Faleiros (presidente) e Zenólia Christina Campos Figueiredo.

O GT tem como objeto a elaboração de um Plano de Contingência para a Universidade contendo estratégias a serem implementadas durante o período de isolamento social e num futuro cenário pós-pandemia. De maneira ainda preliminar, no Plano de Contingência, pode ser definida a organização de procedimentos e responsabilidades, com o objetivo de orientar as ações durante um evento indesejado. Este Plano descreve de forma clara, concisa e completa as respostas ou ações que podem ser desencadeadas diante de adversidades.

Em 26 de maio de 2020, foram encaminhadas às unidades administrativas e aos centros de ensino da Ufes as versões preliminares dos planos de Contingência e de Biossegurança, no sentido de criar condições para a produção de sugestões e contribuições por parte da comunidade acadêmica, no prazo de 30 dias, esgotado no dia 26 de junho. Nesse intervalo, o Grupo de Trabalho realizou uma série de reuniões com

2 Disponível em: <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br/publicacao/detalhar/36758>. Acesso em: 01/07/2020.



gestores de unidades estratégicas da Universidade, debruçando-se, posteriormente, sobre as sugestões advindas das unidades após o encerramento do prazo de consulta. Destaca-se a riqueza das contribuições enviadas a este GT, dando caráter coletivo ao documento que ora se apresenta³.

Além disso, é necessário notar que o envio dos planos aos centros de ensino proporcionou a criação, no interior dessas unidades acadêmicas, de movimentos de diálogo, ampliando, ao mesmo tempo, a aproximação do GT com a comunidade universitária para finalização deste Plano de Contingência. Tendo em vista o respeito à autonomia dos centros para propor, criticar e se posicionar, foram formados movimentos dialógicos diferenciados que culminaram na produção de documentos/textos variados do ponto estrutural e dos aspectos abordados. Desse modo, é possível verificar na tessitura dos documentos diversas vozes que participaram ativamente do processo de construção dos conteúdos.

3 A íntegra dos planos e das sugestões enviadas a este Grupo de Trabalho estão disponíveis para consulta no Sistema de Protocolo da Ufes – Lepisma, sob os números: 23068.023890/2020-09; 23068.023893/2020-34; 23068.023900/2020-06; 23068.028084/2020-19; 23068.023881/2020-18; 23068.023878/2020-96; 23068.023896/2020-78; 23068.023898/2020-67; 23068.023906/2020-75; 23068.023907/2020-10; 23068.023908/2020-64; 23068.023914/2020-11; 23068.023915/2020-66; 23068.023917/2020-55; 23068.023922/2020-68; 23068.023925/2020-00; 23068.028077/2020-17; 23068.023927/2020-91; 23068.023932/2020-01; 23068.023937/2020-26; 23068.023942/2020-39; 23068.023900/2020-06; 23068.023920/2020-79; 23068.023901/2020-42; 23068.023797/2020-96.



2

DELIMITAÇÃO DO OBJETO

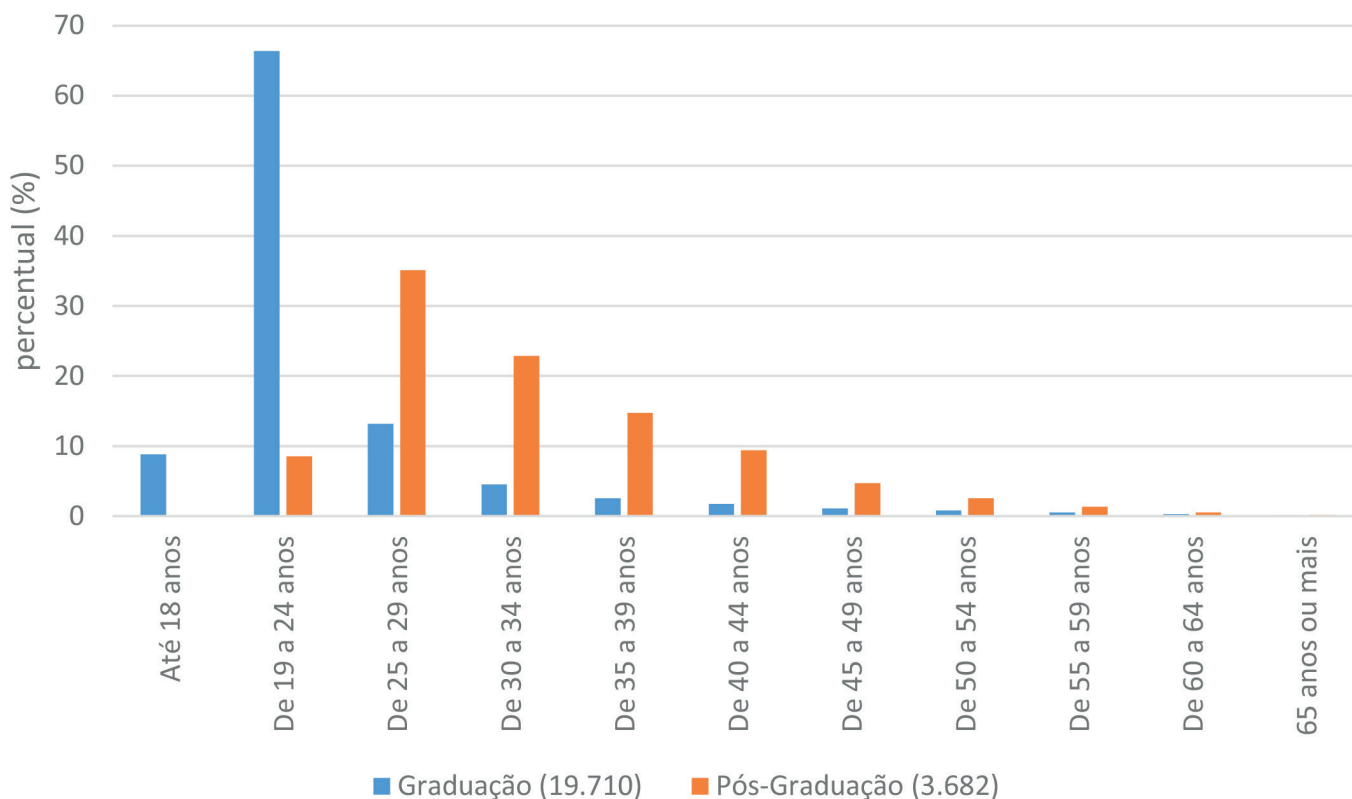
O Plano de Contingência elaborado abarcou a comunidade acadêmica da Ufes, atualmente (dados de matrícula 2020/1 – Prograd), composta por 19.710 alunos de graduação, 3.829 alunos de pós-graduação e 3.933 servidores (docentes e técnicos-administrativos em Educação). Por seu elevado quantitativo e pela natureza de suas atividades, a comunidade acadêmica da Ufes possui intersecções com praticamente todos os municípios do Espírito Santo e com estados circunvizinhos, sendo mister a tarefa de elaboração de um plano que, a rigor, proteja toda a sociedade numa eventual retomada das atividades presenciais.

Em termos etários, temos a seguir uma figura indicando, em faixas, a configuração dos alunos da instituição. Como podemos observar, a maior parte de nosso quantitativo (meramente em termos de idade) não constitui⁴ grupo de risco definido nos protocolos atinentes à COVID-19, contudo isso não diminui a necessidade de implementação de medidas de segurança, considerando a vinculação desses estudantes às suas famílias e a eventuais grupos de risco.

4 O Grupo de Trabalho, em enquete, fará levantamento das comorbidades vinculadas à COVID-19 em nossa comunidade.



Idade dos alunos (graduação e pós-graduação) Ufes 2020/1



Fonte: PROGRAD/PRPPG-UFES.

Obs: Na pós-graduação, não foram considerados 147 alunos, para os quais não possuímos informação sobre a idade.

Considerando a origem de nossos alunos de graduação, a partir de enquete (vide objetivo 3.3.2 deste Plano de Contingência) realizada por este Grupo de Trabalho, observa-se que a Ufes recebe alunos oriundos de diversos estados da federação, com maior recorrência de alunos do Espírito Santo (obviamente), de Minas Gerais, do Rio de Janeiro



ro, da Bahia e de São Paulo (ver Mapa 1). Há também um conjunto de alunos advindos de outros países, indicando a responsabilidade institucional na definição de adequada política de replanejamento de suas atividades.

Mapa 1 – Origem dos alunos de graduação da Ufes (exclusive estrangeiros)



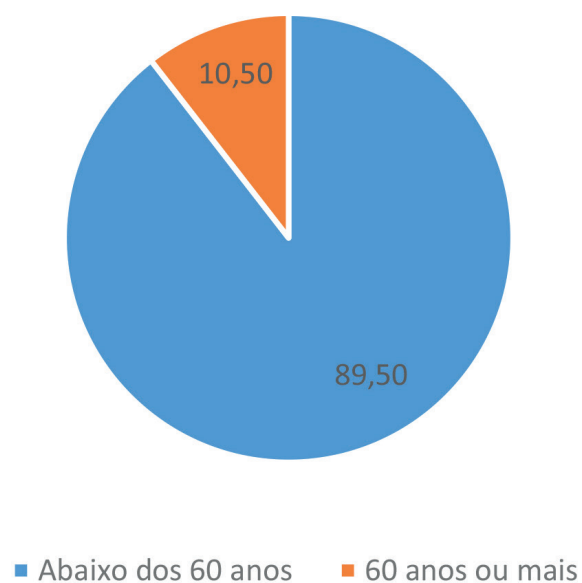
Fonte: Adaptado de Relatório de Enquete realizada com discentes da Ufes. Amostragem a partir de 10.140 alunos. Disponível em: <https://nuvem.ufes.br/index.php/s/ZTcPBAsAbHaimjJ>.

Em relação ao quadro permanente da instituição, possuímos 3.933 servidores, subdivididos em 1.885 docentes⁵ e 2.048 técnicos-administrativos.

5 Aqui compreendemos a categoria docente como: Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; Professor do Magistério Superior (Permanentes, Substitutos e Visitantes), Professor Titular-Livre e Professor/Tutor Mais Médicos. Cf. <http://progep.ufes.br/quadros-e-informacoes> Acesso em 01/05/20.

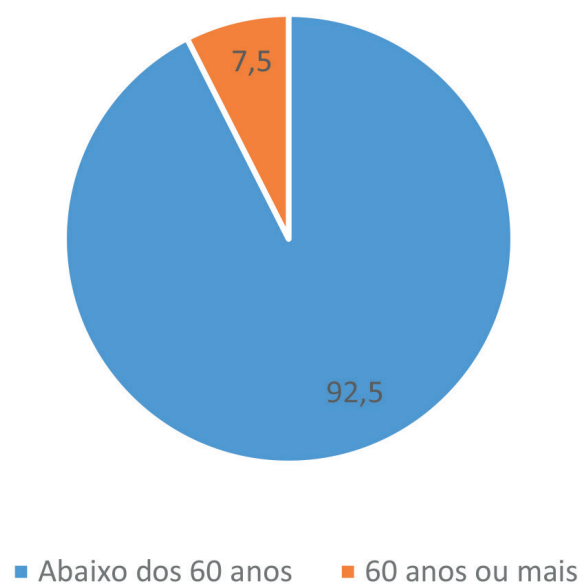


Figura 2 – (%) Docentes



Fonte: <http://progep.ufes.br/quadros-e-informacoes>. Acesso em: 01/05/2020

Figura 3 – (%) Técnicos-administrativos



Fonte: <http://progep.ufes.br/quadros-e-informacoes>. Acesso em: 01/05/2020



Considerando (exclusive Hucam) o lançamento realizado no SREF (Sistema de Registro Eletrônico de Frequência) em 14 de abril de 2020, por ocasião da Resolução do Conselho Universitário (CUn) nº 7/2020, temos um total de 2.775 servidores que estão desempenhando suas atividades remotamente. Desse total, 102 possuem mais de 60 anos, 34 possuem imunodeficiências ou doenças preexistentes, cinco coabitam com pessoas portadoras de COVID-19, 193 possuem filhos em idade escolar e 14 são lactantes ou gestantes. Perfil de preenchimento próximo se repete nos meses de maio e junho (2020), conforme se observa na Tabela 1.

Contudo, certamente, essas ocorrências estão subdimensionadas, visto que as chefias e os gestores de unidades organizacionais, em geral, autorizaram o trabalho remoto, considerando o fato de se caracterizar como lançamento mais imediato no SREF. Conquanto, será fundamental aos objetivos deste GT que as ocorrências no referido sistema sejam lançadas de maneira o mais precisa possível, para melhor percepção das demandas e ações de replanejamento atinentes à nossa comunidade.

Tabela 1 – Servidores da Ufes e registros no SREF

Servidores (Docentes e Técnicos Administrativos (Exclusive HUCAM))	SREF abril/20	SREF maio/20	SREF junho/20
Idade igual ou superior a 60 anos	102	102	151
Imunodeficientes ou doenças preexistentes crônicas ou graves (citadas no Anexo A da resolução)	34	43	75
Responsável pelo cuidado de uma ou mais pessoas com suspeita ou confirmação da doença COVID-19, desde que haja coabitação	5	6	2
Possui filhos em idade escolar, ou inferior, e que necessitem da assistência de um dos pais	193	227	329
Gestante ou lactante	14	19	28
Situação autorizada pelo Gestor da Unidade	2427	2287	2257
Total	2775	2737	2842

Fonte: SREF/PROGEP. Acessos em: abr., maio, jun. 2020.

Feita a caracterização preliminar de nossa comunidade, apresentamos, doravante, o Plano de Contingência com vistas a auxiliar o reitor na elaboração de estratégias ante o isolamento social e o retorno das atividades presenciais.



3

OBJETIVOS GERAIS E RESPECTIVOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estão enumerados, a seguir, os objetivos gerais deste Plano de Contingência, os quais foram desmembrados em objetivos específicos.

1 TRAÇAR OS POSSÍVEIS CENÁRIOS DA PANDEMIA E RESPECTIVAS ESTRATÉGIAS

1.1 Acompanhar o cenário mundial, nacional e estadual;

O *Situation Report – 169*⁶, boletim publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 7 de julho de 2020, indica que, no mundo, temos 11.500.302 pessoas infectadas com o novo coronavírus, das quais 172.512 adquiriram o vírus nas últimas 24 horas. Desse total, 535.759 vieram a óbito. Contudo, a própria OMS assume a possibilidade da subnotificação de casos e de mortes, afetando diretamente o mapeamento global da disseminação do vírus e de suas consequências⁷.

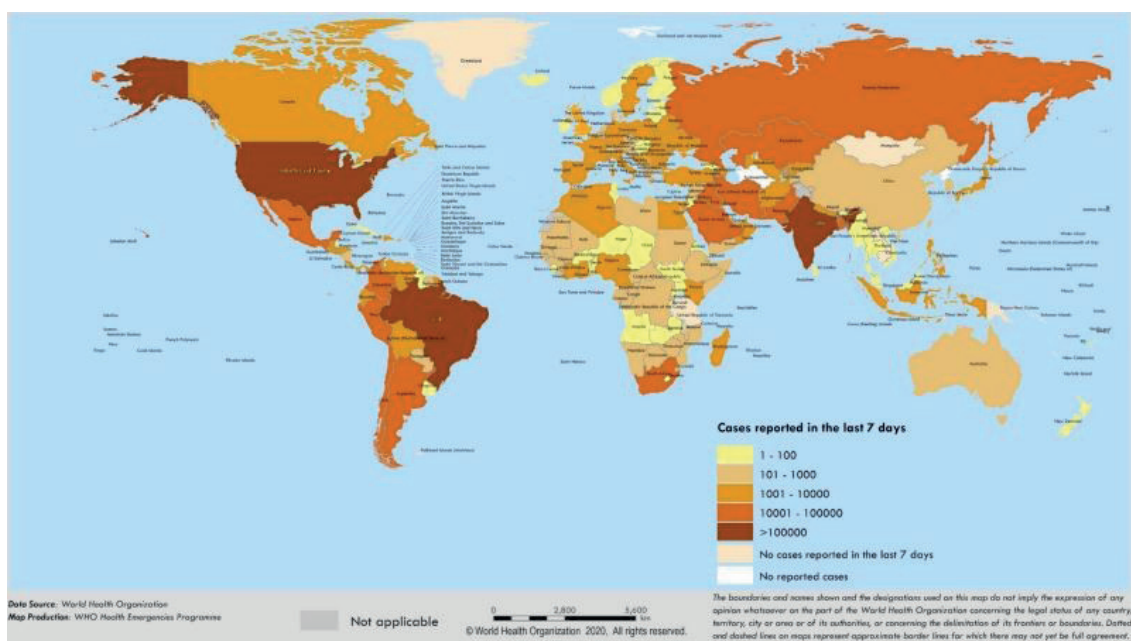
6 Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200707-covid-19-sitrep-169.pdf?sfvrsn=c6c69c88_2. Acesso em: 07/07/2020. Fonte também muito útil é o painel criado pela John Hopkins University & Medicine, disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 07/07/2020.

7 “These factors, amongst others, influence the counts presented with variable underestimation of true case and death counts, and variable delays to reflecting these data at global level”. Situation Report – 169, OMS, p. 17.



Os Estados Unidos da América (EUA) registram, naquela data, o maior número de casos: 2.877.238, dos quais 43.686 nas últimas 24 horas, e o maior número de óbitos: 129.643. Mesmo em países como China e Alemanha, que alcançaram certo grau de sucesso na diminuição da velocidade de disseminação do vírus, ainda se verifica a chamada transmissão comunitária, indicando a dificuldade e a dramaticidade dessa pandemia. A Figura 4 elucida o quadro mundial, considerando o período de 1º a 7 de julho.

Figura 4 – Número de casos confirmados (COVID-19) entre 1º e 7 de julho (OMS)

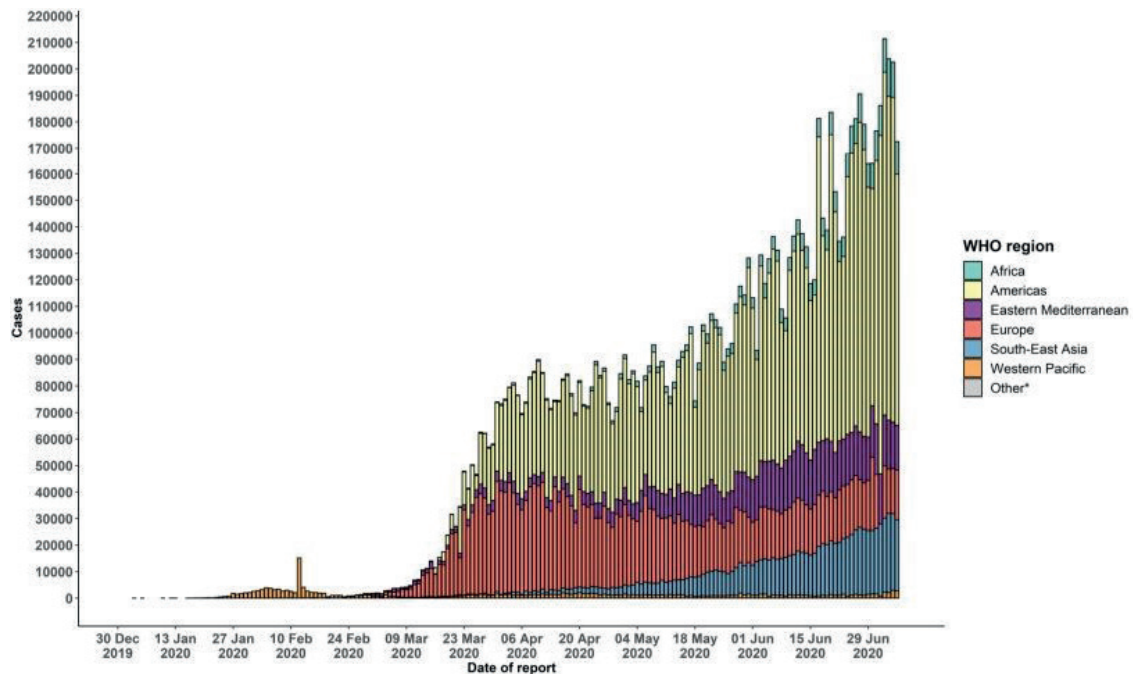


Fonte: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200707-covid-19-sitrep-169.pdf?sfvrsn=c6c69c88_2. Acesso em: 07/07/2020.

O novo coronavírus foi primeiramente identificado na cidade de Wuhan (China), em dezembro de 2019, aumentando-se exponencialmente as ocorrências de infecção nas primeiras semanas. A Figura 5 indica, desde então, a disseminação do vírus em distintas regiões do planeta, de acordo com a classificação da OMS, na qual evidenciamos eventos dramáticos na Itália, na Espanha, no Reino Unido e nos EUA.



Figura 5 – Casos de COVID-19 confirmados entre 30/12/19 e 07/07/2020



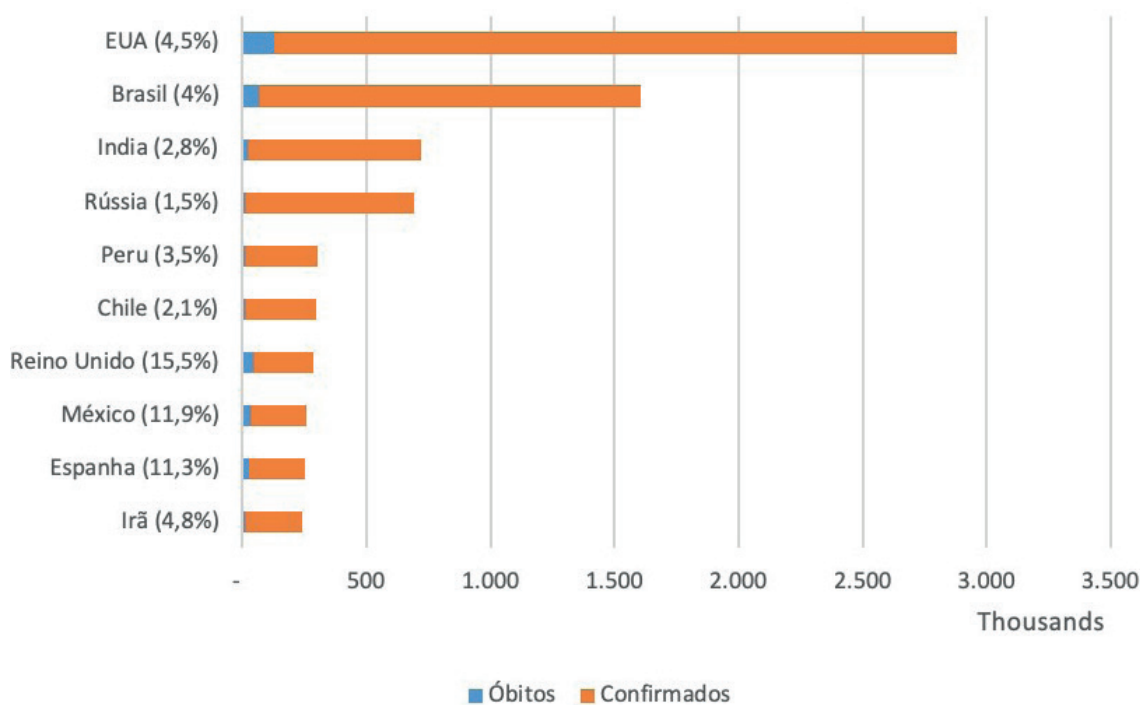
Fonte: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200707-covid-19-sitrep-169.pdf?sfvrsn=c6c69c88_2 . Acesso em: 07/07/2020.

Já na Figura 6, elencamos o grupo de dez países nos quais identificamos a maior incidência de infecção até o momento. Entre parênteses, acompanhando cada país, temos a chamada taxa de letalidade (definida como a relação de óbitos ocorridos entre os infectados). O Brasil figura nesse grupo com um total de 64.867 óbitos e com uma taxa de letalidade de 4%⁸.

8 Fonte: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200513-covid-19-sitrep-114.pdf?sfvrsn=17ebbbe_4. Acesso em: 13/05/2020.



Figura 6 - COVID-19: países selecionados e taxa de letalidade



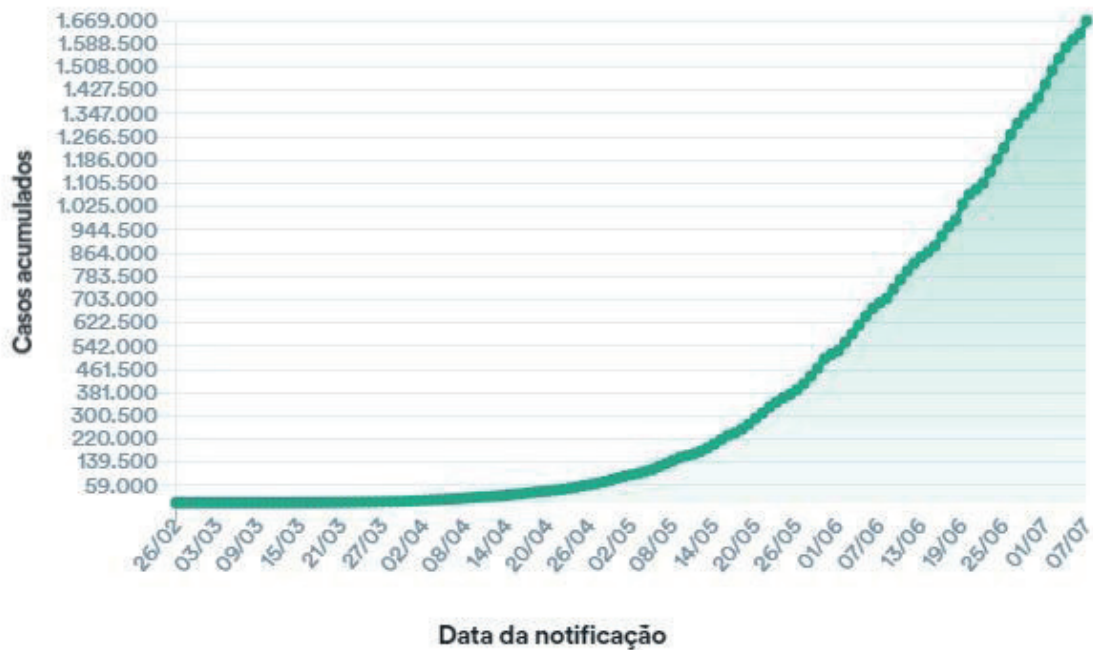
Fonte: Adaptado de https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200707-covid-19-sitrep-169.pdf?sfvrsn=c6c69c88_2. Acesso em: 07/07/2020.

No caso do Brasil, em 7 de julho de 2020, já se alcança mais de 1,6 milhão de casos (Figura 7), o segundo maior quantitativo do mundo, dos quais 26.051 foram registrados nas últimas 24 horas. Foram a óbito 64.867 (602 nas últimas 24 horas). Como seria de se esperar, pois há certo delay na atualização dos dados, o Ministério da Saúde apresenta números um pouco mais elevados: 66.741 óbitos (45.305 nas últimas 24 horas), num total de 1.668.589 casos confirmados⁹. Os estados com maior incidência de casos são: São Paulo (332.708), Ceará (124.952), Rio de Janeiro (124.086), Pará (116.152) e Maranhão (92.088). Tais ocorrências estão subdivididas entre as macrorregiões brasileiras conforme Figura 8, seguindo, entre parênteses na legenda, a taxa de letalidade em cada uma delas.

9 Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 07/07/2020.

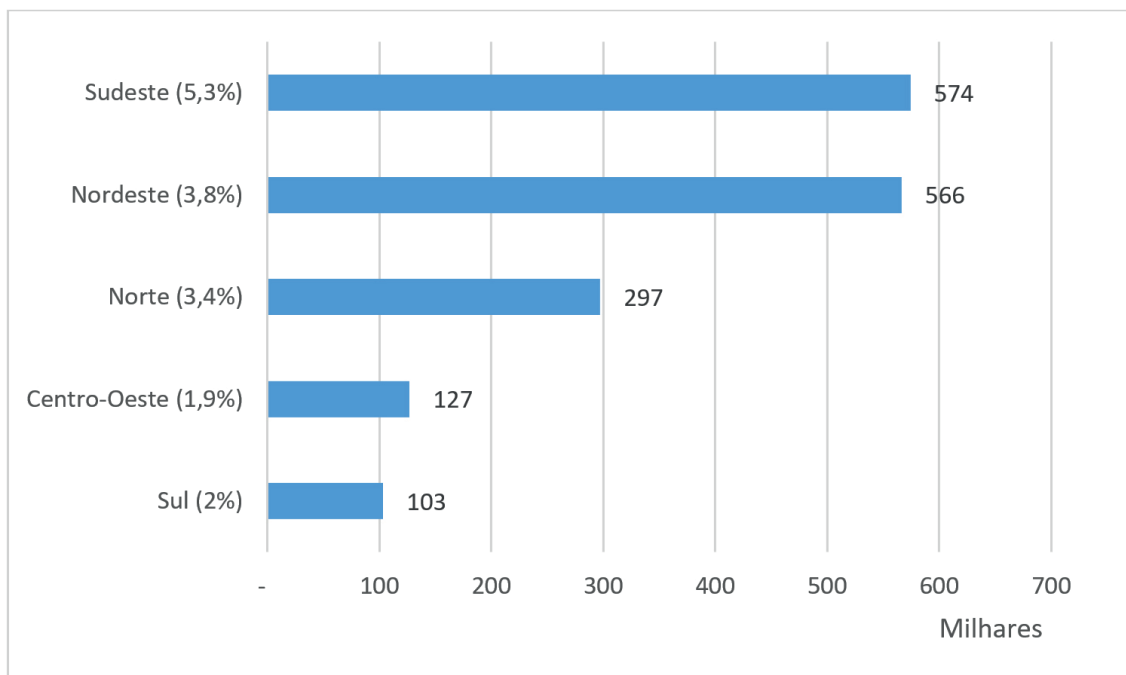


Figura 7 – Casos acumulados de COVID-19 por data de notificação



Fonte: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 07/07/2020.

Figura 8 – COVID-19: macrorregiões brasileiras



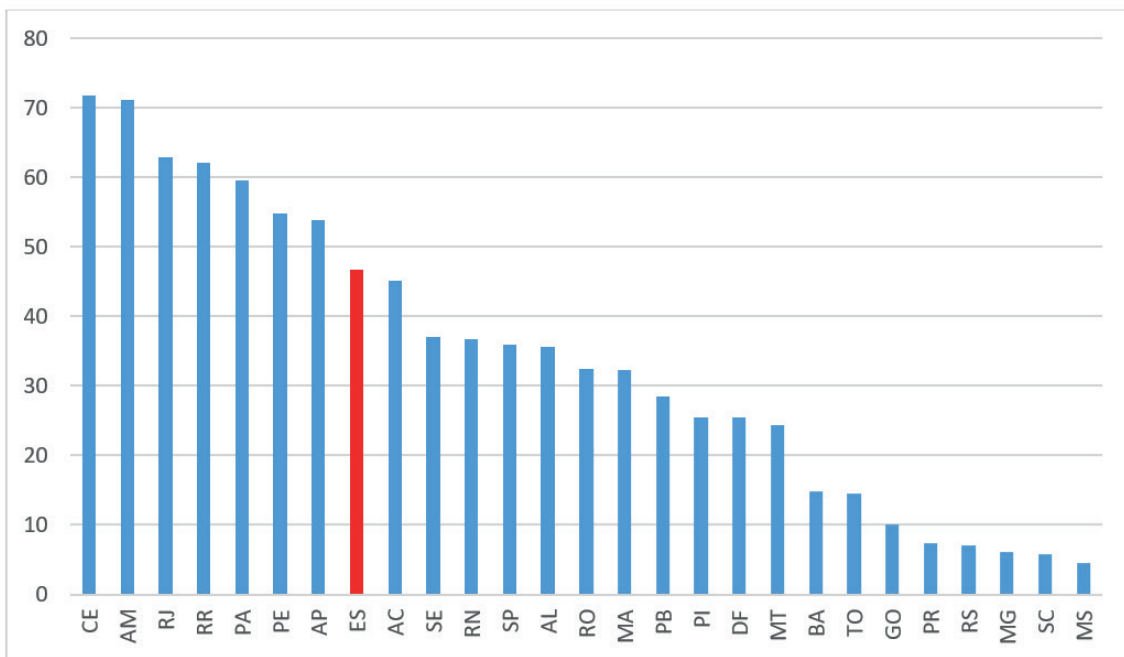
Fonte: Adaptado de <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 07/07/2020



Embora o Espírito Santo não figure dentre os estados com o maior número de casos, posiciona-se, segundo o Ministério da Saúde, dentre aqueles que apresentam maior coeficiente de incidência por notificação. Tal medida indica o risco de se tornar doente. São eles: Amapá (3.582), Roraima (3151,1) Amazonas (1.910,1), Acre (1694,1) e Espírito Santo (1.410,9)¹⁰.

Em relação ao coeficiente de mortalidade, definido como o número de óbitos, expresso por mil habitantes, ocorridos na população geral em determinado período, os estados brasileiros apresentam os números presentes na Figura 9. Evidentemente, a questão da mortalidade envolve, para além da infecção e da política de isolamento, uma série de fatores ligados à infraestrutura, à disponibilidade de leitos, em especial de UTI, ao acesso à medicação e a equipamentos, etc.

Figura 9 – Coeficiente de mortalidade por COVID-19 por UF de notificação



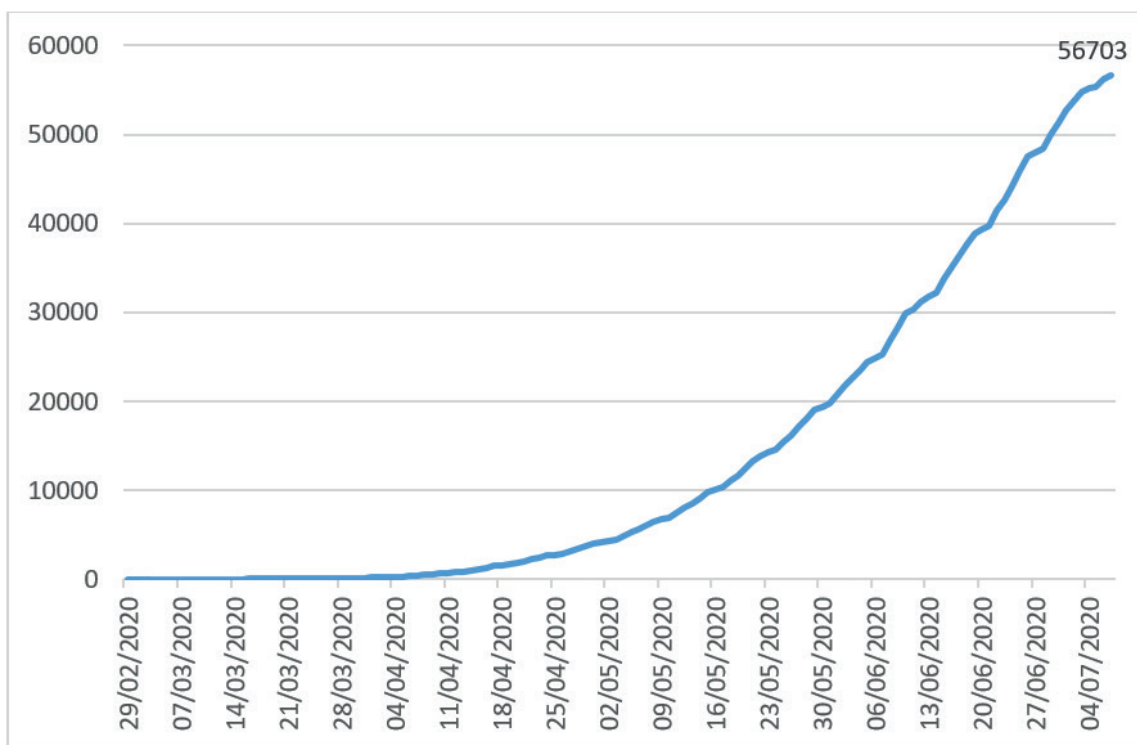
Fonte: Adaptado de <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 07/07/2020.

¹⁰ Fonte: <https://covid.saude.gov.br/>. A taxa de incidência, conforme Ministério da Saúde, é definida como o número de casos novos de uma doença ou outra afecção de saúde dividido pela população em risco da doença (população exposta) em um espaço geográfico durante um tempo especificado.



Tratando agora mais diretamente da situação da COVID-19 no Espírito Santo, apresentamos, na Figura 10, a curva de disseminação do vírus a partir de seu primeiro registro, em 29 de fevereiro. De lá para cá (7 de julho) foram registrados 56.703 casos.

Figura 10 – Casos de COVID-19 no Espírito Santo

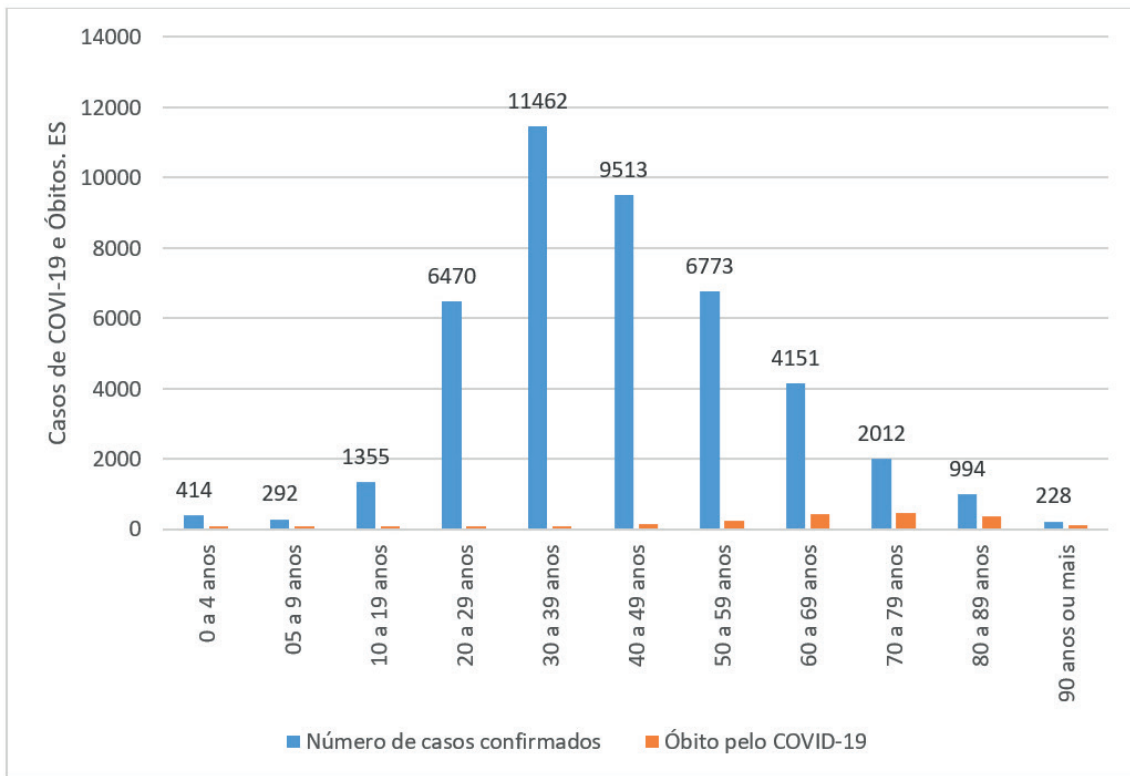


Fonte: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>. Acesso em: 07/07/2020.

Considerando as faixas etárias de infecção e de óbito no estado, observa-se, na Figura 11, que a maior incidência de infecção está situada nas faixas de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos, sendo considerável também entre 20 e 29 anos e entre 50 e 59 anos, abarcando, assim, justamente, a População Economicamente Ativa (PEA). Em relação aos óbitos, pela própria natureza da doença, estão mais concentrados em população mais idosa.



Figura 11 – COVID-19 no Espírito Santo por faixa etária (infecção e óbito)



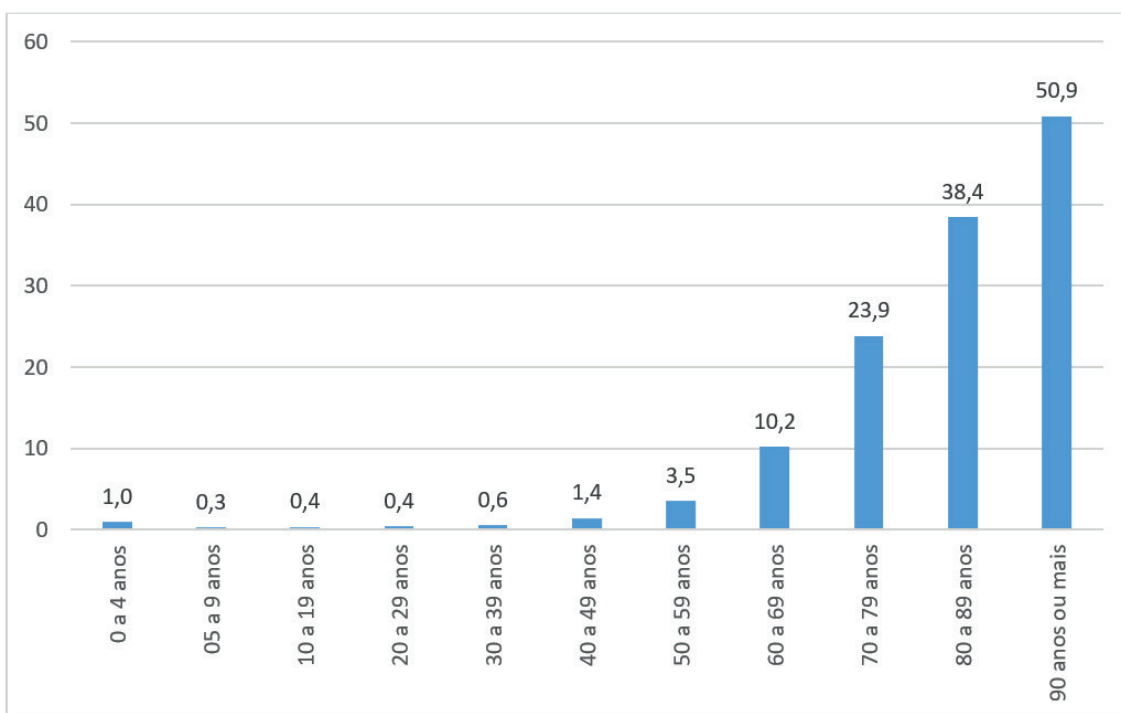
Fonte: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es> Acesso em 07/07/2020.

Obs.: os casos em aberto foram excluídos.

Foram registrados, no Espírito Santo, até o dia 7 de julho, um total de 1.879 óbitos provenientes da COVID-19. Em relação à taxa de letalidade, definida como a proporção de óbitos e o número de infectados, por faixa etária, a Figura 12 demonstra o quão arriscada é a contaminação pelo vírus em pessoas acima dos 60 anos de idade.



Figura 12 – COVID-19 no Espírito Santo por faixa etária (taxa de letalidade em %)



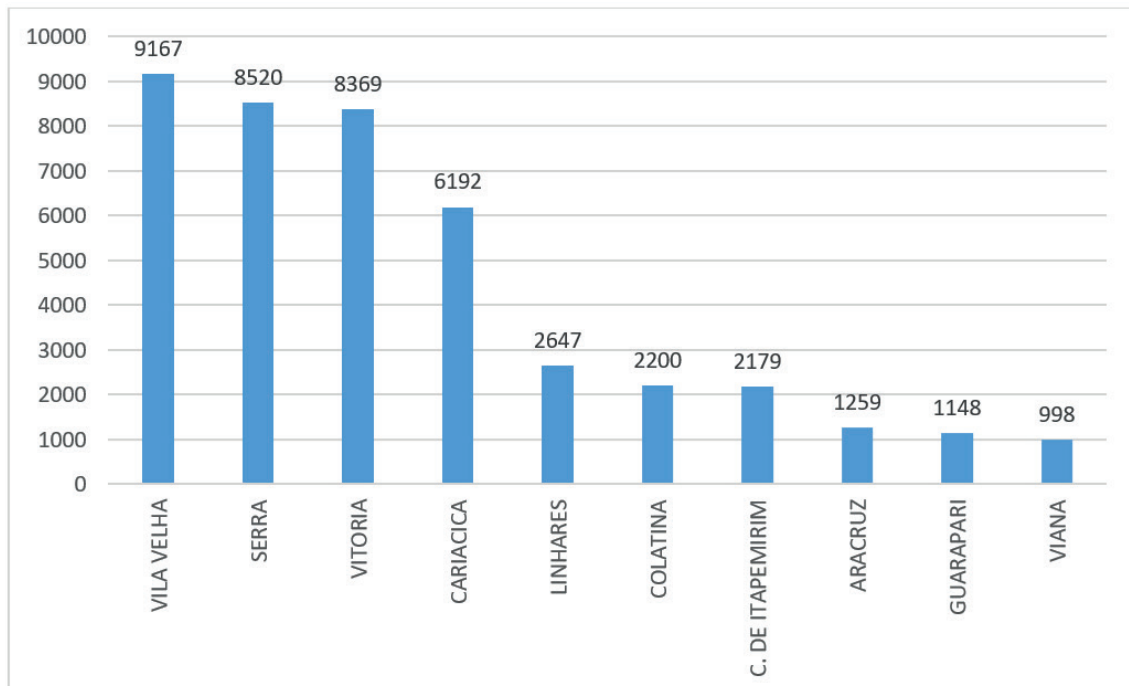
Fonte: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>. Acesso em: 07/07/2020.

Em relação à distribuição espacial do coronavírus, verifica-se sua maior recorrência em áreas mais densamente povoadas, notadamente na Grande Vitória (GV). Dos 56.703 casos de infecção registrados até o dia 7 de julho, 56,8% estão concentrados nos municípios de Vila Velha, Vitória, Serra e Cariacica. Contudo, há registros de infecção em praticamente todos os 78 municípios do Espírito Santo. Na Figura 13, apresentamos os dez municípios com a maior incidência absoluta de infecção. Somando aos outros 68 municípios, temos 14.024 casos registrados no Painel COVID-19/ES.

Os Planos de Contingência encaminhados pelo Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes), pelo Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS) e pelo Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAEE) trazem importantes informações sobre o cenário de evolução da COVID-19 no norte e no sul do Espírito Santo. Embora não constantes na Figura 13, o município de São Mateus registra 781 casos, o de Alegre, 180, e o de Jerônimo Monteiro, 104 casos.



Figura 13 – Casos de COVID-19 no Espírito Santo por municípios de maior incidência



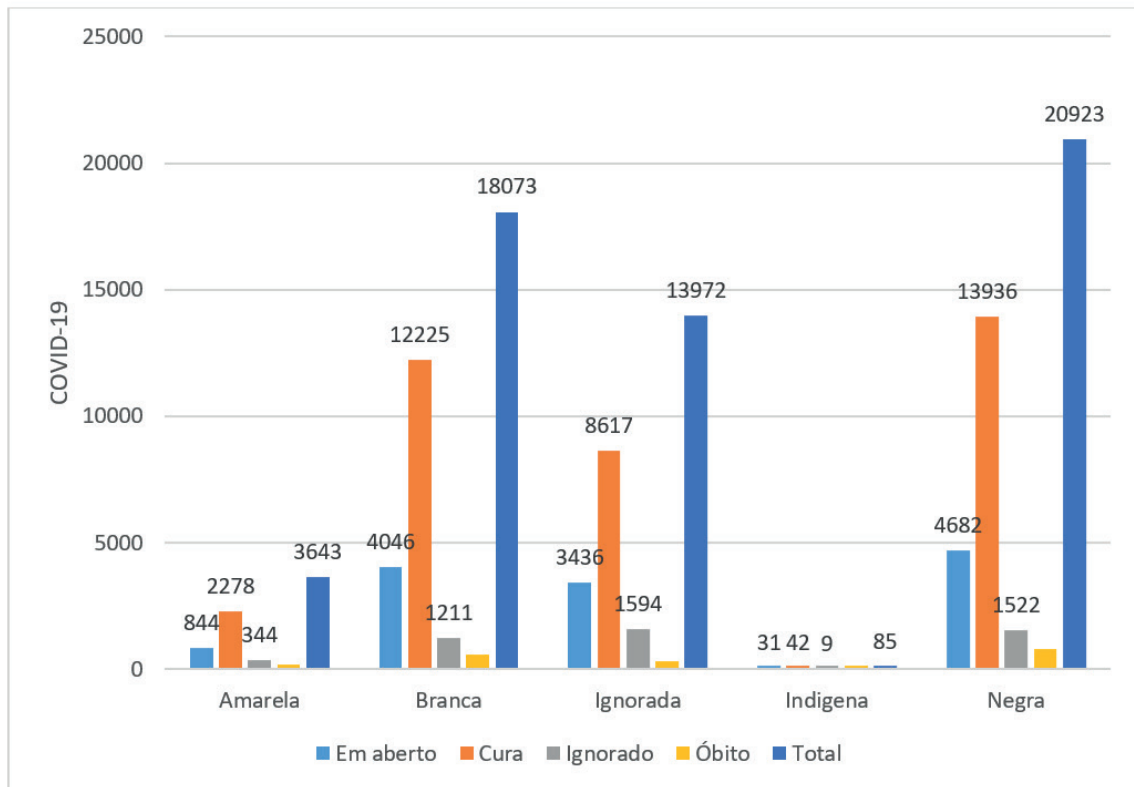
Fonte: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>. Acesso em: 07/07/2020.

Considerando a categoria raça/cor, a partir dos dados do Painel COVID-19 ES, podemos perceber a maior incidência de infecção entre os negros (aqui considerados como pretos e pardos), seguido pelos brancos, “ignorados” (certamente por falha no registro), amarelos e indígenas (há o registro de três óbitos neste grupo)¹¹. A Figura 14, para cada um desses grupos, apresenta a evolução da infecção nas seguintes categorias: “em aberto” (na qual não se tem ainda parecer conclusivo), cura, ignorado (novamente, por compreensível falha de registro) e óbito pela COVID-19. Do conjunto dos 56.703 casos registrados até o dia 7 de julho, 52,25% são mulheres, 47,73% são homens e 0,02% computados como outros:

11 O estudo recentemente publicado por Gustavo Henrique Araújo Forde e Rasley de Paula Forde indica que: “a análise comparada dos dados indica proximidade nos índices de infectados brancos e negros e uma gritante desigualdade entre os índices de óbitos entre brancos e negros, assim, conclui-se que o pertencimento raça/cor e os efeitos do racismo (interpessoal, institucional e estrutural) impactam o índice de óbitos pela COVID-19, no Espírito Santo”. Disponível em: <https://bityli.com/covid19povonegrocapixaba>. Acesso em: 14/05/20. O estudo considera os dados relativos ao período compreendido entre os dias 29 de fevereiro e 28 de abril de 2020.



Figura 14 – COVID-19 no Espírito Santo por raça/cor e situação



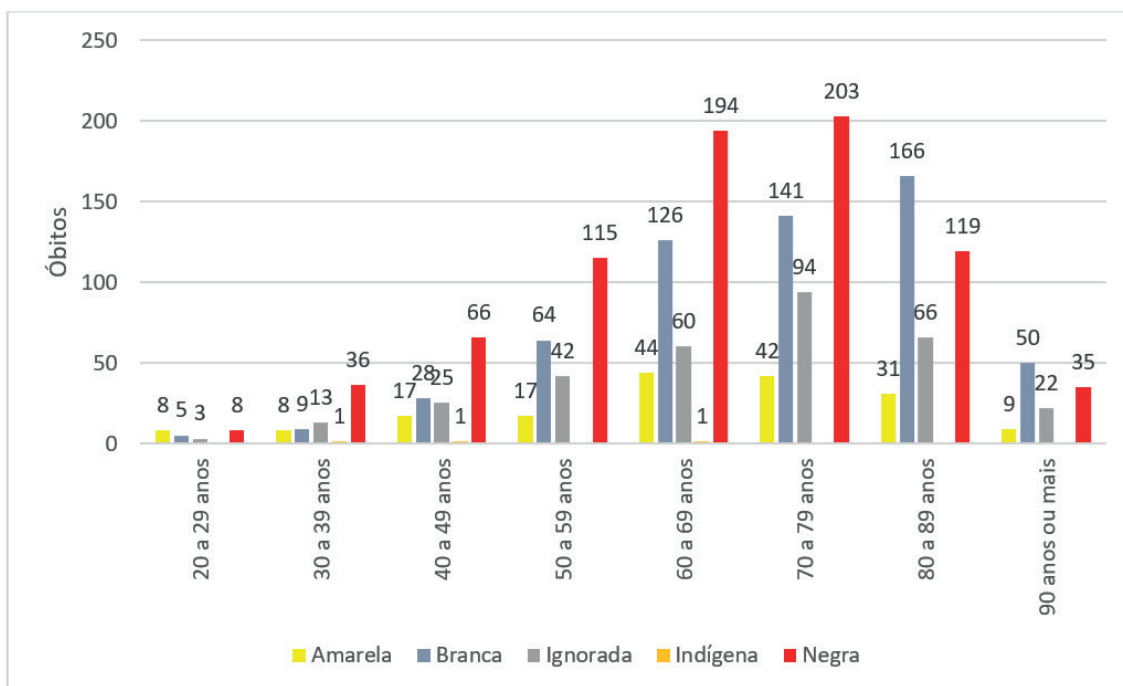
Fonte: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>. Acesso em: 07/07/2020.

Desdobrando o gráfico da Figura 14 nas faixas etárias definidas pelo Painel COVID-19 ES, considerando exclusivamente os óbitos, observamos que, embora as ocorrências de infecção pelo coronavírus sejam relativamente próximas entre brancos e negros, há mais óbitos neste segundo grupo, conforme ilustrado na Figura 15. Esse dado indica que a questão do acesso ao sistema de saúde, em especial aos leitos de UTI, é determinante na configuração das taxas de letalidade, visto que pretos, pardos e indígenas são tradicionalmente identificados¹² com a parcela da população brasileira com maiores obstáculos de acesso aos serviços públicos de saúde, educação, saneamento e habitação.

12 Ver indicadores sociais do IBGE disponíveis em https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=27613&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19. Acesso em: 15/05/2020.



Figura 15 – COVID-19 no Espírito Santo: óbitos por raça/cor e faixa etária (1.879 óbitos em 07/07/2020)

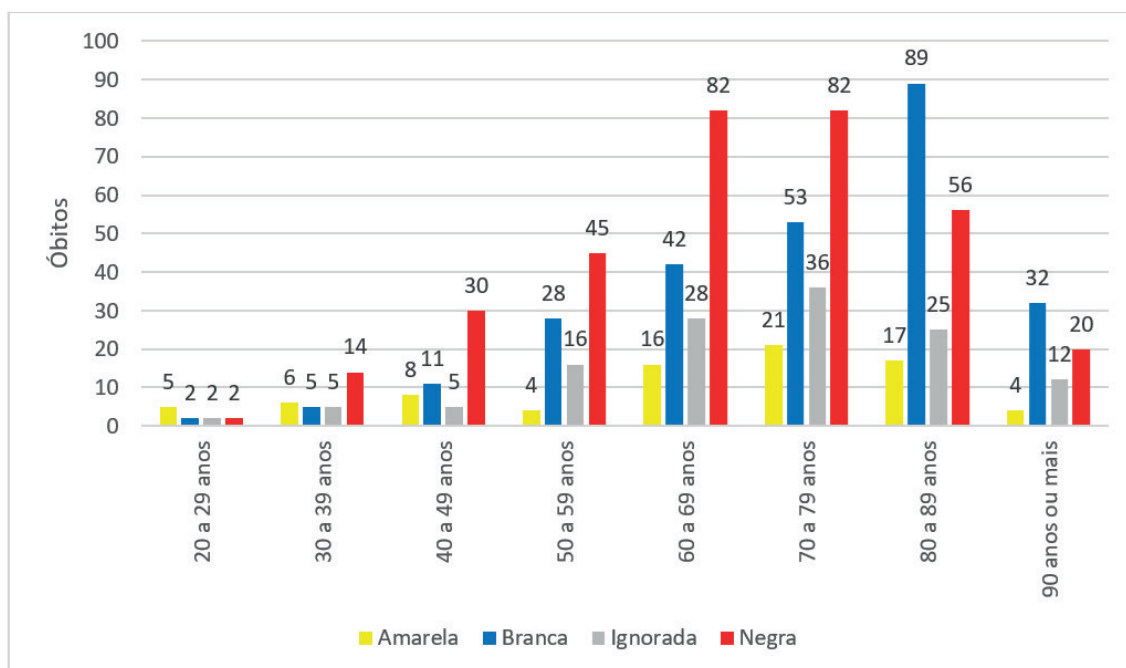


Fonte: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>. Acesso em: 07/07/2020.

Quando aplicamos o recorte às mulheres, as discrepâncias entre raça/cor no Espírito Santo tornam-se ainda mais evidentes, indicando que justamente as parcelas mais vulneráveis da população do ponto de vista socioeconômico, para as quais o isolamento social é de difícil implementação, são as mais atingidas. Destaca-se aqui, comparativamente, o elevado número de mulheres negras que vieram a óbito mesmo em idades inferiores a 60 anos, marco de definição etária para os grupos de risco (Figura 16).



Figura 16 – COVID-19 no Espírito Santo: óbitos de mulheres por raça/cor e faixa etária



Fonte: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>. Acesso em 07/07/20. (803 óbitos até 07/07/20)

O Espírito Santo apresentava, em 7 de julho, uma taxa de letalidade de 3,31%, pouco abaixo, portanto, da taxa nacional (4%). Considerando os 56.703 casos confirmados naquela data, 37,5% apresentaram comorbidades, assim distribuídas de acordo com a classificação do Painel COVID-19 ES: 11.010 cardio, 1.971 pulmão; 4.664 diabetes; 921 tabagismo; 2.246 obesidade e 469 renal. Ainda de acordo com o Painel, o Espírito Santo dispõe de 693 leitos de UTI e 740 de enfermaria, com taxas de ocupação de 84,8% e 63,5%, respectivamente.

Apresentados tais dados, cabe à Ufes um papel fundamental, neste momento, no que se refere às ações de combate à pandemia do novo coronavírus. A Universidade possui 19.710 alunos de graduação, 3.829 alunos de pós-graduação e 3.933 servidores (docentes e técnicos-administrativos), numa população de 27.572 pessoas, subdividas em quatro campi e três regiões do estado, sendo necessária, portanto, a elaboração de um Plano de Contingência e de um Plano de Biossegurança capazes de reduzir ao máximo a circulação e o contato entre as pessoas, no âmbito do isolamento social e do cenário pós-pandemia. Embora a taxa de transmissibilidade tenha caído de 2,19 para



1,64 entre 21 de março e 11 de maio de 2020¹³, e tenha alcançado 1,3 no quarto inquérito sorológico (22 a 24 de junho de 2020), o estado pode facilmente retornar a patamares superiores caso a retomada das atividades presenciais e a flexibilização do isolamento social não sejam feitos de maneira adequada e no momento preciso.

A pandemia causada pelo novo coronavírus impôs mudanças radicais na rotina de toda a humanidade. No mundo inteiro, escolas e universidades, por concentrarem um número expressivo de pessoas, precisaram ser fechadas devido ao alto poder de contágio do vírus. Segundo dados da Unesco, mais de 1 bilhão de alunos de todas as níveis e modalidades de ensino tiveram suas atividades interrompidas em todo o mundo¹⁴.

No caso específico das universidades, em países como Alemanha, França e Itália, o fechamento das instituições trouxe diversas consequências. Na Alemanha, no caso da Universidade Livre de Berlim, após a suspensão das aulas presenciais, os alunos puderam desistir de fazer as provas sem ter prejuízo acadêmico e as atividades dentro do campus foram suspensas. Na Itália e na França, houve adoção de ensino a distância. Contudo, em ambos os países, são relatadas dificuldades para o estabelecimento dessa modalidade, devido à falta de estrutura.

Em Portugal, 13 universidades suspenderam suas atividades presenciais¹⁵ e fecharam bibliotecas e museus ligados a elas. Terminado o Estado de Emergência, na Universidade do Porto, foi iniciada a volta gradual das atividades presenciais, preconizando a manutenção do regime de ensino a distância “em que o prejuízo para a aprendizagem do estudante não seja significativo” e teletrabalho “para todos os profissionais em que a sua atividade o permita”¹⁶. As atividades de ensino e aprendizagem presenciais até o final do ano letivo ficarão restritas às aulas práticas e laboratoriais e têm prioridade aquelas que são essenciais para a conclusão de cursos.

13 A taxa de transmissibilidade indica, na média, quantas pessoas um paciente com COVID-19 pode infectar. Enquanto essa taxa for superior a 1, a doença continuará a se expandir. Cf: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/estudo-mostra-queda-na-velocidade-de-transmissao-do-coronavirus-no-es-0520>. Acesso em: 15/05/2020.

14 Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: em 24/05/2020.

15 Disponível em: <https://www.leijaja.com/noticias/2020/03/12/covid-19-treze-universidades-de-portugal-suspendem-aulas/>. Acesso em: 24/05/2020.

16 Disponível em: <https://up.pt/covid-19/retoma-gradual-das-atividades-presenciais-na-u-porto/>. Acesso em: 24/05/2020.



Na Universidade de Maryland (EUA), os alunos em vulnerabilidade social precisaram fazer um cadastro para receber equipamentos e os professores tiveram uma semana para converter seus materiais para plataformas on-line. Além disso, o que é disponibilizado nas plataformas se converte em propriedade intelectual da universidade, sem controle, portanto, por parte de seus autores. Já na Universidade Columbia (EUA), o relato é que as aulas foram suspensas por dois dias para orientação aos professores quanto ao uso de uma plataforma digital.

Na Universidade de Nottingham (Inglaterra), os professores se deparam com as dificuldades de compatibilizar ensino on-line e as tarefas domésticas devido ao fechamento das escolas primárias e secundárias. No entanto, como as universidades inglesas cobram anuidade dos estudantes, existe grande pressão para a adoção das ferramentas de ensino virtual. Há também a preocupação com a adesão às aulas e os direitos autorais dos materiais. Na Universidade Nacional de Córdoba (Argentina), as atividades presenciais foram suspensas e os cursos passaram a realizar atividades e aulas a distância logo na semana seguinte¹⁷.

Na Universidade de Pequim (China), as aulas foram suspensas e os professores disponibilizam aulas gravadas para os alunos e ficam disponíveis para tirar dúvidas por meio do aplicativo WeChat¹⁸. Nas instituições italianas de Siena e Politécnica de Milão, as aulas são ministradas totalmente a distância, “mudando todo o seu calendário acadêmico por causa do coronavírus”. São utilizadas aulas ao vivo e gravadas¹⁹.

No Brasil, as universidades e os institutos federais passaram, com a suspensão das atividades presenciais, a se dedicar a diversas ações de combate ao novo coronavírus. São inúmeros projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos por professores e estudantes das instituições, além de ações de solidariedade realizadas com o apoio da comunidade acadêmica e da sociedade civil.

17 Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/defesauniv/105-condicoes-de-trabalho/3604-pand-e-ad>. Acesso em: 24/05/2020.

18 Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2020/04/14/estou-dando-aulas-em-beijing-sobre-o-quinze-que-narra-uma-tragedia-social/>. Acesso em: 24/05/2020.

19 Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/coronavirus-calendario-academico/>. Acesso em: 24/05/2020.



Dentre os inúmeros projetos de pesquisa, destacamos o realizado pela Universidade Federal da Paraíba, que liberou a licença de um respirador pulmonar criado por pesquisadores da instituição que custa 37 vezes mais barato que os disponíveis no mercado. Já a Universidade do Rio Grande do Norte tem produzido álcool líquido para desinfetar ambientes. A Universidade Federal de Campina Grande desenvolveu uma plataforma que permite a consulta de dados sobre o avanço da COVID-19 e a Universidade Federal de Alagoas abriu os seus laboratórios para auxiliar na testagem de pacientes²⁰.

Na extensão, citamos a Universidade Federal de Ouro Preto, que desenvolveu um programa de rádio com informações sobre a COVID-19, e também a Universidade de Pernambuco, a qual desenvolveu um projeto que está mapeando a percepção das pessoas sobre o novo coronavírus²¹. Somente a Universidade de Brasília aprovou 115 projetos, neste período da pandemia, relacionados à questão da COVID-19.

Há 823 pesquisas sobre coronavírus em andamento nas instituições federais de ensino superior (Ifes) e 96 ações de produção de álcool e produtos sanitizantes, sendo produzidos, até o momento, 992.828 litros de álcool em gel e 912 mil litros de álcool líquido. Há, ainda, 104 ações de produção de EPIs, sendo produzidos, até o momento, 162.964 protetores faciais, 85.514 máscaras de pano, 20.200 unidades diversas, 6 mil aventais e 2 mil capuzes. Também já foram realizadas 697 campanhas educativas e 341 ações solidárias, além de outras iniciativas. Já as ações de testagem do coronavírus chegam a 53, com números iniciais de 2.600 testes diários e de 55.001 testes realizados. As Ifes realizaram 198 parcerias com prefeituras e 79 com governos estaduais (MARINHO, 2020)²².

Além das ações de pesquisa e extensão, as universidades federais encontram-se engajadas em ações de solidariedade. No relatório apresentado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), foram apontadas 341 ações solidárias de 46 universidades.

20 Disponível em: <http://anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/4/23/covid-19-o-que-fazem-as-universidades>

21 https://ufop.br/sites/default/files/relatorio_final.pdf. Acesso em: 24/05/2020.

22 Com informações da Andifes: Thereza Marinho, disponível em: <http://ufes.br/conteudo/andifes-divulga-numeros-sobre-atuacao-das-universidades-no-combate-covid-19>. Acesso em: 24/05/2020.



Além das universidades federais, também podemos destacar o trabalho desenvolvido pelas universidades estaduais em todo o território nacional, que também têm se engajado em projetos de combate à pandemia. A Universidade de São Paulo tem projetos na área de diagnóstico da doença, desenvolvimento de ventiladores de baixo custo, vacina, tratamentos, simuladores dos números da COVID-19, investigação dos efeitos da pandemia na vida social, equipamentos de proteção individual, qualidade do ar, e administração e economia durante a pandemia²³.

Na Ufes, as atividades presenciais estão suspensas desde o dia 17 de março de 2020, por meio da Resolução nº 4/2020, atualizada pela Resolução nº 7/2020, ambas do Conselho Universitário. Foi estabelecida a suspensão das atividades de ensino presenciais, a manutenção de serviços essenciais e a possibilidade de realização de “atividades de apoio ao ensino-aprendizagem, de caráter opcional por parte dos discentes, não avaliativas e sem cômputo de crédito ou carga horária para disciplinas regulares”. A proposição dessas atividades visou, como escrito na segunda resolução, no seu art. 8º, “manter redes de amparo e de interação com os estudantes e também proporcionem ampliação, aprofundamento e produção de conhecimentos, assim como aprimoramento profissional, observando-se e respeitando-se a heterogeneidade”.

Assim como as universidades citadas anteriormente, a Ufes possui diversos projetos que estão em desenvolvimento para o combate ao novo coronavírus²⁴. No campo das ações solidárias, mais de oito toneladas de alimentos dos Restaurantes Universitários já foram doadas a instituições filantrópicas e quase dez mil máscaras de tecido foram fabricadas e doadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social pelos projetos Máscaras Solidárias desenvolvidos pelos campi de Maruípe e de Alegre.

Dentre as inúmeras ações realizadas por professores, técnicos e discentes da Ufes, nas mais diferentes áreas de conhecimento, destacamos alguns exemplos de atuação da universidade no enfrentamento à pandemia: o mapeamento do número de leitos hospitalares e respiradores no Espírito Santo; planejamento sobre as perspectivas fu-

23 Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/usp-contra-a-covid-19-conheca-as-varias-aco-es-da-universidade-para-ajudar-no-combate-a-pandemia/>. Acesso em: 24/05/2020.

24 Algumas das ações desenvolvidas pelas UFES podem ser visualizadas em: <http://coronavirus.ufes.br/>. Acesso em 25/05/20.



turas para o controle da COVID-19; desenvolvimento de modelo matemático para simulação do avanço do coronavírus; produção de sabão pelo Projeto Sabão Ecológico; canal de assistência para auxiliar fisioterapeutas no atendimento a pacientes da COVID-19; restauração de camas e de equipamentos hospitalares; indicação de materiais sobre a COVID-19 a pessoas com deficiência; fabricação e distribuição de álcool em gel; elaboração de livro que responde a dúvidas de crianças sobre a COVID-19; vídeos de conscientização sobre a COVID-19 para as crianças; participação em projeto de tradução de informações sobre favelas brasileiras para disponibilizar, em inglês, a agentes internacionais que desejam fazer doações a coletivos, associações, cooperativas de amparo às favelas; fabricação de equipamentos de proteção individual para profissionais da saúde; Projeto Ação Cidadã – programa de combate à pandemia em comunidades da Grande Vitória; ação contra fake news sobre a COVID-19; cessão de equipamentos para diagnóstico da COVID-19 ao Laboratório Central da Sesa; e propostas para o período de pandemia com vistas a reduzir impactos sociais e econômicos à população.

Assim, todas as ações da Universidade, desde a suspensão das atividades presenciais, em 17 de março de 2020, têm sido no sentido de garantir a proteção da comunidade universitária e, também, da sociedade capixaba, por meio do desenvolvimento de pesquisas e da extensão.

As atividades administrativas desenvolvidas pelos nossos técnicos-administrativos em Educação e pelos gestores estão sendo realizadas por meio de trabalho remoto, proporcionado graças à informatização dos processos ocorrida nos últimos anos. Desse modo, por exemplo, conseguimos garantir as progressões funcionais de técnicos e docentes, planejamentos de capacitação, reuniões dos conselhos, dos colegiados e das câmaras, aquisição de equipamentos para proteção individual (EPIs), tramitação de todos os processos de interesse público, realização de refeições de grau etc.

1.2 Definir, a partir de orientações do Comitê Operativo de Emergência da Ufes (COE), níveis de isolamento ou flexibilização gradativa do isolamento

Em relação aos níveis (fases) de isolamento, valemo-nos aqui de expediente encaminhando a este GT pelo COE. Inicialmente, foram feitas as seguintes considerações sobre a evolução do novo coronavírus, ao que transcrevemos na íntegra:



1. A doença provocada pelo novo coronavírus não têm uma história natural definida e novas evidências técnicas e científicas estão em constantes atualizações em plena pandemia. Assim, as ações propostas pelas autoridades sanitárias para prevenir e mitigar os efeitos da doença estão, em sua maioria, sendo divulgadas pelas experiências adquiridas em outros países e estados que já passaram pela mesma situação e por orientações de autoridades sanitárias mundiais, nacionais e estaduais. Contamos também com os pesquisadores envolvidos em estudos sobre formas de transmissão, medidas de prevenção e tratamento dos indivíduos que adquiriram a doença.

2. Todos os critérios/parâmetros a serem contemplados para as mudanças de fases devem estar consoantes com os critérios apresentados pelas autoridades sanitárias de saúde mundiais, nacionais e estaduais. No Espírito Santo, os critérios adotados para escalonamento de retorno das atividades são: ocupação do número de leitos de CTI (até 91% da capacidade), taxa de transmissão da doença, que deve ser igual ou menor do que 1,0 e número de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus, que está sendo verificado pelo inquérito sorológico.

3. Os resultados das quatro etapas dos inquéritos sorológicos realizados no Espírito Santo foram:

Tabela 2 – Inquéritos sorológicos

Indicadores/etapas realizadas	Prevalência	Taxa de transmissão
1º inquérito (13 a 15/05)	2,1% = 84.391 pessoas testadas no ES. Região GV: 2,79%	2,54 limite mínimo
2º inquérito (27 a 29/05)	5,1% = 206.559 pessoas infectadas	
3º inquérito (08 a 10/06)	7,36% = 295.773 pessoas infectadas. Região GV: 8,88%	
4º inquérito (22 a 24/06)	9,61% = 386.193 pessoas infectadas	1,3 no ES. 1,2 na GV e 1,7 no interior do ES

Fonte: COE/UFES, 2020.



4. A taxa de transmissão da COVID-19 encontrava-se, em 22 de junho de 2020, em torno de 1,5 na Região Metropolitana da Grande Vitória e 2,1 no interior do estado. Em 27 de junho de 2020, foi divulgado pelo Secretário de Saúde do ES, em coletiva, que a taxa se encontrava em 1,2 na Grande Vitória e em 1,7 no interior do estado.

5. Desses dados, podemos evidenciar a seguinte conclusão: apesar de continuar a aumentar o número de casos da doença, apresenta-se uma tendência de estabilização na curva na Região Metropolitana da Grande Vitória e uma alta taxa de transmissão nos municípios do estado, o que demonstra a interiorização da doença. Além disso, há o aumento da velocidade de transmissão do vírus nos grupos que apresentam algum tipo de comorbidade.

6. Evidenciamos o descompasso no comportamento da população no que se relaciona ao distanciamento social ineficaz, ao baixo índice de isolamento social em vários bairros da grande Vitória, bem como em municípios do interior do estado.

7. Várias escolas (ensinos infantil, médio e universitário) na Europa já tentaram re-tornar suas atividades e logo tiveram que suspendê-las novamente devido ao aumento do número de casos da doença e provável segunda "onda" da pandemia.

Nesse quadro de inúmeras incertezas em relação à evolução do novo coronavírus no Espírito Santo, no Brasil e no mundo, este Plano de Contingência aponta, a seguir, as suas fases de implementação visando ao gradativo retorno das atividades presenciais na Ufes. Estas fases estão relacionadas aos três momentos estabelecidos pelo COE, pelos quais a Ufes vai passar enquanto durar a pandemia. Contudo, em consonância com o posicionamento do COE, destacamos a impossibilidade de indicar datas para a evolução/involução em cada uma das fases, dado que aquele Comitê realizará o contínuo acompanhamento da evolução e norteará a Administração Central na tomada de decisão. Desse modo, apresentamos sucintamente as fases de implementação, que não se aplicam ao Hospital Universitário Cassiano Antonio de Moraes (Hucam) e a setores da área de saúde, que deverão obedecer a diretrizes específicas derivadas do Plano de Biossegurança da Ufes.



Figura 17 – Fases de implementação do Plano de Contingência da Ufes



Fonte: elaboração própria

FASE 0: ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTINGÊNCIA E PREPARAÇÃO.

Nessa fase, mediante normativa dos órgãos competentes:

- i) replanejar o calendário acadêmico;
- ii) retomar as atividades de ensino na graduação voltadas exclusivamente para alunos finalistas e alunos matriculados em Trabalho de Conclusão de Curso, Monografia, Projeto Final ou Trabalho Final e para as Atividades Acadêmicas Complementares (Resolução Cepe nº 19/2020), oferecidas para estudantes de cursos de graduação;



- iii) *aprovar resolução que flexibiliza as normas acadêmicas para o ano letivo de 2020;*
 - iv) *dar início a uma política de capacitação docente em ferramentas de ensino remoto;*
 - v) *dar início à política de aquisição de equipamentos, bases bibliográficas on-line e internet aos alunos assistidos; e*
 - vi) *dar início à contratação e à melhoria da infraestrutura física e tecnológica da Ufes.*
- Os dois últimos itens passarão todas as fases deste Plano de Contingência.*

FASE 1: EARTE

[PARÂMETRO PARA A TRANSIÇÃO DE FASE: APROVAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PELAS INSTÂNCIAS COMPETENTES]

Mediante normativa dos órgãos competentes:

- i) *manter suspensas as atividades presenciais em sua totalidade, implementando-se o modelo de Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário e Emergencial (Earte) a todos os alunos da Ufes (ver definição no item 3.3), excluindo-se aqui disciplinas laboratoriais, estágios (exclusive áreas da saúde) e aulas de campo;*
- ii) *flexibilizar a oferta das disciplinas; e*
- iii) *dar continuidade à política de capacitação docente em ferramentas de ensino remoto. Essa etapa, conforme demonstra a Figura 17, deverá ser acompanhada de avaliação contínua, e as atividades administrativas serão desenvolvidas remotamente.*

FASE 2: EARTE + BIBLIOTECAS

[PARÂMETRO PARA A TRANSIÇÃO DE FASE: A SER DEFINIDO PELO COE E APROVADO PELAS INSTÂNCIAS COMPETENTES].

Mediante normativa dos órgãos competentes:

- i) *manter suspensas as atividades presenciais, implementando-se o Earte nos moldes da fase anterior;*
- ii) *permitir o acesso controlado (barreiras sanitárias) e restrito dos estudantes, professores e técnicos-administrativos às bibliotecas, nos termos definidos pelas diretrizes de segurança do setor²⁵ – os servidores técnicos vinculados ao Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes retornarão às atividades presenciais, observando-se as determinações previstas no Plano de Biossegurança e no item 3.6 deste Plano de Contingência; e*
- iii) *dar continuidade à política de capacitação docente em ferramentas de ensino remoto. Essa etapa, conforme demonstra a Figura 17, deverá ser acompanhada de avaliação contínua.*

25 Ver o documento anexo “Diretrizes e plano de reabertura pós-quarentena da pandemia de COVID-19 do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes”.



FASE 3: EARTE + PRESENCIAL

[PARÂMETRO PARA A TRANSIÇÃO DE FASE: A SER DEFINIDO PELO COE E APROVADO PELAS INSTÂNCIAS COMPETENTES].

Mediante normativa dos órgãos competentes:

- i) *dar início ao formato de ensino híbrido, escalonando-se o retorno presencial dos estudantes, ou seja, a convivência do Earte com o presencial (nas devidas condições de segurança);*
- ii) *destinar as atividades presenciais prioritariamente às disciplinas práticas e laboratoriais;*
- iii) *retomar os serviços administrativos em formato híbrido, observando-se as determinações previstas no Plano de Biossegurança e no item 3.6 deste Plano de Contingência; e*
- iv) *autorizar o funcionamento dos restaurantes universitários mediante agendamento prévio. Essa etapa, conforme demonstra a Figura 17, deverá ser acompanhada de avaliação contínua.*

FASE 4: ENSINO PRESENCIAL COM CONTROLE DE RISCOS

[PARÂMETRO PARA A TRANSIÇÃO DE FASE: A SER DEFINIDO PELO COE E APROVADO PELAS INSTÂNCIAS COMPETENTES].

Mediante normativa dos órgãos competentes:

- i) *encerrar o Earte, partindo-se exclusivamente para o ensino presencial, com os devidos controles de risco (desinfecção, distanciamento e demais determinações do COE); e*
- ii) *abandonar os serviços administrativos em formato híbrido, partindo-se exclusivamente para as atividades administrativas presenciais, com os devidos controles de risco. Essa etapa, conforme demonstra a Figura 17, deverá ser acompanhada de avaliação contínua.*

FASE 5: ENSINO PRESENCIAL

[PARÂMETRO PARA A TRANSIÇÃO DE FASE: A SER DEFINIDO PELO COE E APROVADO PELAS INSTÂNCIAS COMPETENTES].

Mediante normativa dos órgãos competentes:

- i) *retornar à possível “normalidade”, ou seja, ao ensino presencial, tal como praticávamos até o dia 17/03/2020. Essa etapa, conforme demonstra a Figura 17, deverá ser acompanhada de avaliação contínua.*

Ao longo deste Plano, as fases de implementação aqui apresentadas serão descritas de maneira mais completa, articuladas a cada um dos objetivos presentes à versão preliminar já divulgada a toda a comunidade.



1.3 Sugerir ao COE a elaboração de protocolo de biossegurança, com diretrizes garantidoras do distanciamento social necessário em aulas e eventos acadêmicos presenciais, por exemplo.

Esse objetivo já foi cumprido, dado que o Comitê Operativo Emergencial elaborou o Plano de Biossegurança. O documento está disponível em: <https://nuvem.ufes.br/index.php/s/ZTcPBAsAbHaimjJ>.

2 REALIZAR DIAGNÓSTICOS, POR MEIO DE ENQUETES E OUTROS INSTRUMENTOS, COM A COMUNIDADE ACADÊMICA DA UFES

Esse objetivo já foi parcialmente alcançado. O resultado das enquetes e diagnósticos que subsidiaram parte das reflexões deste Grupo de Trabalho está disponível em: <https://nuvem.ufes.br/index.php/s/ZTcPBAsAbHaimjJ>.

Em relação ao objetivo “realizar enquetes com a sociedade em geral e com público externo”, não recebemos contribuição das unidades e dos centros de ensino. Assim, tendo em vista a dificuldade de execução desse objetivo neste momento, o Grupo de Trabalho indica que a Administração Central o realize em outro período.

3 PROPOR METODOLOGIAS REMOTAS EM FACE DE CONTINGÊNCIAS

“A pandemia do coronavírus trouxe muitas dificuldades e incertezas a toda a comunidade acadêmica do Ceunes. A necessidade de adequação das atividades ao contexto de distanciamento social não tem sido fácil e a previsão diante da ausência de perspectivas requer grandes esforços de todas as partes”.



Com base nas dificuldades e incertezas expressas pelo Ceunes, bem como a sua chamada pelos esforços coletivos, iniciamos o texto propositivo sobre metodologias em face da contingência na expectativa de reunir as contribuições de todos os demais centros de ensino.

As enquetes realizadas com estudantes e docentes, as sugestões dos centros de ensino e também das entidades trazem elementos que auxiliam a propor metodologias de ensino em face de contingências. Desse modo, em primeiro lugar, descrevemos os resultados das enquetes que são relevantes para o proposto no objetivo, entendendo que houve uma participação relevante da comunidade universitária, ou seja, 11.656 discentes (49,09%) e 947 docentes (53,86%) responderam ao questionário proposto pelo Grupo de Trabalho e os 11 centros de ensino encaminharam contribuições para este Plano, atendo-se, particularmente, na discussão do ensino.

Com base nas enquetes, é importante destacar que 96% e 99,58% dos discentes e docentes respondentes, respectivamente, assinalam que têm acesso à internet. A maioria pontua que o sinal da internet usado é muito bom ou bom, mas há aqueles que apontam que o sinal é ruim ou muito ruim. Quanto aos equipamentos, os dados também indicam que a maioria dos respondentes possui smartphone e notebook. O notebook é um equipamento adequado para a realização de atividades de ensino-aprendizagem on-line. Contudo, sabemos que o smartphone ou o celular limita esse tipo de atividade. Apesar disso, 90% dos estudantes que responderam o questionário disseram que possuem equipamentos com capacidade de realização de downloads, mas, por outro lado, ressaltaram que compartilham o equipamento com outras pessoas, além de desatualização do aparelho, funcionamento inadequado, entre outras questões, como dificuldades para a realização de atividades remotas ou on-line.

Diferentemente do resultado da enquete proposta pelo GT, principalmente quando isolamos as respostas dos estudantes dos cursos de graduação, enquetes realizadas pelos centros de ensino assinalam que a maioria dos estudantes de graduação e de pós-graduação concordam com a execução de atividades remotas de ensino durante o período de isolamento social. Esse posicionamento, no entanto, é condicionado pela necessidade de apoio da Universidade na disponibilização de equipamentos e pacotes de dados para que todos tenham condições de participar dos processos de ensino-aprendizagem. Assim, é muito forte, no posicionamento dos alunos, a questão



da acessibilidade, da promoção da inclusão digital para que o “ensino remoto” não se torne mais um fator de exclusão (evasão), aumento das desigualdades e reprovações.

Desse modo, em face da atual crise mundial que nos atinge, caracterizada por uma epidemia mortal inesperada, deparamo-nos com a necessidade de refletir e criar formas diversas de ensino-aprendizagem, nos cursos de graduação e de pós-graduação, numa situação impensada por muitos docentes e discentes. De certa forma, o escrito foi percebido nas análises das contribuições, sugestões e/ou proposições da totalidade dos centros de ensino e das unidades administrativas da Ufes. Diferentes maneiras de desenvolver o ensino-aprendizagem, a pesquisa e a extensão, enquanto perdurar a pandemia e for imprescindível que fiquemos em casa para preservar vidas, foram registradas, com a finalidade de mitigar as problemáticas acarretadas neste momento de grave crise na saúde pública.

Nos itens que seguem, explicitaremos posicionamentos que, aqui, foram tomados como eixos norteadores da construção do modelo de ensino-aprendizagem remoto que sugerimos para adoção na Universidade: a) garantia de inclusão; e b) autonomia dos departamentos e colegiados.

GARANTIA DE INCLUSÃO

A garantia do acesso dos estudantes à internet e a equipamentos é a condição indispensável para que todos os centros de ensino, com exceção de um, indicassem como possível a adesão ao ensino remoto. A inquietação de maior vulto foi quanto aos estudantes em vulnerabilidade social e aos alunos com deficiência. Dessa forma, a preocupação com o aumento da exclusão e das desigualdades está presente em todos os textos endereçados ao GT Ufes COVID-19. Nesse sentido, acenam que medidas concretas a serem adotadas pela Universidade precisam considerar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e assegurar a inclusão de todos os estudantes e docentes, ou seja, devem ser proporcionadas condições para a continuidade do ensino e da aprendizagem.

Além de disponibilizar equipamentos e acesso à internet para a realização dos processos de ensino-aprendizagem, são necessárias políticas especiais para o atendimento dos que possuem deficiência, a fim de que sejam inseridos nos processos de ensino-aprendizagem mediados por tecnologias. Os documentos dos centros sublinham,



ainda, que os negros e índios têm sido mais afetados pela pandemia e, por isso, para esses grupos, também são necessárias políticas específicas de acompanhamento que garantam sua permanência na Ufes.

Com relação às licenciaturas de Educação do Campo, documentos dos apontam que a qualidade dos sinais de internet (quando existentes) nos meios rurais é limitada, dificultando o acesso dos estudantes que moram nesses meios às aulas remotas. Além disso, grande parte dos estudantes possui apenas celular. Com relação a essa questão extremamente importante, sugerimos que a Administração Central, em diálogo com a Superintendência de Educação a Distância (Sead), disponibilize os polos localizados em diferentes partes do nosso estado para acesso às aulas.

Muitas foram as contribuições e propostas no sentido de que a Câmara Central de Graduação e o Cepe aproveem regras de flexibilização de normas acadêmicas para o ano letivo de 2020 com a finalidade de garantir a permanência dos estudantes na Ufes e também a conclusão dos seus cursos.

Todas as proposições são fundamentais e, em síntese, tratam dos seguintes procedimentos: reabertura da matrícula para ajustes e cancelamentos; permissão para trancamento de curso no ano de 2020, sem cômputo para o tempo de integralização do curso; autorização para desconsiderar o ano de 2020 no processo de acompanhamento de desempenho acadêmico (ADA); autorização para realizar o término do TCC e das atividades complementares de modo remoto (já aprovada pela Câmara e pelo Cepe).

A flexibilização das normas acadêmicas encontra-se em discussão no âmbito das Câmaras Locais de Graduação, será apreciada pela Câmara Central e, em seguida, remetida para o Cepe.

AUTONOMIA DOS DEPARTAMENTOS E COLEGIADOS

Outro eixo importante oriundo das proposições dos centros de ensino se refere à autonomia dos departamentos e dos colegiados dos cursos quanto às escolhas dos meios em que serão realizadas as atividades/disciplinas mediadas por tecnologias. Nessa direção, há um entendimento que cabe a esses órgãos organizar orientações para os estudantes, definir as disciplinas que podem ser adaptadas para a modalidade remota, bem como todas as decisões derivadas como, por exemplo, a escolha das bi-



bliografias das disciplinas e a reorganização dos planos de ensino, o que demandará a previsão de tempo no calendário acadêmico, principalmente para a reorganização dos planos de ensino.

No que tange à liberdade de cátedra, defendem que o docente tenha autonomia para a escolha de ferramentas metodológicas e formas de interação com os estudantes, podendo fazer uso de ferramentas existentes na Ufes (AVA, Rádio Universitária, TV da Ufes e Sead). Há, por parte de centros de ensino, recusa na realização de qualquer acordo com empresas de tecnologia ou telecomunicações que envolva compra de artefatos tecnológicos, pacotes de conteúdos e planos de internet. Nesse sentido, sugerem: 1. a avaliação de possibilidade de acordos que envolvam doação por parte de empresas de tecnologia ou telecomunicações de artefatos tecnológicos e planos de internet; e 2. o uso de plataforma própria e pública para a consecução das atividades acadêmicas remotas, com acesso restrito aos alunos matriculados, sem que haja ampla exposição dos docentes na web.

Em síntese, o retorno das aulas dos cursos de graduação e de pós-graduação de forma remota precisa, na perspectiva dos centros de ensino, ser planejada, ter ampla divulgação, com previsão de tempo para a adequação dos planos de ensino, e ocorrer somente quando houver garantia de acesso de todos os estudantes ao ensino remoto emergencial. Desse modo, na reorganização do calendário, é preciso prever tempo para análise das especificidades de cada curso, dos recursos e das possibilidades dos diferentes centros de ensino e demais setores da Universidade, e de construção de propostas consistentes para a Ufes no período da pandemia.

3.1 Propor, com base nos dados produzidos por meio das enquetes e das contribuições dos centros de ensino, formas de reorganização das atividades acadêmicas dos cursos de graduação e de pós-graduação da Ufes, observando a oferta dos cursos

Houve recorrência e consenso de que o contexto é completamente desfavorável para pensar em qualquer trabalho presencial e, também, como mencionado, a indicação do ensino remoto como uma possibilidade viável para não estagnar o ensino-aprendizagem enquanto vivermos em situação de isolamento social. No entanto, é forte a indicação da necessidade de caracterização do ensino remoto de modo a diferenciá-lo da educação a distância (EaD). Também foi apontado o ensino híbrido como uma possibilidade para realização de aulas semipresenciais.



Nesse sentido, salientamos que o denominado ensino remoto a ser adotado deve agregar, necessariamente, dois elementos essenciais: esse modelo terá caráter temporário e emergencial. É temporário, porque será admitido somente enquanto perdurar o estado de calamidade na saúde pública. É emergencial, porque objetiva minimizar os impactos negativos da pandemia causada pelo novo coronavírus sobre a educação e, portanto, busca assegurar, em tempo de contingências, o direito à educação. Dessa forma, esse tipo de ensino-aprendizagem deverá ter um tempo de duração limitado, afirmando, desse modo, a posição do GT e da Universidade em defesa da educação presencial.

Definido o caráter do ensino-aprendizagem remoto (temporário e emergencial) e comprometido com o ensino presencial, sugerimos que o ensino remoto a ser adotado, neste momento de isolamento social, seja chamado Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário e Emergencial (Earte). Dessa forma, na própria denominação, está inscrito e definido o seu caráter, evitando, como muitos centros temem, que a sua adoção venha a ser usada como pretexto para a transformação definitiva dos cursos presenciais em cursos EaD, notadamente os cursos de licenciatura.

Como apontam os escritos oriundos dos centros de ensino, além de definir o caráter do Earte, é essencial distinguir essa modalidade temporária e emergencial de ensino-aprendizagem e a EaD adotada, mais recentemente, no Brasil. Certamente, sabemos que a EaD tem origens mais antigas, mas, objetivando a sua contextualização, nos ateremos ao que ocorreu, em nível nacional, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Essa lei, que trouxe avanços inquestionáveis para a educação nacional, estabeleceu a formação em nível superior para os professores da educação básica que atuam na educação infantil (primeira etapa da educação básica) e nas séries iniciais do ensino fundamental. Essa definição demandou a criação de políticas públicas que respondessem a essa nova necessidade criada pela lei. Apesar das lutas dos docentes por uma formação pública e presencial, segundo Lapa e Pretto (2010, p. 81), o Ministério da Educação (MEC) passou a investir em uma política de formação de professores “[...] pela educação a distância (EaD), que passa a alcançar proporção e escala por meio da criação e implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2005”.



Desde então, a EaD foi ampliada e passou a abranger a oferta de várias licenciaturas. A existência desses cursos tem contribuído para o processo de democratização da Universidade, mas também deixou sem respostas as reivindicações de formação presencial dos movimentos sociais e dos professores que atuam na educação infantil e nos anos iniciais da educação básica.

Para distinguir o Earte e a EaD, destacamos, com fundamento em Lapa e Pretto (2010),²⁶ características desta última que distanciam as duas modalidades de ensino. A EaD rompe com estruturas de tempo, principalmente, porque, nessa modalidade de ensino, há um “[...] afastamento temporal entre planejamento e execução do processo de ensino e de aprendizagem, isto é, do pensar e do fazer da prática docente”. Nesse caso, nem sempre os professores que produzem os materiais didáticos das disciplinas de um curso atuam, de fato, na consecução do seu planejamento.

O material didático tem um lugar central, pois ele é o principal objeto com o qual o estudante interage, e parte dos diálogos que se realizam entre docente e estudante está prescrito no material. Além disso, no material didático, estão definidas escolhas teóricas e formas de pensamento não elaboradas e, muitas vezes, não partilhadas por aqueles que são responsáveis por ministrar as disciplinas.

Com relação a esse afastamento temporal entre planejamento e execução, é necessário acentuar que, no Earte, os docentes são responsáveis pelo planejamento e pela sua execução. Portanto, os recursos didáticos a serem utilizados (textos, vídeos e outros) são definidos pelo responsável pela disciplina. Desse modo, o Earte leva em conta o direito dos docentes de planejar, organizar e reorganizar as atividades de ensino-aprendizagem, respeitando-se, dessa maneira, a liberdade de cátedra, ou seja, a liberdade de ensinar, aprender, divulgar pensamentos e conhecimentos, de discutir temas que considerem relevantes para a formação dos estudantes e, conseqüentemente, para a construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática.

O Earte se aproxima de apenas uma das características da EaD: em ambos, as interações entre docentes-estudantes e estudantes-estudantes são mediadas por tecnolo-

²⁶ É necessário salientar que os autores discutem no texto os desafios da EaD. Aproveitamos as suas ideias para chamar a atenção para as características dessa modalidade de ensino.



gias de comunicação e de informação. Nesse sentido, ambos rompem com estruturas de espaço da docência com as quais estamos habituados no ensino presencial, pois há um afastamento físico do docente e do discentes e dos discentes entre si. Porém, mesmo com relação a essa característica, salientamos uma distinção no que diz respeito às tecnologias a serem utilizadas. Na EaD, existe obrigatoriedade de uso de uma única plataforma ou meio virtual em que são realizados os encontros, as conversas, as aulas etc. No Earte, mesmo que haja obrigação de a Universidade oferecer plataformas para uso pelos docentes e discentes, pode haver flexibilização dos meios a serem utilizados.

Definidas as características do ensino a ser adotado no período de isolamento social e sua distinção da EaD, o GT Ufes COVID-19 propõe, portanto, a admissão, em caráter excepcional, do Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário e Emergencial para a continuidade do ensino-aprendizagem nos cursos de graduação e de pós-graduação, a ser implementado nas Fases 1 e 2 do Plano de Contingência. Propomos, ainda, o ensino híbrido, a ser implementado na Fase 3.

O ensino híbrido caracteriza-se pelo fato de mesclar metodologias de ensino-aprendizagem presenciais e do Earte e espaços diferenciados. Ao conciliar metodologias e espaços distintos, o ensino híbrido implica, necessariamente, processos de ensino-aprendizagem integrados. Certamente, a adoção do ensino híbrido, assim como do Earte, requer repensar os planos de ensino e, sobretudo, a realização de uma gestão adequada do tempo na instituição, nas salas de aula, e do tempo de estudo fora desse espaço de modo a favorecer as interações e a colaboração.

Em termos práticos, a construção de espaços híbridos de ensino-aprendizagem reivindica a integração de culturas distintas – ou seja, aquelas que elaboramos no curso da nossa história baseadas na presencialidade dos estudantes e dos docentes nas salas de aula, ou seja, em espaço físico e temporal comum – e das culturas digitais, em que o espaço virtual é o lugar de interação, o que proporciona a flexibilização dos tempos e espaços de interação. Desse modo, o ensino híbrido combina, no ato educativo, culturas diferentes para propiciar o ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, conforme apontado, sugerimos que o ensino híbrido será adotado na Fase 3, momento em que, havendo condições seguras para o retorno gradual das atividades de ensino-aprendizagem presenciais, uma série de protocolos expressos no



Plano de Biossegurança e neste Plano de Contingência precisarão ser respeitados para garantir a saúde de todos os envolvidos no processo educativo.

Importante ressaltar que parte das unidades acadêmicas aponta a impossibilidade de adoção do Earte e do ensino híbrido em disciplinas experimentais/práticas, tais como: laboratório, estágios obrigatórios ofertados pelos departamentos da Ufes e atividades de campo. Ainda com relação a esse aspecto, há centros de ensino que argumentam sobre a existência de disciplinas, atividades e cursos inteiros que são baseados “[...] em noções presenciais peculiares de sensibilidade, espacialidade e materialidade, dialogia, coletividade e contextualidade”. Com relação aos **estágios curriculares obrigatórios**, sugerimos que a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) discuta com os colegiados dos cursos alternativas que levem em conta a legislação vigente e seus respectivos projetos pedagógicos. Também será muito importante discutir alternativas para disciplinas de conclusão que são realizadas em laboratórios.

Conforme apontam textos relativos à educação do campo, o

[...] projeto da Licenciatura em Educação do Campo articula elementos curriculares que possibilitam a construção de uma trajetória formativa apoiada na realidade das populações do campo. A resignificação dos componentes curriculares é favorecida pela Pedagogia da Alternância, que estimula o professor/educador em formação a assumir o protagonismo do seu processo formativo e da produção de conhecimento. Um conhecimento que é também uma ação política de afirmação de identidades, de reconhecimento de territorialidades e saberes das populações do campo. Neste sentido, o processo de ensino aprendizagem se estabelece no diálogo entre TU [Tempo Universidade] e TC [Tempo Comunidade], no diálogo educador/educando e na vivência das outras dimensões formativas, como noite cultural, mística e organicidade. Diante do exposto, transformar o TU em ensino remoto implicaria numa perda substancial na qualidade pedagógica do processo de formação (GT CEUNES, 2020, p.38).

Especificamente para esse curso, sugerimos que os coordenadores, em diálogo com a Prograd, encontrem meios para a continuidade das atividades de ensino-aprendizagem, considerando os tempos, a Universidade e a comunidade.



3.2 Propor, a partir dos dados das enquetes e das contribuições dos centros de ensino, estratégias educacionais que possam ser desenvolvidas remotamente

Associados à preocupação com a formação dos professores (que será tratada no objetivo 3.3.4) para atuar em uma outra realidade educacional e à necessidade de rever as bibliografias didáticas utilizadas nas aulas presenciais, os documentos analisados indicaram algumas sugestões de estratégias de ensino e aprendizagem para os cursos de graduação e de pós-graduação da Ufes:

- a) transmissão de conteúdos educacionais em plataformas de ensino on-line;
- b) videoaulas gravadas e disponibilizadas em plataformas de ensino on-line;
- c) aulas ao vivo e on-line transmitidas em plataformas de ensino on-line;
- d) envio de conteúdos digitais das disciplinas por meio de plataformas de ensino on-line;
- e) elaboração de atividades assíncronas;
- f) podcast acompanhado de material escrito; e
- g) espaço virtual coletivo vinculado a website que funcione como espaço-tempo de amplo acesso por estudantes e professores.

Em todas as estratégias, deverão ser consideradas as especificidades dos estudantes com deficiência na elaboração dos recursos didáticos a serem utilizados nas aulas. Além disso, sugerimos que os órgãos colegiados superiores regulamentem os direitos autorais relativos à produção docente em espaços virtuais.

3.3 Propor às instâncias pertinentes que debatam constantemente com a comunidade acadêmica sobre a qualidade de ensino dos cursos ofertados pela Ufes

Toda mudança educacional, mesmo com caráter temporal e emergencial, requer acompanhamento e avaliação. Dentre as medidas a serem adotadas pela Universidade, conforme apontam os textos dos centros de ensino, é preciso prever a realização de



diagnósticos ao longo de todo o processo de preparação, implementação e execução do Earte para se conhecer demandas físico-estruturais e psicoemocionais de docentes, técnicos e discentes para execução desse modelo de ensino-aprendizagem.

O acompanhamento contínuo dos professores para a realização das aulas remotas precisará compreender a utilização dos recursos e das tecnologias de informação e a adequação das metodologias de ensino para esse formato. É necessário, conforme ainda apontado em textos dos centros de ensino, o estabelecimento de métricas de avaliação do processo de Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário Emergencial para a correção, ajuste e melhoramento dos processos adotados.

É acentuada, ainda, a necessidade de elaboração conjunta de normas de avaliação do aprendizado e métodos de ensino a serem adotados.

3.4 Implementar processo de formação dos professores para a utilização de ferramentas on-line

A temática formação docente tem sido investigada em diversos campos, incluindo o da educação superior. De modo amplo, a primeira temática vem sendo compreendida, segundo Nóvoa (1995, p. 13-33), como movimento constante de estar em formação e que indica um investimento de balanço respectivo sobre os percursos pessoais que cada um produz a “sua vida”, a “sua profissão”. Significa dizer, em síntese, que, se o professor tiver a oportunidade de refletir sobre os seus próprios pensamentos e suas ações, pode ir se reconstruindo como profissional, adequando seu trabalho, potencializando suas aprendizagens e dos seus alunos.

É necessário ressaltar que, para a admissão do Earte e do ensino híbrido, a formação é um elemento central. Nesse caso, pensando em ações de formação continuada, a Ufes poderá contar com as experiências e o conhecimento dos próprios docentes que trabalham com tecnologias, bem como com estudantes de áreas específicas, como Engenharia de Computação e Ciência da Computação, ou que tenham conhecimento técnico para atuar no apoio aos professores no uso das ferramentas on-line. Foram sugeridas/citadas as alternativas: plataformas Moodle/AVA, Google Suite for Education, plataformas de videoconferência educacional, entre outras.



Finalizamos esta parte com a certeza de que as propostas expostas traduzem os diálogos construídos nos centros de ensino com a finalidade de buscar caminhos para o ensino-aprendizagem na Ufes em tempos de pandemia. Cabe, agora, à Administração Central e aos órgãos colegiados superiores efetivar as orientações, sabendo que o acompanhamento e a avaliação dos processos a serem implementados por meio de resoluções e normativas é essencial para que possamos melhorar os caminhos no caminhar.

4 PROPOR AÇÕES DE EXTENSÃO VINCULADAS À COVID-19

Estamos todos impactados com a pandemia e suas consequências ainda indefinidas para a maioria da população mundial. Não é possível saber quando estaremos no pico da curva, sem testes e sem isolamento adequado. Não é possível saber quando haverá uma vacina disponível que permita uma redução não apenas das mortes e das enormes dificuldades causadas pela doença, mas também da ansiedade e do sofrimento associado à vivência deste momento histórico (Departamento de Psicologia/CCHN).

As incertezas e as consequências sociais e para a saúde física e emocional promovidas pela COVID-19, destacadas pelo Departamento de Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), em epígrafe, não impediram a comunidade acadêmica da Ufes de produzir ações de extensão voltadas para o enfrentamento da pandemia. Ao longo desse período de mais de cem dias de isolamento social decretado pelos governos estadual e federal e de suspensão das atividades presenciais na Ufes, a totalidade dos centros de ensino registrou atividades na Pró-Reitoria de Extensão (Proex), como evidenciado na Tabela 3. Diversos setores, como a Proex, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci), a Superintendência de Comunicação (Supec) e a Biblioteca Central (BC), bem como o Laboratório de Pesquisas sobre Violência contra a Mulher (LAPVIM), os sindicatos de servidores, as representações estudantis, os programas



de educação tutorial e diversas iniciativas individuais e coletivas também registraram suas ações ou as fizeram de forma espontânea e/ou anônima.

É notória a diversidade de ações de extensão desenvolvidas nos quatro campi da Ufes no enfrentamento à pandemia, incluindo produção de máscaras de tecido, protetores faciais, sabão e álcool 70% para doações, orientações sobre o enfrentamento da COVID-19 nos aspectos psicológicos, emocionais, da saúde física, mental e nutricional, abrangendo diversos grupos populacionais, dentre eles estudantes, servidores, quilombolas, mulheres e idosos. Foram ainda promovidos eventos científicos remotos, lives e outras atividades remotas de conteúdo científico, jurídico, educacional, artístico, cultural e social. Foram recuperados equipamentos de uso hospitalar, criados artefatos de informática e de modelagem matemática para o monitoramento da pandemia, evidenciando que a Ufes não parou e vem cumprindo o seu papel social.

Respeitando a Resolução CUn nº 7/2020, docentes, técnicos e estudantes participaram de ações de extensão de diversas naturezas de forma remota e, quando possível, de modo presencial, demonstrando que a extensão na Ufes é factível ainda na Fase 0 de implementação indicada no item 3.1.2. Ainda nessa fase de suspensão das atividades presenciais, a PRPPG e a Proex lançaram, conjuntamente, a Chamada de Propostas de Projetos e Ações de Pesquisa, Inovação e Extensão para o combate à COVID-19, contemplando diversos projetos com auxílio financeiro.

Tabela 3 – Ações de extensão relacionadas à COVID-19 registradas na Proex

Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN)	
Projeto	Coordenador
Psicologia, cuidado e enfrentamento a pandemia de COVID-19: integração de ações de suporte frente a situação de emergência ocasionada pelo coronavírus	Thiago Drumond Moraes
Transmissões on-line sobre saúde mental “ciclo de lives”	Diego Zilio Alves
Vendo Libras: Literatura, Cultura e Informação - canal palma da mão	Arlene Batista



Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN)	
Projeto	Coordenador
Vida acima do lucro: divulgação científica em tempos de coronavírus	Lívia de Cássia godoi Moraes
Alimentação & Cultura: diálogos possíveis em tempos de isolamento	Patrícia Maria da Silva Merlo
Divulgação científica em tempos de pandemia	Viviana Borges Corte
Diálogos (im)pertinentes: educação popular, campo e cidade – OBEPAL	Roberta Traspadini e Adelia
Histórias Sociais nas Redes	Sebastião Pimentel Franco
Série de lives: História e distopia	Julio Bentivoglio
Extensão no Herbário VIES durante a pandemia de COVID-19	Eliana Zandonade
Laboratório de Cartografia Geográfica e Geotecnologias - LCGGEO – Criação de Canal no Youtube	Luiza Leonardi Bricalli
Educação, Subjetividades, Gênero e Sexualidades	Luziane de Assis Ruela Siqueira

Centro de Ciências da Saúde (CCS)/Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (Hucam)

Projeto	Coordenador
Suporte científico sobre COVID-19 para auxiliar na prática clínica dos Fisioterapeutas do Hucam e outros serviços. Coordenado pelas professoras	Verônica Pascoal e Flávia Paro
Antissépticos Ufes – Proposta aprovada no Edital COVID-19	Alexandre Martins costa Santos

**Centro de Ciências da Saúde (CCS)/Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (Hucam)**

Projeto	Coordenador
Práticas De Alimentação Saudável: Construção, Desenvolvimento e Avaliação	Maria Del Carmen
Boas práticas de manipulação em serviços de alimentação: avaliação e orientação para produção de alimentos seguros	Jackeline Freitas Brilhante de São José
Ação solidária viabiliza produção e doação de máscaras em comunidades da Grande Vitória	Maria Del Carmen
Ação de monitoramento de idosos durante a pandemia de coronavírus	Fabiana Gonring Xavier
Gira de Lives	Thiago Prado
Prática de meditação para graduandos em saúde	Fernanda Moura Vargas Dias
Vivências no Contexto da Atenção Primária à Saúde em Tempos de COVID-19	Roseane Vargas Rohr
Suporte científico para fisioterapeutas nas mídias sociais sobre COVID-19	Flávia Marini Paro
Site sobre prática baseada em evidências e suporte científico para fisioterapeutas sobre COVID-19	Flávia Marini Paro
Suporte científico e tecnológico para a prática baseada em evidências na área de saúde. PROGRAMA	Flávia Marini Paro
Informação, uma arma poderosa para combater a COVID-19 nas comunidades.	Polyana lima Meireles Dalpiaz
Estratégias de Solidariedade na Doação de Leite Materno nos tempos de COVID-19	Janaina de Alencar Nunes

**Centro de Ciências da Saúde (CCS)/Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (Hucam)**

Projeto	Coordenador
Construindo Conhecimento no enfrentamento à COVID -19: Enfermagem em Ação	Rita Ines Casagrande da Silva
Visita Técnica Virtual a Obras de Combate à COVID-19	Edher de Souza Ferreira de Miranda
Fazer-nos agora: poéticas cotidianas em tempos incertos.	Bruna Lidia Tãno
Projeto: Saúde em Movimento frente ao Coronavírus	Maria Bernadete Renoldi de Oliveira Gavi
Live: Direitos Humanos e saúde pública	Patrícia Duarte Deps
Programa de investigação e intervenção na saúde do idoso – elaboração de cartilha	Eliane Varanda Dadalto
Laboratório de estudos sobre violências, saúde e acidentes - LAVISA – Promovendo lives	Fabio Lucio Tavares
Saúde Óssea em tempos de COVID-19: cuidados com alimentação e nutrição	Valdete Regina Guandalini
Telessaúde no enfrentamento à COVID-19	Carmen Silvia Carvalho Barreira Nielsen
Orientações nutricionais para pacientes com câncer durante a pandemia de COVID-19	Valdete Regina Guandalini
Oficinas sobre estratégias online de ajuda e suporte mútuos no campo da saúde mental	Adriana Leão
I Ciclo de Palestras em Alimentos e Nutrição	Jackline Freitas Brilhante de São José
I Ciclo de Debates em Epidemiologia, Nutrição e Saúde do GEMNUT.	Luciane Bresciani Salaroli

**Centro de Ciências da Saúde (CCS)/Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (Hucam)**

Projeto	Coordenador
Live: Meditação – Meditaufes	Fernanda Moura Vargas Dias
Live: Laboratório de Epidemiologia Lab-Epi	Thiago Prado
Simpósio Violência Contra Mulher	Patrícia Deps
Histologia prática digital	Nyam Florencio da Silva
A Terapia Ocupacional no Sistema Único de Assistência Social: panorama e perspectivas	Giovanna Bardi
Oficinas sobre estratégias online de ajuda e suporte mútuos no campo da saúde mental	Adriana Leão

Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS)

Projeto	Coordenador
Orientações em ambiente escolar no município de Alegre/ES sobre condutas de higiene e etiqueta social na prevenção de doenças infecto-parasitárias	Janaina Cecilia Oliveira Villanova Konishi
Máscaras Solidárias de Alegre	Juliana Aparecida Severi e Adriana Madeira
COVID-19 no ES, um repositório dos casos da COVID-19 no Espírito Santo	Edson Delatorre
Desenvolvimento de um aplicativo para auxílio na distribuição de cestas básicas para o município de Alegre/ES	Clayton Vieira Fraga Filho
Café com Saberes LGBTQIA+	Eder Carlos Moreira

**Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS)**

Projeto	Coordenador
Produção de álcool etílico em solução e em gel 70% para doação na comunidade alegreense	Patrícia Fontes Pinheiro
Suporte Social em Informática durante a pandemia de COVID-19	Giuliano Prado de Moraes Giglio
Ciência em todo lugar- é urgente divulgar!	Maria Aparecida de Carvalho
MUSES Virtual – coleções, livros didáticos e prevenção à COVID-19	Rodson de Abreu Marques
SEGEO em casa	Rodson de Abreu Marques
Produção de álcool 70 em solução e gel para o campus de Alegre da Ufes e a secretaria de saúde municipal	Janaina Cecilia Oliveira Villanova Konishi
II Semana de Geologia do Espírito Santo (SEGES) e IX Semana de Estudos Geológicos da Ufes (SEGEO)	Caroline Cibele Vieira Soares

Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAEE)

Projeto	Coordenador
Meique - Mulheres Empreendedoras do Querosene, do campus de Alegre	Larice Andrade e Damaris Guimarães

Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes)

Projeto	Coordenador
Ceunes em ação: combate à COVID-19	Christie Trancoso Zon e Luiz Antonio Favero



Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes)	
Projeto	Coordenador
Produção de álcool 70% e álcool em gel 70% para doação ao Sistema Único de Saúde para o combate à COVID-19 – Proposta aprovada no Edital COVID-19	Fabiana Vieira Lima
Ufes Sustentável	Rogério Oliveira Faleiros
Sabão Sustentável – Proposta aprovada no Edital COVID-19	Laura Marina Pinotti/ Rogério Faleiros
capacitação para a equipa da Farmácia Básica do Município	Ana Alice Dias de castro Luz
Favelas Contra Coronavírus – simulador	Gisele de Lorena Diniz
COVID-19 e comunidades quilombolas do sapê do Norte: prevenção é a melhor solução	Débora Schmitt Kavalek
Produção material educativo contendo orientações para evitar contágio e disseminação da COVID-19 na comunidade Quilombola	Adriana Nunes Moraes Partelli
Bate papo saúde – redes que previnem	Marcos Vinicius Ferreira dos Santos
Acompanhamento por meio do telemonitoramento na atenção à saúde de pacientes com COVID -19	Cathiana do Carmo Dalto Banhos
Semana de conscientização ambiental – ProdBio	Marielce de Cassia Ribeiro Tosta
Decifrando o Coronavírus: COVID-19 e a biologia celular	Marielce de Cassia Ribeiro Tosta
Círculo de lives sobre ensino na educação básica	Rita de Cássia Cristofoleti
Diálogos Socioambientais – série de lives	Marcos Teixeira



Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes)	
Projeto	Coordenador
Projeto “Era Uma Vez...: A contação de histórias para crianças hospitalizadas” – Live Emoções Infantis em tempos de distanciamento social	Suzana Antonio
Diálogo para a Sustentabilidade – Ufes Sustentável	Rogério Oliveira Faleiros
ET/Saúde interprofissionalidade no enfrentamento da COVID-19: Elaboração de manual para consulta sobre diluição de medicamentos na Atenção Básica	Ana Alice Dias de Castro Luz
Capacitação de trabalhadores que atuam na atenção básica à saúde e farmácias públicas de São Mateus/ ES para o enfrentamento da COVID-19	Ana Alice Dias de castro Luz
Biotube – Biologia no YouTube	Katia Aparecida Kern Cardoso

Centro de Ciências Exatas (CCE)	
Projeto	Coordenador
A produção de máscaras de proteção tipo escudo facial para profissionais de saúde na MATEMATECA	Etereldes Gonçalves Júnior
Desenvolvimento de estudos e projeções matemáticas da pandemia de COVID-19 no ES	Etereldes Gonçalves Júnior
A produção de vídeos de conscientização e educativos sobre a pandemia com especialistas também produzidos na MATEMATECA	Etereldes Gonçalves Júnior
Plataforma digital para auxiliar estudantes do ensino médio que irão prestar Enem	Etereldes Gonçalves Júnior



Centro de Artes (CAR)	
Projeto	Coordenador
Curso online de Introdução ao Desenho de Observação	Fabíola Veloso Menezes
Festival Prato de Casa, do programa Bandeirão – Projeto Bandeirão	Pedro Sila Marra (Bandeirão)
Processos de Criação em Curadoria – Plataforma de Curadoria	Ananda Carvalho
Gravação e edição de vídeos de ação formativa para profissionais na área de saúde nos cuidados com pacientes com COVID-19	Priscilla Maria Cardoso Garone
Comunicaê – Educação para a mídia	Maria Nazareth Bis Pirola
COVID-19 no Espírito Santo: Visualizações de Dados	Mauro Pinheiro Rodrigues
Curso de Aquarela para Representação da Arquitetura e Urbanismo	Lutero Proscholdt Almeida
Curso online de Introdução ao Desenho de Observação da Figura Humana	Fabíola Veloso Menezes
Live: Democratização da Internet e o enfrentamento político nas redes digitais	Daniela Zanetti
Artefatos da casa e as rotinas da quarentena – levantamento de dados e planejamento de projetos no âmbito do curso de Design	Myriam Salomão

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)	
Projeto	Coordenador
Quarentena na Unapi	Monique Simões Cordeiro
Universidade Aberta à Pessoa Idosa (Unapi)	Cenira Andrade de Oliveira



Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)	
Projeto	Coordenador
Grupo de Estudos e Pesquisas em análise de polícias públicas Fênix	Fabiola Xavier Leal
Ciências Contábeis auxilia empresas atingidas por crise do coronavírus	José Elias Feres de Almeida
Série "Depois do Coronavírus"	Júlio Cesar Pompeu
Live "Filosofia e Política – a invisibilidade dos estrangeiros no Brasil"	Brunela Vieira de Vincenzi
Curso de Extensão: Formação em Gramsci em tempos de Pandemia	Gilsa Helena Barcelos
Temas para a Arquivologia e História em tempos de Pandemia	Juliana Sabino Simonato
Curso de Extensão em Direitos Humanos para professores/as do sistema prisional Capixaba em tempos de pandemia	Gilsa Helena Barcelos
Explicando Direito	Júlio Cesar Pompeu

Centro de Educação Física e Desportos (CEFD)	
Projeto	Coordenador
Carta Aberta Nupem: 1) Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ciências do Movimento Corporal – Nupem	Luciana Carletti
Fordan	Rosely Maria da Silva Pires
Laefa - Práticas Corporais de Esporte e Lazer para Pessoas com Deficiência e Seus Familiares Prática Pedagógica de Educação Física Adaptada para Pessoas com Deficiência	José Francisco Chicon Maria das Graças Carvalho Silva Sá

**Centro de Educação Física e Desportos (CEFD)**

Projeto	Coordenador
O esporte é delas: abordagens sobre o ensino dos esportes coletivos	Mariana Zuaneti Martins

Centro de Educação (CE)

Projeto	Coordenador
Curso de formação de professores para elaboração de atividades investigativas no ensino de ciências	Mirian do Amaral Jonis Silva
Currículo, formação e planejamento docente no contexto em tela	Larissa Ferreira Rodrigues Gomes
Metodologias Ativas na educação e a cultura digital	Larissa Ferreira Rodrigues Gomes
Grupo de Estudos PET LIC online – live “O Estado avaliador e os testes padronizados”	João Porto
Clube de leitura de obras literárias que tematizam pestes, epidemias ou pandemias	Maria Amélia Dalvi
Live: Diálogos sobre financiamento da educação na atualidade e suas repercussões na educação especial	Mariangela Lima de Almeida
A educação no contexto da pandemia do Estado do Espírito Santo: As escolas estão preparadas para o retorno presencial?	Gilda Cardoso De Araujo
Arte e Tecnologia no Ensino das Artes Visuais	Margarete Sacht Goes
Ciclo de debates do HISTEDBR	Rodrigo Sarruge Molina



Centro Tecnológico (CT)	
Projeto	Coordenador
CT UFES no combate à COVID-19	Marcelo Eduardo Vieira
Segatto	
Logística Humanitária	Patrícia Alcântara Cardoso
Manufatura de equipamento de proteção individual	CT
Desenvolvimento de uma câmara de desinfecção com radiação UV-C – Covidkiller	CT
Manutenção de equipamentos hospitalares	Anselmo Frizera Neto

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci)	
Projeto	Coordenador
Festival Universitário Virtual Culturalmente.	Jefferson Tonini
Webnário Diálogos Afirmativos “O cotidiano das mulheres em tempos de pandemia”	Suellen Carvalho Eleotério

Pró-Reitoria de Extensão (Proex)	
Projeto	Coordenador
Ciência ao vivo – Ufes*	Laércio Ferracioli
Museu de Ciências da Vida	Athelson Stefanon Bittencourt
ProEx Em Foco – Live: A Ufes no Contexto da Pandemia	Cláudia Rangel



Secretaria de Cultura (Secult)	
Projeto	Coordenador
Projeto Arte na Rede: propostas educativas em exposições virtuais da Gaeu	Gaeu
Memória do Teatro Capixaba	Secretaria de Cultura

Biblioteca Central (BC)	
Projeto	Coordenador
Diretório Webinars	Morgana Carneiro de Andrade

Laboratório de Pesquisas sobre Violência contra a Mulher (LAPVIM)	
Projeto	Coordenador
Live: Isolamento social e letalidade da COVID-19 na população preta e pobre	LAPVIM

Lembramos que os objetivos descritos na versão preliminar do Plano de Contingência enviada aos centros de ensino para discussão e apresentação de contribuições foram os seguintes:

1. Valer-se da extensão como veículo de combate às desigualdades sociais, ampliando-se ainda mais a política de abertura de editais específicos para o combate à pandemia;
2. Propor, a partir do conhecimento gerado no contexto da pandemia, ações de extensão relevantes para a sociedade associadas ao combate à COVID-19;
3. Propor ações de divulgação e de projetos de extensão que sejam factíveis em contexto de isolamento social; e



4. Ampliar a participação da sociedade na Ufes em eventos on-line ou presenciais (quando autorizados) que divulguem as diversas ações empreendidas durante a pandemia e o isolamento social.

A partir desses objetivos, os planos de contingência advindos dos centros de ensino da Ufes explicitaram a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, destacando que as ações de extensão devem ser pensadas com o objetivo de resgatar o sentido da universidade pública, de qualidade, gratuita, presencial, socialmente referenciada, e que a instituição deve valer-se da extensão como veículo de combate às desigualdades sociais.

Com essa perspectiva de que as ações de extensão devem ser mantidas em todas as fases de implementação indicadas no item 3.1.2, foram sugeridas novas iniciativas futuras, dentre elas:

- validar as atividades de extensão desenvolvidas pelos estudantes como atividades complementares em seus cursos;
- promover campanhas de doação de equipamentos de informática para os estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica;
- ofertar curso de extensão ou disciplina optativa interprofissional sobre capacitação em biossegurança e de caráter obrigatório para a comunidade acadêmica do Centro de Ciências da Saúde (Núcleo de Educação Interprofissional e Prática Colaborativa – NEIPC);
- manter e ampliar a produção de álcool em gel e de solução alcoólica a 70%;
- elaborar materiais (cartaz, folder, vídeo, podcast) com orientações para as comunidades acadêmica e externa, testes diagnósticos e capacitação de pessoal da área da saúde no enfrentamento da COVID-19;
- utilizar o sensor RFID para controle de equipamentos médico-hospitalares;
- utilizar modelagem matemática da transmissão do coronavírus;
- produzir um vídeo institucional explicando os cuidados que devem ser tomados



durante a pandemia e os protocolos de biossegurança dentro dos campi;

- incentivar ações de divulgação de material científico sobre medidas econômicas relacionadas à pandemia;
- criar cursos, projetos de consultas/consultorias de forma remota, estimulando, inclusive, cursos lato sensu;
- lançar novas chamadas para projetos de extensão por meio de processos simplificados, dando publicidade aos trabalhos elaborados pela Ufes relacionados aos efeitos da pandemia;
- criar projetos de pesquisa e de extensão, utilizando preferencialmente estruturas já existentes, como grupos de Programa de Educação Tutorial (PET) e empresas juniores;
- criar grupo de monitoramento das condições de professores e alunos durante todas as fases da pandemia;
- estabelecer projetos de extensão em parceria com os setores público e privado;
- identificar demandas sociais a serem atendidas por meio dos projetos de extensão;
- promover ações de treinamento e capacitação de docentes e discentes para o uso de ferramentas tecnológicas de extensão;
- implementar a "Universidade de Campanha", por meio de acordos para doação por parte de empresas de tecnologia ou telecomunicações de artefatos tecnológicos e planos de internet para estudo de soluções de ensino a distância, assim como estabelecendo parcerias com associações locais e Secretarias de Educação Estadual e Municipais para realização de inclusão e educação digital; e
- implementar uma programação on-line ativa, de forma a estabelecer e construir relações com a comunidade externa, oferecendo visibilidade à produção artística produzida pelos alunos e professores da Ufes.

A realização de diversas atividades de extensão de modo presencial nos campi da Ufes vai requerer a garantia de segurança para prevenir o contágio e a disseminação da



COVID-19, como ressaltado pelo Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), cujas práticas de atividade física requerem o contato próximo dos usuários dos seus projetos de extensão. Igualmente, os atendimentos ao público nas clínicas/setores da área da saúde (Nutrição, Farmácia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Odontologia etc.) e do Hospital Veterinário irão requerer medidas severas de biossegurança para o seu retorno presencial.

Como medida de contenção da disseminação da COVID-19, o Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) propõe testes em massa na comunidade acadêmica e identificação dos contaminados sintomáticos e assintomáticos. Quando o resultado for positivo, essas pessoas deverão ser isoladas de outras e seus contatos recentes serão rastreados, por exemplo, por meio de QR Code, para que possam ser testados e também isolados.

Em qualquer que seja a fase de evolução da pandemia, que determine a suspensão total das atividades presenciais ou o retorno à “normalidade”, a extensão cumpre seu papel de integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Os planos de contingência apresentados pelos centros de ensino da Ufes evidenciaram claramente esse compromisso na diversidade de ações desenvolvidas, mesmo durante a suspensão total das atividades presenciais, e as apontadas como sugestões de trabalhos futuros. Ficou ressaltada a importância de novos editais de extensão pela Proex e com possibilidades de integração entre as equipes que atuam em áreas de mesma natureza, visando à otimização e à padronização das suas ações para que possam ampliar o seu alcance no enfrentamento da pandemia.

5 PROPORÇÕES DE PESQUISA VINCULADAS À COVID-19

Incentivar a realização de pesquisas, no âmbito da graduação e pós-graduação, sobre temas relacionados à pandemia (CCJE).



Na versão preliminar do Plano de Contingência elaborado pelo GT COVID-19 encaminhado aos centros e às demais unidades da Ufes, foram apresentadas as seguintes sugestões:

- 1 Propor ações de pesquisas relacionadas à COVID-19 no âmbito dos laboratórios, do Hucam e dos programas de pós-graduação da Ufes;
- 2 Propor a priorização de recursos financeiros da Ufes, de agências de fomento (Fapes) e de instituições parceiras para desenvolvimento de pesquisa, tradução e publicação de artigos/comunicações científicas relacionadas à COVID-19;
- 3 Incentivar a disponibilização de equipamentos e de servidores para a testagem do coronavírus; e
- 4 Propor a priorização de recursos financeiros para a manutenção de equipamentos necessários à testagem do coronavírus.

Após análise das contribuições recebidas dos centros de ensino e das demais unidades da Ufes relacionadas a ações de pesquisa vinculadas à COVID-19, descrevemos, a seguir, as principais sugestões apresentadas. Grande parte delas já estava compreendida dentre as ações previstas pelo GT.

- 1) Propor ações de pesquisas relacionadas à COVID-19 no âmbito dos laboratórios, do Hucam e dos programas de pós-graduação da Ufes;
- 2) Apoiar e fortalecer as pesquisas em desenvolvimento;
- 3) Incentivar ações de elaboração de material científico sobre medidas socioeconômicas relacionadas à pandemia;
- 4) Criar programa de tradução/revisão de artigos científicos em inglês; e
- 5) Dar ampla divulgação das pesquisas produzidas.

Em 27 de abril de 2020, a Ufes, por meio de ação conjunta da PRPPG e da Proex, publicou a Chamada de Propostas de Projetos e Ações de Pesquisa, Inovação e Extensão para o combate à COVID-19, incluindo serviços tecnológicos, que visem ao desenvolvi-



mento de ações para o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus e suas consequências, de quaisquer tipos, modalidades e áreas de conhecimento. No momento, a Ufes comunicou que iria envidar esforços para a disponibilização de financiamento, bem como para a construção de redes colaborativas internas e externas, com o objetivo de viabilizar as propostas aprovadas. No dia 15 de maio de 2020, foi divulgado o resultado final da chamada, sendo aprovados, ao todo, 28 projetos, sendo 14 de extensão e 14 de pesquisa e inovação. Estes últimos apoiam pesquisas de diversos centros da Ufes e somam o valor de R\$ 345.530,28, conforme detalhado na Tabela 4.

Tabela 4 – Chamada de Propostas de Projetos e Ações de Pesquisa, Inovação e Extensão para o combate à COVID-19

Proponente	Título da proposta	Setor	Valor aprovado (R\$)
Alessandro José Queiroz Sarnaglia	Avaliação dos efeitos da pandemia de COVID-19 por meio de aplicativo de smartphone	Departamento de Estatística (CCE)	10.123,00
Ananias Francisco Dias Júnior	O uso da biomassa como fonte de calor no âmbito doméstico aumenta a vulnerabilidade e letalidade das pessoas contagiadas pela COVID-19.	Departamento de Ciências Florestais e da Madeira - (CCAIE)	44.000,00
Carolina Loyola Prest Ferrugini	Avaliação da exposição ao SARS-COV2 entre colaboradores da maternidade do Hucam	Unidade Materno-Infantil Hucam/Ufes-E-BSERH	17.044,00
Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro	Desenvolvimento de um sistema para minimização de impactos provocados pelo coronavírus ou outros agentes patogênicos em ambientes odontológicos	Departamento de Química (CCE)	50.000,00
Fabricia Benda de Oliveira	Simulação de contaminação e áreas de maior vulnerabilidade social para o Espírito Santo (Brasil) em meio à pandemia por COVID-19	Departamento de Geologia (CCENS)	12.000,00
Flávia Batista Portugal	Saúde mental dos estudantes de enfermagem em período de pandemia de COVID-19	Departamento de Enfermagem (CCS)	8.727,20



Proponente	Título da proposta	Setor	Valor aprovado (R\$)
Gracielle Ferreira Andrade	Desenvolvimento de géis antissépticos com agentes espessantes alternativos aplicados ao combate à disseminação do coronavírus	Departamento de Ciências da Saúde (Ceunes)	2.772,08
Jairo Pinto de Oliveira	Desenvolvimento de sistema de detecção ultrasensível e em tempo real para SARS-CoV2 baseado em SERS Portátil	Departamento de Morfologia (CCS)	65.000,00
Marcio Solino Pessoa	COVID-19: uma análise etiológica e estatística	Departamento de Ciências Naturais (Ceunes)	3.500,00
Margareth Atianezi Bracet	Concepções, vivências e práticas dos estudantes da saúde durante a pandemia da COVID-19	Departamento de Fonoaudiologia (CCS)	3.000,00
Neide Aparecida Tosato Boldrini	COVID-19 e complicações obstétricas	Departamento de Ginecologia e Obstetrícia (CCS)	47.844,00
Rafael Moura Coelho Pecly Wolter	A lógica das mensagens sobre a COVID-19: boatos, fake news e informação	Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento (CCHN)	6.500,00
Regina de Pinho Keller	Padronização de metodologia para detecção de Sars-CoV-2 em amostras ambientais	Departamento de Engenharia Ambiental (CT)	74.000,00
Thiago Nascimento do Prado	Observatório Raça/Cor: impactos da COVID-19 na população negra do Espírito Santo	Departamento de Enfermagem (CCS)	1.020,00
Total aprovado			345.530,28

Fonte: <http://www.prppg.ufes.br/conteudo/ufes-divulga-resultado-final-de-chamada-de-propostas-de-projetos-e-aco-es-que-visem-ao>



A Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), por sua vez, lançou o Edital nº 3/2020 – Avaliação da demanda induzida – COVID-19, que tem como objetivo apoiar financeiramente o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica, tecnológicos e/ou de inovação (CT&I) voltados ao enfrentamento à pandemia da COVID-19 com ações efetivas e inovadoras, novas, em curso ou em início de atividade, visando ao enfrentamento e à mitigação dos danos causados pela enfermidade na saúde da população, estimulando a busca de procedimentos eficazes no combate à pandemia no Espírito Santo. O referido edital previa três chamadas e um banco de projetos, que poderia ser atendido mediante disponibilidade financeira. Ao todo, a Ufes foi contemplada com 16 projetos aprovados, englobando diferentes setores da Universidade, somando R\$ 1.526.040,00. A Tabela 5 apresenta detalhadamente os valores individuais de cada projeto.

Tabela 5 – Chamada de Propostas de Projetos e Ações de Pesquisa, Inovação e Extensão para o combate à COVID-19

Proponente	Título da proposta	Setor	Valor aprovado (R\$)
Marco Cesar Cunegundes Guimarães	Desenvolvimento de teste imunocromatografico rápido para detecção de anticorpos IgA anti-SARS-COV-2	Ufes – Vitória	105.100,00
Valerio Garrone Barauna	Uso da espectroscopia de infravermelho como um método de diagnóstico da COVID-19	Ufes – Vitória	119.300,00
Michel Picanço Oliveira	Desenvolvimento de metodologia de produção de máscaras de proteção utilizando nanocelulose	Ufes – Alegre	55.000,00
Edson Theodoro dos Santos Neto	Observatório de Saúde na Mídia no Combate à COVID-19	Ufes – Vitória	89.850,00
Daniel Claudio de Oliveira Gomes	Células citotóxicas como precursoras da patogênese da COVID-19	Ufes – Vitória	105.130,00



Proponente	Título da proposta	Setor	Valor aprovado (R\$)
Fabiana Pinheiro Ramos	Ajudando casais a se vincularem durante a pandemia de COVID-19: uma intervenção baseada no modelo consciência, coragem e amor	Ufes – Vitória	9.320,00
Liliana Cruz Spano	Vigilância epidemiológica e ambiental de SARS-CoV-2 na Região Metropolitana de Vitória-ES	Ufes – Vitória	99.000,00
Fabricia Benda de Oliveira	Mapas diários de risco de contaminação por COVID-19 para o Espírito Santo e a incerteza associada ao risco	Ufes – Alegre	100.320,00
Jairo Pinto de Oliveira	Desenvolvimento de sistema de detecção ultrasensível e em tempo real para SARS-CoV2 baseado em SERS Portátil	Ufes – Vitória	117.000,00
Servio Tulio Alves Cassini	Avaliação de SARS-COV-2 em águas residuárias e estabelecimento de sistemas de divulgação de dados	Ufes – Vitória	118.920,00
Sandra Lúcia Ventorin Von Zeidler	Adaptação do Manejo do Câncer de Cabeça e Pescoço em tempos de COVID-19	Ufes – Vitória	105.500,00
Maria Lúcia Teixeira Garcia	A saúde mental dos empreendedores das favelas em tempos de pandemia	Ufes – Vitória	69.160,00
Vagner Tebaldi de Queiroz	Síntese e avaliação de compostos N-heterocíclicos e seus complexos de inclusão como potentes agentes antivirais contra SARS CoV-2	Ufes – Alegre	108.440,00
Valdemar Lacerda Jr.	Medidas Profiláticas no Enfrentamento da COVID-19 Usando Glicerina Oriunda do Processo de Biodiesel	Departamento de Química – Ufes	102.800,00



Proponente	Título da proposta	Setor	Valor aprovado (R\$)
Heberth de Paula	Obtenção de derivados do Remdesivir como novos potenciais inibidores da principal protease (Mpro) do SARS-CoV-2: do planejamento ao ensaio pré-clínico	Ufes – Alegre	121.000,00
Arnaldo Gomes Leal Junior	Rede de emote em fibras ópticas para monitoramento emote de pacientes	Ufes – Vitória	100.200,00
Total Aprovado			1.526.040,00

Fonte: https://fapes.es.gov.br/Media/fapes/Importacao/Arquivos/EditaisResultados/Edital_FAPES_03-2020_Covid-19_Projetos-Contratados_08jul2020.pdf

Já a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio de uma ação para fomentar atividades de pesquisas de enfrentamento à COVID-19 nas instituições, criou, no final de abril de 2020, um programa chamado Ações Emergenciais e concedeu 22 bolsas (13 de mestrado e 9 de doutorado) à Ufes, abrangendo os seguintes programas de pós-graduação: Doenças Infecciosas, Ciências Fisiológicas, Saúde Coletiva, Biotecnologia, Química e Engenharia Elétrica, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Quantidade de bolsas da Capes (Ação Emergencial)

Programa	Bolsa de mestrado	Bolsa de doutorado	Total
Doenças Infecciosas	4	2	6
Ciências Fisiológicas	2	2	4
Saúde Coletiva	4	2	6
Biotecnologia	1	1	2
Química	1	1	2



Programa	Bolsa de mestrado	Bolsa de doutorado	Total
Engenharia Elétrica	1	1	2
Total	13	9	22

Fonte: SAPPG-PRPPG/UFES.

Ainda com relação ao financiamento de pesquisas para o enfrentamento da COVID-19, o professor José Geraldo Mill (CCS) aprovou um importante projeto na Chamada MCTIC/CNPq/FNDCT/MS/SCTIE/Decit nº 7/2020 – Pesquisas para enfrentamento da COVID-19, suas consequências e outras síndromes respiratórias agudas graves.

Entendendo a relevância e a importância dos resultados que serão gerados pelas diferentes ações de fomento à pesquisa apresentadas e, por consequência, a necessidade de sua publicação à comunidade por meio de periódicos científicos internacionais, a PRPPG/Ufes está com um processo de licitação para contratação de uma empresa especializada em tradução e revisão da língua inglesa. A expectativa é que, no mês de agosto, o processo licitatório esteja encerrado e a empresa contratada, para poder dar início ao atendimento das demandas.

A Superintendência de Comunicação da Ufes ficará responsável por traçar um plano para dar ampla divulgação à comunidade, em especial, a capixaba, mostrando em detalhes as contribuições sobre o enfrentamento à COVID-19.

Com relação às atividades de pesquisa, os laboratórios devem identificar as atividades essenciais e o que pode ser reduzido/suspenso. Idealmente, experimentos de longo prazo não devem ser iniciados nesse momento. O foco deve ser nas atividades que não podem ser interrompidas, como abastecimento de nitrogênio líquido e biotérios. Somente os próprios laboratórios serão capazes de identificar o que é essencial e não passível de interrupção. Deve-se seguir fielmente as determinações expressas no Plano de Biossegurança da Ufes, com a anuência do orientador e da coordenação do laboratório.



6 PROPOR FORMAS DE REORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS EM FACE DE CONTINGÊNCIAS (EM ELABORAÇÃO):

Valemo-nos, aqui, de uma contribuição advinda do Centro Universitário Norte do Espírito Santo:

Em todos os questionários, observamos respostas muito preocupadas com a possibilidade de retorno presencial quando o país ainda apresenta taxa crescente de contaminados e aumento do número de mortos. Muitos servidores afirmam se sentirem vulneráveis e inseguros para o retorno às atividades presenciais e relatam estarem apresentando um bom resultado geral nas atividades realizadas remotamente, considerando este o meio mais seguro para o exercício das atividades laborais no momento. Vale ressaltar que o bom resultado mencionado diz respeito, principalmente, às atividades administrativas.

O excerto acima exemplifica preocupação existente em todas as unidades administrativas e centros de ensino da Universidade. É notório o receio (justificado) de nossa comunidade de servidores técnicos e docentes em relação à retomada das atividades presenciais, ainda mais quando o número de óbitos e infecções decorrentes da COVID-19 tem crescido consideravelmente no país, como vimos no cenário traçado no início deste Plano. A enquete realizada pelo Grupo de Trabalho com os servidores técnicos indica que 84% são contrários à retomada das atividades presenciais no atual contexto.

Nesse contexto, como forma de proteção dos servidores da Ufes, e buscando reduzir os impactos e prejuízos ao cumprimento de nossa missão institucional em contexto tão desfavorável, o Plano define a adoção do que se convencionou denominar de trabalho remoto. Em termos jurídicos, apresentamos arrazoado que fornece base legal a essa forma de organização do trabalho:

- Decreto nº 1.590/1995, art. 5º: “§ 6º Em situações especiais em que os resultados possam ser efetivamente mensuráveis, o Ministro de Estado poderá autorizar a unidade administrativa a realizar programa de gestão, cujo teor e acompanha-



mento trimestral deverão ser publicados no Diário Oficial da União, ficando os servidores envolvidos dispensados do controle de assiduidade”.

- Instrução Normativa nº 1, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, publicado no DOU em 3 de setembro de 2018, que estabelece orientação, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) relativos à implementação de Programa de Gestão, de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995. Segundo manifestação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) enviada a este GT, a Universidade constituiu uma comissão por meio da Portaria do Reitor nº 119/2019, que realizou estudos acerca das condições e dos critérios de implementação do Programa de Gestão na Ufes, o que consta do processo nº 23068.087702/2018-48. Já há relatório final da comissão e proposta de regulamentação para institucionalização do Programa de Gestão.

Em que pese a existência da regulamentação citada, com a declaração da emergência em saúde pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus, o Ministério da Economia (ME) publicou as Instruções Normativas (IN) nos 19, 20, 21 e 27, que tratam do trabalho remoto e orientam os órgãos a mantê-lo como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Assim: i) a IN nº 1/2018-MP foi alterada pela IN nº 44/2020-ME, autorizando o trabalho remoto nos casos de Programa de Gestão autorizado pelo ME, também para gestores cujas equipes estejam todas em trabalho remoto; e ii) no dia 23 de junho de 2020, o Ministério da Economia divulgou o Comunicado nº 1/2020 que trata da organização do trabalho seguro em tempos de COVID-19, por meio do qual orienta os órgãos acerca da reorganização do trabalho e das medidas de segurança, mas ressalta que, conforme a IN nº 19, de 12 de março de 2020, os órgãos possuem autonomia para conduzir o processo de organização das atividades presenciais bem como pela opção ou manutenção do trabalho remoto.

Se, por um lado, o trabalho remoto possui o condão de mitigar a exposição de nossa força de trabalho à infecção pelo novo coronavírus, por outro, evidentemente, coloca desafios, tais como acesso a equipamentos, conexão à internet e ergonomia, acúmulo de tarefas domésticas, acompanhamento de filhos em idade escolar ou de idosos, por exemplo. Porém, de uma maneira geral, desde o dia 17 de março de 2020, as atividades



administrativas, embora prejudicadas no atual contexto, não sofreram interrupções, o que se explica pela grande dedicação de nosso corpo técnico e também pela existência de ferramentas institucionais que possibilitaram o trabalho remoto, o que atesta a viabilidade dessa forma de organização do trabalho administrativo nas distintas fases do Plano de Contingência. Exemplificando, segundo a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), desde o início do isolamento social, foram realizadas mais de 190 mil tramitações processuais na Ufes, como também a criação de mais de 10 mil documentos avulsos e processos digitais.

Existindo as condições jurídicas para a implementação do trabalho remoto, passemos às condições organizacionais. Recomenda-se a reconversão (empréstimo) dos equipamentos (desktops, notebooks e outros) das secretarias e unidades administrativas à utilização dos servidores em suas residências. Tal medida, que já vem sendo praticada por algumas unidades, visa atenuar o déficit, eventualmente existente, de equipamentos por parte dos servidores técnicos. Assim, o Plano de Contingência indica a utilização do Termo de Responsabilidade (encaminhado via protocolo ou correspondência eletrônica) a ser assinado pelo servidor e pela chefia, conforme anexo do Ofício Circular da Progep nº 3/2020, para mediar o empréstimo de equipamentos aos técnicos. Mesma prática deve ser realizada, caso necessário, em relação ao mobiliário, igualando-se, nesse quesito, as condições de realização do trabalho remoto às condições outrora existentes no trabalho presencial. Recomenda-se também que a Progep, com o auxílio dos centros de ensino, organize oficinas de ginástica laboral, postura adequada, ou mesmo de melhor organização e montagem do espaço de trabalho em casa. Sugere-se ainda a existência de intervalos a cada hora de trabalho desenvolvida remotamente.

Em relação ao acesso à internet para desenvolvimento de trabalho remoto, os dados da enquete realizada pelo Grupo de Trabalho com os técnicos indicam que a quase totalidade dos respondentes possui acesso a serviço de dados. Cerca de 20% dos servidores técnico-administrativos responderam à enquete, número compatível com a média histórica de participação da categoria. Contudo, caso existam situações nas quais o servidor técnico não possua acesso a pacote de dados que suporte a utilização dos sistemas da Ufes, que isso seja levado à ciência da chefia imediata para replanejamento de tarefas, a serem operacionalizadas por telefone, aplicativos de mensagens ou por via epistolar. Inevitavelmente, a chefia de cada setor, com o apoio da Progep, deverá fazer um balanço da força de trabalho sob sua gestão e de suas potencialidades de acesso durante as fases previstas para este Plano de Contingência, definindo, a partir das



especificidades de cada unidade, por exemplo, na fase de trabalhadores administrativos híbridos, as equipes que desempenharão o trabalho remoto e as equipes que desempenharão trabalho presencial. A definição dessas especificidades foge à capacidade do GT neste momento, sendo necessário que cada setor busque organizar e flexibilizar a sua força de trabalho para o melhor desempenho possível de suas funções.

Ao grupo de servidores técnicos da Ufes pertencentes ao quadro de funções que não desempenham atividades administrativas, de acordo com especificidade do cargo, recomenda-se que realizem cursos de capacitação profissional nas Fases 0, 1 e 2, tal como veremos a seguir.

Passemos, agora, à análise dos subitens presentes no esboço do Plano de Contingência.

6.1 Desenvolver, com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) e com a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas (Progep), ferramentas de trabalho remoto

Nesse item, a instituição vale-se de estrutura tecnológica já existente, tais como o Sistema de Protocolo (Lepisma), Portais Administrativos e demais sistemas existentes no âmbito da gestão federal. Contudo, conforme as sugestões encaminhadas pelas unidades e pelos centros de ensino, faz-se necessária a criação, por parte da Progep, com o suporte da STI, de um canal de comunicação aberto e imediato para suporte das atividades administrativas, bem como a difusão de instruções acerca do acesso remoto por meio do VPN (Virtual Private Network), visando à habilitação de equipamentos e à segurança das informações.

Deve-se também ampliar os canais de comunicação eletrônicos oficiais da Ufes, tais como o “mensageiro instantâneo” com recursos de texto, áudio e vídeo devidamente operacionais nas páginas dos setores administrativos de modo a permitir a realização do atendimento a distância pelos técnicos-administrativos. Tal demanda pode ser exemplificada pela pesquisa realizada pelo GT-CCHN com os servidores, que apontou: “Para a maior parte dos servidores, quase 90% [...], a nova realidade de trabalho remoto é uma experiência que foi pouco vivenciada ou não vivenciada profissionalmente, o que requer da administração maior suporte técnico e de capacitação dos TAEs em relação a essa nova realidade de trabalho²⁷”

27 Relatório produzido pelo Grupo de Trabalho – CCHN, página 20. Tal documento, na íntegra, está disponível em: <https://nuvem.ufes.br/index.php/s/ZTcPBAsAbHaimjJ>.



6.2 Definir, em função dos níveis de isolamento, metodologias que garantam o distanciamento social nos termos encaminhados pelo COE

Como abordado anteriormente, as manifestações dos setores administrativos da Ufes, dos centros de ensino e da sociedade civil organizada indicam a dificuldade e os riscos da retomada das atividades administrativas presenciais, neste momento, para a saúde de nossos servidores técnicos e docentes. Tal perspectiva também foi refletida pela enquete realizada com o segmento dos técnicos-administrativos, de modo que este Grupo de Trabalho recomenda que as atividades administrativas sigam as fases do Plano de Contingência expostas na Figura 17, implementando-se o trabalho remoto nas Fases 1 e 2 (excetuando-se bibliotecas na fase 2), a ser paulatinamente substituído pelo trabalho híbrido em regime de escalas (Fase 3), pelo trabalho presencial com controle de riscos (Fase 4) e, finalmente, pelo trabalho presencial (Fase 5), quando os parâmetros definidos pelo COE permitirem.

É sabido que a evolução do novo coronavírus e de suas formas de infecção podem adquirir feições ainda imprevisíveis, ao que se resguarda, neste Plano, a possibilidade de retroceder às fases definidas, vide setas em sentido contrário, cujos parâmetros serão definidos pelo COE. Essas fases não se aplicarão aos servidores técnicos lotados no Hucam, visto que atenderão protocolos de segurança e organização do trabalho próprios às especificidades daquela unidade. As fases estão especificadas a seguir:

- **Fase 0** – Preparação: será elaborado o Plano de Contingência, bem como o levantamento das unidades em relação a equipamentos e a definição pelos setores de metodologia de trabalho remoto.
- **Fase 1** – Atividades administrativas remotas: as atividades administrativas serão desenvolvidas única e exclusivamente em formato remoto, considerando os riscos de infecção aos servidores.
- **Fase 2** – Atividades administrativas remotas com a flexibilização de utilização de espaços das bibliotecas (vide diretrizes e plano de reabertura pós-quarentena da pandemia de COVID-19 do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes): as atividades administrativas permanecem em formato remoto, contudo os usuários terão ac-



so aos serviços das bibliotecas, desde que fielmente cumpridos os protocolos de biossegurança. É imperativa a disponibilização de equipamentos de proteção individual aos servidores que retornarem às atividades presenciais neste momento, sendo vedada, nesta fase, a definição da modalidade presencial aos portadores de comorbidade e pessoas com deficiência. O atendimento ao usuário que não esteja fazendo uso de máscara é terminantemente proibido. Visando reduzir a circulação de pessoas pelos campi e pelas cidades, os setores terão o expediente presencial de seis horas diárias, em turno único executado ininterruptamente, fugindo-se, assim, de horário de pico pela manhã e ao final da tarde (sugerimos o horário das 10 às 16 horas), sendo o restante da jornada realizada de maneira remota ou compensada mediante realização de cursos de capacitação. Deve-se praticar o revezamento entre as equipes que executarão a jornada de trabalho presencial de seis horas diárias e as equipes que executarão o trabalho remoto. Deve-se evitar a realização de refeições em restaurantes/cantinas existentes na Ufes e em seu entorno ou a prática de horários de descanso intrajornada, reduzindo-se a circulação de pessoas nestes espaços para evitar aglomerações.

- **Fase 3** – Atividades administrativas híbridas: haverá a convivência entre as atividades executadas remotamente e as executadas presencialmente em todos os setores administrativos da Ufes. Os setores deverão promover revezamento entre os servidores para garantir os parâmetros de distanciamento físico definidos pelo COE, e, como veremos adiante, os setores deverão receber as devidas adaptações em sua infraestrutura física. Os atendimentos deverão ocorrer preferencialmente por agendamento, evitando-se aglomerações. É imperativa a disponibilização de equipamentos de proteção individual a todos os servidores, sendo vedado o trabalho presencial aos portadores de comorbidade e pessoas com deficiência. O atendimento ao usuário que não esteja fazendo uso de máscara é terminantemente proibido. Visando reduzir a circulação de pessoas pelos campi e pelas cidades, os setores terão expediente presencial de seis horas diárias, entre 10 e 16 horas, sendo o restante da jornada realizada de maneira remota ou compensada mediante realização de cursos de capacitação. As bibliotecas e os centros de ensino que possuem cursos noturnos, deverão manter, adicionalmente, atividades presenciais entre 18 e 21 horas, realizando-se a limpeza de desinfecção do espaço entre os horários de funcionamento do setor nesta modalidade. Sugere-se fortemente o revezamento



entre as equipes que executarão a jornada de trabalho presencial e as equipes que executarão o trabalho remoto. Deve-se evitar a realização de refeições em restaurantes/cantinas existentes na Ufes e em seu entorno ou a prática de horários de descanso intrajornada, reduzindo-se a circulação de pessoas neste espaço para evitar aglomerações.

- **Fase 4** – Atividades presenciais com o controle de riscos: o trabalho remoto será encerrado, praticando-se o trabalho presencial, obedecendo-se os controles de riscos definidos pelo COE. O atendimento ao usuário que não esteja fazendo uso de máscara é terminantemente proibido. Neste momento, retoma-se a jornada de trabalho presencial de oito horas diárias (ou de 30 horas semanais para os servidores em jornada flexibilizada).
- **Fase 5** – Atividades presenciais: retorno, se possível, às condições pré-pandemia.

Em relação ao controle de frequência dos servidores técnico-administrativos, considerando a necessidade de flexibilização para a execução do trabalho remoto, muitas vezes compartilhado com outros afazeres domésticos e cuidados familiares, o Plano de Contingência indica que, nas Fases 0, 1, 2, 3 e 4, sejam abolidos quaisquer controles de frequência de natureza biométrica. Deve-se estabelecer que os servidores em trabalho remoto atestem sua frequência²⁸ mediante inserção no SREF do registro de ocorrências conforme orientação da Progep e apresentem um relatório mensal de atividades, cujo modelo deverá ser disponibilizado por aquela Pró-Reitoria, a ser atestado pela chefia imediata, em procedimento similar ao hoje praticado com os docentes.

A Progep deverá encaminhar ao Conselho Universitário as sugestões das alterações pertinentes à Resolução CUn nº 7/2020, para viabilizar tal implementação. Aos servidores que realizarem trabalho presencial nas Fases 2, 3 e 4, deverá desenvolver-se sistema de registro de frequência por meio eletrônico (login e senha única) ou manual (registro de ocorrência manual), visando reduzir os riscos de infecção pelo novo coronavírus, retornando-se à utilização do Ponto Eletrônico Biométrico apenas na Fase 5.

28 “Contudo, a expansão do trabalho remoto, não pode, em hipótese alguma, gerar perda de eficiência por parte do serviço público, razão pela qual deve ser considerada a necessidade de acompanhamento da força de trabalho por parte das chefias nessa modalidade de exercício da função pública”. Cf: Portaria nº 15.543, de 2 de julho de 2020. Divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-15.543-de-2-de-julho-de-2020-265057591>. Acesso em: 6 de julho de 2020.



6.3 Promover a formação de gestores e de técnicos-administrativos em Educação visando à utilização de ferramentas de trabalho remoto

Aqui, faz-se necessário que a Progep, por meio da Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas (DDP), promova cursos e tutoriais para capacitação dos servidores técnicos, em parceria com a Sead. É fundamental que a DDP proceda ao levantamento das demandas de capacitação atinentes ao trabalho remoto. Em formato suplementar, há ainda capacitação em trabalho remoto oferecida pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), bem como as capacitações previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) 2020 da Ufes, muitas das quais deverão sofrer alteração de prioridades em função do contexto da pandemia.

6.4 Replanejar os afastamentos de capacitação previstos para servidores docentes e técnico-administrativos

Considerando a impossibilidade de afastamentos para capacitação no contexto da pandemia, encaminhamos aos departamentos de ensino e às unidades administrativas a orientação de que seja efetivado o replanejamento para outro momento dos afastamentos previstos para o ano de 2020, sem prejuízo para os docentes e técnicos-administrativos.

7 PROPOR ORGANIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS QUE VISEM À PREVENÇÃO DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS, A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO – SUPEC (EM ELABORAÇÃO):

Acreditamos ainda que, por constituirmos o Centro de Educação, cabe-nos elaborar modos para que os sujeitos façam das orientações, em caso de retorno das atividades presenciais, um hábito diário. Nossa indicação é a elaboração de campanhas educativas com toda nossa comunidade, incluindo as famílias do CEI Criarte. Pensamos que, se as recomendações forem seguidas, não só no interior da Ufes, mas em



nossas vidas privadas, é provável que consigamos manter a Universidade como espaço potencialmente seguro, onde as atividades só poderão ser retomadas presencialmente quando for o momento certo e indicado pelas autoridades sanitárias competentes. Por outro lado, a grande dificuldade é a utilização dos espaços disponíveis considerando o número de estudantes que circulam no Centro de Educação diariamente (Centro de Educação).

As unidades administrativas e os centros de ensino foram unânimes em indicar a importância fundamental do estabelecimento de uma política de comunicação voltada exclusivamente para o combate à pandemia, ao que este Plano de Contingência indica à Supec a definição de um Plano de Comunicação, com vistas a: i) divulgar as medidas necessárias a serem adotadas no aspecto sanitário em ambiente domiciliar, em cada uma das fases previstas neste Plano de Contingência; ii) divulgar as ações administrativas empreendidas pela Ufes e a forma de organização das atividades em todas as fases da contingência; e iii) promover a divulgação das ações de pesquisa, de extensão e de relevância da instituição em momento tão adverso.

Conforme afirmado pela Superintendência de Comunicação em seu conjunto de sugestões encaminhadas a este GT, a Ufes tem alto impacto social, pois é a maior instituição pública de ensino de graduação e de pós-graduação do estado. Por mobilizar diariamente cerca de 30 mil pessoas, entre estudantes de diversas regiões do país, professores, técnicos-administrativos e público externo, exerce grande influência na prevenção da doença, sendo fundamental compatibilizar o seu funcionamento num contexto ainda desconhecido de evolução da COVID-19: vivemos uma situação de crise, de caráter inédito, trazendo insegurança e alto potencial de desorientação social.

Assim, a Supec, setor responsável pela comunicação institucional, deve ser eficiente tanto em nível estratégico quanto operacional e contribuir com a produção de ações destinadas a garantir a segurança de nossa comunidade. Hoje, mais do que nunca, informação de qualidade e no tempo adequado é indispensável para a preservação da vida, já que a gestão dos riscos de disseminação da COVID-19 exige a mobilização de cada indivíduo e a adoção de novos hábitos de proteção. Adicionalmente, é necessário fortalecer o engajamento de toda a comunidade universitária na implementação de soluções para os rumos da instituição, a fim de que ela cumpra seu papel social mesmo numa situação de grande e excepcional alteração das rotinas sociais. A busca de alter-



nativas de funcionamento da Universidade deve ser compartilhada pela maioria dos seus integrantes neste momento de crise sanitária.

As atividades de comunicação promovidas pela Supec são realizadas de forma contínua e abarcam atividades de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, produção audiovisual, produção de conteúdo para mídias digitais, de divulgação científica, institucional e de conteúdos radiofônicos (para a Rádio Universitária e podcasts). A Superintendência se utiliza de mídias mantidas e geridas pela própria Ufes, a exemplo do portal ufes.br e da TV Ufes e dos seus perfis em redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter e Linkedim). Também conta com a parceria da Rádio Universitária e se vale de comunicações diretas com os três segmentos da comunidade universitária por correio eletrônico.

A Supec também conta com a atuação de veículos de comunicação jornalísticos locais e nacionais com os quais desenvolve relações de parceria visando à divulgação de conteúdos de interesse da comunidade universitária. Neste período de isolamento social devido à COVID-19, observou-se que a presença da Ufes nesses veículos de comunicação foi intensificada em razão da importância dos seus projetos de pesquisa e de extensão, que têm contribuído para a compreensão e o enfrentamento à pandemia. Assim, a Superintendência deverá ser ainda mais importante no atual contexto para a consecução dos objetivos que se seguem.

7.1 Propor campanhas de valorização da Ufes e de seus serviços, dos docentes, dos técnicos-administrativos e dos estudantes, com ênfase na visibilidade das ações específicas sobre a COVID-19

Conforme pudemos observar nos itens 3.4 e 3.5, a Ufes tem desenvolvido uma série de projetos de extensão e de pesquisa relacionados ao novo coronavírus e à COVID-19. A divulgação desses trabalhos já está em curso, por meio de diversas ações de comunicação, dentre as quais a criação do site coronavirus.ufes.br, informações em redes sociais, promoção de mostra de vídeos sobre projetos de pesquisa e de extensão da Ufes (na TV Ufes e nas suas mídias sociais) e atualização contínua de informações sobre as decisões e procedimentos da Ufes nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão. São previstas novas ações à medida que forem definidos os próximos passos para a retomada das atividades de ensino.



Outras unidades e grupos de pesquisa e de extensão também se mobilizam para promover as atividades da Universidade, como a Proex, que tem divulgado os projetos a ela vinculados em redes sociais, especialmente no Instagram e no Facebook. Verifica-se, ainda, neste período de pandemia, um sem número de lives e transmissões de webconferências promovidas por grupos e núcleos de pesquisa e extensão e grupos PET, revelando o intenso potencial institucional de comunicação. Contudo, ainda é necessária a promoção de novas iniciativas de comunicação para ampliar a divulgação desses conteúdos e obter maior alcance.

7.2 Propor ações de prevenção e de conscientização sobre a necessidade de distanciamento social

Neste objetivo, será fundamental a produção de companhas educativas voltadas para a comunidade universitária, a fim de incentivar a adoção de hábitos, comportamentos e rotinas voltados para a prevenção da COVID-19, com comunicação clara e eficaz em cada uma das fases de implementação deste Plano de Contingência. Também deve-se considerar a necessidade de criação de campanhas destinadas a públicos, demandas ou segmentos específicos da comunidade universitária, além de campanhas de incentivo e envolvimento das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que constituem este Plano (exemplo: projeto de inclusão digital).

A Supec também deverá atuar na divulgação de cada uma das etapas deste Plano de Contingência, recorrendo a todos os seus canais disponíveis e por meio de divulgação na mídia (jornais, portais jornalísticos, rádios e TVs) dos municípios e áreas de influência da Ufes. Considerando que cada fase do plano é indicada por uma cor, é importante que seja criada metodologia de comunicação na qual se indique, em todos os expedientes e canais, a fase de implementação em que a instituição se encontra. Também será fundamental divulgar, com bastante antecedência, as alterações de fases, seja em sentido progressivo ou regressivo, visto que, infelizmente, poderemos envolver em situações de novas “ondas” de infecção pelo novo coronavírus ou devido ao cumprimento inadequado das medidas de proteção social.

Considerando as fases de implementação 2, 3 e 4, será fundamental a criação de comunicação visual destinada à sinalização indicativa e informativa nos ambientes presenciais. Conforme indicaram vários centros de ensino, devem ser criadas peças informativas (cartazes e folhetos impressos) a serem afixadas/disponibilizadas nos locais



de atendimento ao público, nas salas de aula e nos espaços de ampla circulação de pessoas, indicando a localização de itens de limpeza e higienização e informando sobre as normas de higiene e comportamentos necessários neste contexto (uso de máscaras, higienização constante das mãos, manutenção do distanciamento e demais ações pertinentes).

Em parceria com a Superintendência de Infraestrutura (SI), será necessário que a Supec contribua para o desenvolvimento de material destinado à sinalização espacial, visando informar, orientar e reforçar a necessidade de manter o distanciamento mínimo de 1,5 metro entre as pessoas definido no Plano de Biossegurança. São recomendados: adesivos para isolamento de carteiras, linhas demarcatórias para definição do espaço de circulação do professor, indicações de acesso a dispensadores de álcool 70%, demarcações de “não ultrapasse” para os casos de setores de atendimento ao público, demarcação de posicionamento de pessoas em filas e distanciamento de mesas e cadeiras em espaços como os restaurantes universitários e as bibliotecas.

7.3 Recomendar a construção de sistema de comunicação (aplicativo) que propicie imediato abastecimento de itens de higiene pessoal e execução de serviços de limpeza nos espaços da Ufes

Será fundamental, neste momento, que a Ufes conte novamente com a costumeira colaboração de seu público usuário na preservação dos espaços e na conservação de sua limpeza nas Fases 2, 3, 4 e 5 de implementação deste Plano. Assim, deve-se estabelecer campanha educativa para ampliar a colaboração, a fim de manter a integridade dos itens que serão instalados, conforme previsão do item 3.8, nos espaços da instituição (salas de aula e, especialmente, banheiros).

Em parceria com a Superintendência de Tecnologia da Informação, recomenda-se o desenvolvimento de um sistema de comunicação (aplicativo, QR code ou outro), no qual o usuário, ao detectar eventual desabastecimento nos banheiros, rapidamente possa informar ao setor responsável para imediata reposição, ação que deve ser acompanhada pela definição de alguma arte ou cartaz reforçando a ação.

De uma maneira geral, a equipe de Comunicação da Ufes deverá estar atenta às possibilidades criadas pelas tecnologias digitais propondo parcerias com outras unidades da instituição, visando intensificar a interação remota com a comunidade e ampliar



a participação de todos nos canais disponibilizados, bem como potencializar as estratégias desenvolvidas pela Superintendência de Infraestrutura, pela Superintendência de Tecnologia da Informação ou pela Administração Central.

Em relação ao item 3.7.4, que versa sobre a utilização da logomarca da Ufes em EPIs adquiridos pela instituição, será discutido, no item 3.9.4, a vinculação dessa ação de divulgação da marca Ufes em projetos de extensão e de pesquisa a serem desenvolvidos.

Por fim, reitera-se a importância fundamental da Comunicação neste momento, com o objetivo de reforçar laços de solidariedade e de identificação dos estudantes e servidores com a Ufes no difícil contexto da pandemia, como, por exemplo, uma acolhida orientativa por parte das lideranças acadêmicas quando das fases presenciais de implementação do Plano de Contingência.

8 PROPOR AÇÕES RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA FÍSICA AO FIM DO ISOLAMENTO SOCIAL

O retorno às atividades presenciais exigirá oferecimento de ambiente seguro para a comunidade universitária, o que incluirá a intensificação de serviço de limpeza e assepsia dos ambientes, instalações de dispositivos e o provimento de insumos e EPIs que garantam as práticas diárias do departamento. Além das medidas descritas no Plano de Biossegurança, que exigirão a instalação de dispensadores de álcool gel, sabonete líquido, toalhas de papel, e álcool 70°, destacaram-se nos trabalhos da comissão os desafios para a garantia das medidas sanitárias e de higiene aplicadas às dinâmicas das aulas práticas, que envolvam a manipulação de instrumentos e equipamentos pelos discentes.

Esse excerto, extraído da contribuição do Centro de Artes, exprime a preocupação da comunidade acadêmica com os cuidados necessários ao retorno presencial das atividades, previsto para a Fase 3 do presente plano.



A transmissão do SARS-CoV-2, segundo o Ministério da Saúde (2020), “acontece de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo por meio de: toque do aperto de mão; gotículas de saliva; espirro; tosse; catarro; objetos ou superfícies contaminadas, como celulares, mesas, maçanetas, teclados de computador etc²⁹”.

Depreende-se, portanto, que as únicas formas de evitar a doença são manter o distanciamento social (adotado 1,5 metro conforme recomendação do COE) e garantir a ventilação dos ambientes e a higienização dos objetos e ambientes. Logo, esses são os princípios que devem nortear as ações a serem tomadas visando à adequação das instalações físicas da Universidade.

Para minimizar as possibilidades de transmissão do vírus relacionadas com o ambiente universitário, a proposta é dividir as ações de prevenção em quatro eixos principais:

- Melhorias na circulação de ar e ventilação dos ambientes e obras de adaptação;
- Limpeza e desinfecção dos espaços;
- Demarcação e instalação de barreiras físicas nos espaços; e
- Controle de pragas.

As ações relacionadas à infraestrutura física em geral exigem contratações que, por sua vez, demandam muitas vezes um tempo excessivo, mas necessário para o atendimento à legislação. O período de contratações estará concentrado especialmente nas Fases 0 e 1 deste Plano de Contingência, que são as fases que não preveem nenhum tipo de presença física nos ambientes dos diversos campi. É também o momento para a criação de grupos de trabalho nos centros e nos demais setores, os quais planejarão a retomada presencial, que se dará a partir da Fase 2, com o acesso controlado dos alunos às bibliotecas, além da volta das atividades presenciais de seus servidores técnicos, observando-se as determinações previstas no Plano de Biossegurança.

A seguir, vamos analisar os subitens relativos à infraestrutura física da Ufes no presente Plano de Contingência.

29 Ministério da Saúde. Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 1 jul. 2020.



8.1 Sugerir adequação de espaços de ampla circulação (Biblioteca Central e Bibliotecas Setoriais, Restaurantes Universitários, Teatro Universitário, Cine Metrôpoles e demais auditórios da Ufes)

A retomada das atividades presenciais nas bibliotecas, Central e Setoriais, dar-se-á na Fase 2. Para tanto, serão necessárias diversas intervenções prévias, tanto nos espaços de atendimento ao público como nos locais de acervo.

Em geral, deverá ser garantida a ventilação natural dos espaços com a abertura das janelas existentes. Quando a abertura não for suficiente, devem ser providenciados ventiladores e exaustores em quantidade suficiente para a ampla circulação de ar nos ambientes. Especificamente para as bibliotecas, deve ser verificada pelo COE e especificada no Plano de Biossegurança a questão dos ambientes de acervo sem janelas, onde será necessária a climatização com ar-condicionado.

Para os guichês, deverão ser providenciadas proteções de acrílico, fazendo separação entre o usuário e o servidor técnico-administrativo, pois o próprio Grupo de Trabalho da Biblioteca define que “devoluções serão exclusivamente na entrada principal da biblioteca em balcão ou guichê de atendimento com proteção em acrílico ou estrutura de vidro dividindo os ambientes”. O Plano apresentado por aquele GT apresenta detalhadamente como se dará o atendimento, que se iniciará na Fase 2.

Em relação aos espaços de ampla circulação, deverá ser providenciada marcação no chão para definição do distanciamento entre as pessoas que estiverem em fila para o atendimento.

A liberação para a realização de eventos no Teatro Universitário, no Cine Metrôpolis e em auditórios deverá ocorrer somente na Fase 5, quando, enfim, as atividades retornarão à fase anterior à pandemia.

Em relação aos restaurantes, é fundamental a implantação de um sistema informatizado que permitirá o agendamento das refeições (no caso da opção presencial) ou da sua retirada (marmitex) a partir da Fase 3. Com esse sistema, associado com um maior controle de acesso ao local, será possível evitar aglomerações e minimizar os riscos nesses locais e o desperdício de alimentos. Também é recomendado pela Diretoria de Gestão dos Restaurantes (DGR) uma alternância nos horários de intervalos de aula, per-



mitindo revezamento na utilização dos restaurantes. Os postos de atendimento também deverão dispor de proteções de acrílico, bem como de marcações no chão para as filas de acesso.

8.2 Sugerir a promoção de adequações em espaços de ampla circulação destinados às atividades físicas (aulas e práticas esportivas), tais como ginásio, salas de luta e de dança, vestiários, entre outros

Em relação aos locais utilizados para a prática desportiva, há necessidade de verificação da existência de janelas. Segundo o próprio CEFD, “[...] temos as salas de ginástica, dança, lutas que são construções antigas em que as janelas são altas e fechadas. Nesse caso, apenas as portas podem ficar abertas e, talvez, a ventilação fique aquém do indicado”. Portanto, emerge a necessidade da interação com a Superintendência de Infraestrutura, que deverá identificar esses locais e prover as obras necessárias para garantir a ventilação para retorno das atividades já nas Fases 3 e 4.

Adicionalmente, devem ser previstas marcações no chão para definir o distanciamento entre as pessoas na distribuição espacial nos espaços das práticas esportivas e também nos laboratórios.

8.3 Sugerir formas de organização das salas de aula e dos laboratórios de aulas práticas visando à garantia do nível de distanciamento social determinado pelo COE

O retorno às salas de aula é anseio de toda a comunidade universitária, desde os alunos até os professores e técnicos-administrativos em Educação. No entanto, essa volta somente será possível quando forem atingidos os requisitos de biossegurança para se adentrar à Fase 3 deste Plano.

Como prevenção para o contágio da COVID-19, a ventilação dos ambientes de ensino é parte fundamental desse processo de retorno, e as janelas devem ter garantida a abertura mínima para que haja fluidez na circulação de ar das salas de aula e das salas de professores. Conforme a contribuição do Centro Tecnológico (CT): “Reformar as salas de aulas dos edifícios IC1, IC2, IC3, IC4, CT1 e CT2 para aproveitar a estrutura de ventilação original que foi “abandonada” ao longo dos anos: trocar o cobogó na entrada da laje falsa por janelas basculantes de alumínio e vidro; limpar rigorosamente o vão da laje falsa que serve de saída de ventilação; instalar exaustores de passagem reversíveis



para acelerar o fluxo de ar na saída da laje falsa, criando uma 'pressão negativa' que aumentará a ventilação das salas; reformar as janelas dos prédios citados, recuperando sua funcionalidade ou trocando-as por esquadrias de alumínio”.

A partir do início da década de 2000, houve uma tendência em toda a Ufes de instalação de ar-condicionado nas salas de aula, e muitas janelas, em especial com esquadrias de madeira, foram lacradas para impedir que fossem abertas, o que ocorreu com os prédios citados pelo documento do CT. Recomenda-se, então, que elas sejam trocadas por esquadrias de alumínio, com garantia de ampla abertura.

O sistema de sinalização nas salas de aula será primordial. Tanto para demarcação da área de circulação do professor, como das carteiras que permanecerão interditadas para uso dos alunos. Em cada sala de aula, a área para circulação do professor será delimitada por meio de marcação no chão. Recomenda-se uma distância de 1 metro em relação ao quadro. Deverá haver, no chão, um adesivo em linha nessa faixa, pois, a partir dessa marca, o primeiro aluno de cada fila estará a 1,5 metro de distância, devendo o professor evitar ultrapassá-la.

O desafio da distribuição de carteiras nas salas de aula será enorme. Alguns estudos preliminares demonstraram que, dependendo do formato da sala, pode-se perder até 60% dos postos de estudo, ao se prever o distanciamento mínimo de 1,5 metro recomendado pelo Plano de Biossegurança da Ufes. Em que pesem todos os estudos realizados, existe ainda um agravante prático, que é o fato de que todas as salas, em geral, têm as suas carteiras já posicionadas internamente e não há um local para armazenamento das carteiras excedentes ao espaçamento preconizado.

No sentido da largura da sala, deverão ser dispostas quantas filas forem possíveis de modo que a distância entre eixos das filas seja, no mínimo, de 1,5 metro. Os postos de estudo (carteiras que poderão ser utilizadas) deverão estar também a 1,5 metro de distância na própria fila. Considerando-se que todas as carteiras permanecerão dentro das salas, algumas delas deverão, portanto, ser isoladas com adesivos próprios, informando sobre sua interdição para uso. Para carteiras comuns, em geral, a disposição se dará inutilizando-se duas carteiras consecutivas em cada fileira e utilizando-se a terceira.



No caso dos laboratórios, será necessário avaliar os espaçamentos, e, da mesma forma, a Superintendência de Infraestrutura deverá disponibilizar a adesivagem de interdição das cadeiras que não deverão ser utilizadas, mantendo-se o espaçamento de 1,5 metro. Nos laboratórios de informática, deve ser previsto o mesmo sistema de interdição de cadeiras. Em geral, será necessário “pular” uma cadeira para que não fique uma pessoa ao lado da outra.

8.4 Propor a instalação de dispensadores para papel toalha, sabonete líquido e álcool em gel, como também de higienizadores para os pés nas entradas dos ambientes e de barreiras de testagem

A limpeza dos espaços físicos será fundamental para as Fases 2, 3, 4 e 5. A disponibilização de álcool em gel em todos os espaços é fundamental. Para os laboratórios de informática, que são comuns em todos os centros e cursos, o documento do CT sugere:

Emballar teclados de uso comunitário com filme-PVC para facilitar sua limpeza com álcool 70%, frequentemente (frequência depende da quantidade de usuários: 1x por dia até 1 x por dia). Cada usuário deve limpar (ele mesmo) mesas onde se encontram os computadores e outros equipamentos de uso comum, assim como mouses e teclados preferencialmente envoltos com filme-PVC) com álcool 70% no início e no final do uso.

Já o documento do Ceunes sugere a “instalação de projetores fixos nas salas de aula, evitando a manipulação desses objetos, além da instalação de dispensadores de álcool a 70% nos corredores”. Aquele Centro também demonstra preocupação com os bebedouros: “Vedação das torneiras de ‘esguicho’ dos bebedouros, possibilitando aos usuários somente as que permitem encher os vasilhames”. Em resumo, todos os objetos de uso comum deverão ser isolados ou protegidos com filme. Essa definição irá partir do próprio centro de ensino.

Cada prédio deverá contar com tapetes pedilúvios sanitizantes em sua entrada, sendo providenciada a renovação diária da solução de água sanitária. Além disso, deverá ser providenciada limpeza mais frequente nos banheiros e vestiários, com treinamento adequado dos funcionários, bem como disponibilização de EPIs para garantir sua segurança. As barreiras de testagem, em relação tanto à qualificação quanto à quantificação, deverão ser objeto de definição do COE no Plano de Biossegurança.



8.5 Sugerir alterações de layout de espaços administrativos visando à garantia do nível de distanciamento social determinado pelo COE

Os setores administrativos da Ufes podem ser subdivididos em áreas de serviço apenas interno e áreas de atendimento ao público. Nas áreas de serviço apenas interno, a atenção especial deve ser dada à questão da ventilação e ao espaçamento entre os postos de trabalho (de no mínimo 1,5 metro). Onde não for possível esse espaçamento, deve ser previsto revezamento em turnos de trabalho. A disponibilização de dispensadores com álcool gel e de pontos para lavagem de mãos que possuam sabão e papel toalha é fundamental. Os tapetes pedilúvios sanitizantes na entrada dos prédios também devem ser disponibilizados, com renovação diária da água sanitária.

Em relação ao atendimento ao público, além de todos os cuidados anteriores, deve ser criado um sistema de agendamento de horário em todos os setores, para evitar as aglomerações. Em casos em que não for possível, deve ser feita a marcação no chão do posicionamento das filas, respeitando-se o espaçamento de 1,5 metro. Devem ser instalados painéis de acrílico em todos os guichês de atendimento, evitando o contato direto com o público externo.

8.6 Empreender especial atenção aos espaços universitários mais diretamente ligados à área da saúde, considerando a maior incidência de contaminação

A infraestrutura dos espaços ligados à área da saúde merece a máxima atenção da Administração Central, dado o acréscimo de riscos com a exposição ao SARS-CoV2. Isso é decorrente do aumento de circulação de pessoas/pacientes que frequentam outros espaços de saúde e que realizam locomoção intermunicipal. No documento do CCS, é citada a preocupação com os ambulatórios, laboratórios, banheiros, tanto de pacientes como de docentes, técnicos-administrativos e estudantes, e demais áreas de convivência. Pontua-se, então, a necessidade de reorganização e replanejamento dos ambientes de espera e circulação das comunidades interna e externa.

Para a área de saúde, valem todos os cuidados anteriores (3.8.1 a 3.8.5), mas, especificamente no CCS, há uma grande preocupação quanto aos ambientes com produção de aerossóis, o que demanda cuidados específicos. Portanto, devem ser seguidas as recomendados para ambientes de serviços de saúde. A preocupação maior se dá em relação ao distanciamento social nos atendimentos, com sabida dificuldade para se



manter o espaçamento de 1,5 metro entre docentes, técnicos, discentes e pacientes. O sistema de ventilação, climatização e limpeza é de fundamental importância, pois deve ser eficiente para conter a disseminação do vírus e de demais contaminantes.

No anexo 1 da contribuição do CCS (Instituto de Odontologia – Ioufes), é possível se verificar uma grande preocupação com a adequação dos espaços físicos de atendimento ao público em Odontologia, e que pode ser replicado aos demais cursos e disciplinas ligadas à área da saúde:

Para práticas odontológicas e hospitais em áreas (potencialmente) afetadas pela COVID-19, protocolos rígidos e eficazes de controle de infecções são urgentemente necessários. Uma vez que grande parte dos procedimentos realizados pelos dentistas são geradores de aerossóis, agravado pelo fato das clínicas odontológicas da Ufes possuírem várias cadeiras no mesmo ambiente, o risco de contaminação aumenta sobremaneira. A adequação das clínicas e ambulatórios será fundamental para garantir e preservar a saúde dos professores, funcionários, alunos e pacientes que por ali transitam.

Ressalta-se, ainda, a necessidade das adequações de ventilação nos consultórios, de redimensionamento dos atendimentos e de garantia de higienização e desinfecção do chão e de superfícies desses locais após a saída de cada paciente. É importante destacar que muitos dos consultórios não apresentam janelas, e a refrigeração é realizada por meio de ar-condicionado. Dessa forma, torna-se imprescindível um serviço de higienização periódico desses equipamentos. Somando-se a isso, há a necessidade de adequação de janelas com a colocação de película de controle solar, uma vez a utilização de ventilação natural sem essa ferramenta de proteção contra o calor tornará o ambiente insalubre. Tais preocupações devem ser direcionadas também para todos os espaços destinados às áreas de clínicas escolas, tais como de Nutrição, Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Farmácia.



9 PROPOR REPLANEJAMENTO DE COMPRAS, DE REVISÃO DE CONTRATOS E DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (AÇÕES EM CURSO)

Ressaltamos que uma atenção especial deve ser dada aos ambulatórios devido ao atendimento de pacientes, estabelecendo-se protocolos de limpeza e biossegurança junto aos terceirizados em consonância com os docentes, TAEs e estudantes. Esta atenção em especial decorre das especificidades dos cursos da área da saúde que necessitam de grande parte de prática presencial (entre alunos e paciente, em ambientes de alto risco como ambulatórios e hospitais) para formação de um profissional de qualidade. Isto difere de outros cursos, como os da área de exatas e humanas, onde a prática presencial não é tão imprescindível. Assim, medidas de biossegurança devem ser priorizadas no CCS para viabilizar o retorno das nossas atividades (CCS).

Tal como exemplificado em epígrafe retirada das contribuições encaminhadas pelo Centro de Ciências da Saúde, a limpeza dos ambientes da Ufes constitui uma preocupação unânime entre todas as unidades administrativas e os centros de ensino. Há de se reconhecer que a percepção dos usuários é amplamente negativa em relação a essa questão, devido aos contingenciamentos orçamentários ocorridos em 2019. Outros contratos de prestação de serviços também sofreram contingenciamentos significativos, tais como os de manutenção predial e manutenção de aparelhos de ar-condicionado, por exemplo. Para o ano de 2020, a título de exemplificação, o limite de contratação para o contrato de limpeza é de 6 milhões de reais para os campi de Goiabeiras e de Maruípe, 1,08 milhão de reais para o campus de Alegre e R\$ 920.000,00 para o campus de São Mateus (PROAD/UFES, 2020). A comunidade destacou ainda a necessidade de novas contratações como também de aquisições de bens e serviços indispensáveis ao funcionamento da Ufes durante a pandemia, para a qual deverão ser revertidos os recursos de custeio.

Assim, são muitas as tarefas de contratações e aquisições impostas à instituição neste momento, aqui entendidas como necessidades estruturantes às fases de implementação já indicadas no item 3.1.2. Lá, podemos observar que as ações de limpeza e melhorias de infraestrutura física e tecnológica, como também a política de inclusão



digital, perpassam todos os momentos constituintes deste Plano de Contingência. Passemos agora aos objetivos presentes em versão preliminar sobre os quais as unidades e centros de ensino se debruçaram.

9.1 Em possível retorno às atividades presenciais, antecipar e dinamizar processos de aquisição por parte da Ufes com vistas a garantir distribuição de insumos de proteção (EPI e produtos para higienização)³⁰

Uma preocupação apontada pelas unidades administrativas e pelos centros de ensino está relacionada aos processos de aquisição por parte da Ufes. Conforme já praticado pela instituição e preconizado em lei, deve-se dar ampla divulgação e transparência a todas as ações de aquisição, como também, já na Fase 0, dar início à compra de EPIs e à contratação de prestação de serviços fundamentais ao retorno, quando possível, das atividades presenciais na Ufes. Em termos de gestão de risco, deve-se estar atento aos processos licitatórios, registros de preços e eventuais dispensas, pois, sendo certames complexos e que demandam tempo, é fundamental que a Administração Central se antecipe e inclua essas ações na fase de preparação à implementação deste Plano de Contingência, e observe também a qualidade dos itens adquiridos, mediante criteriosa especificação técnica.

Deve-se garantir a aquisição e a distribuição de EPIs a toda a comunidade acadêmica, considerando as especificidades dos setores e observando-se atentamente as necessidades das áreas de maior risco de infecção pelo novo coronavírus (áreas vinculadas à saúde e ampla circulação de pessoas, tais como RU e bibliotecas). Conforme visto no item 3.8, será necessária uma reorganização do espaço com demarcação de segurança e a instalação de dispensadores para álcool 70% e sabonete líquido em diversos espaços, como também uma manutenção/limpeza mais acurada dos aparelhos sanitários. Em relação à distribuição, operação certamente complexa, será necessária, como vimos anteriormente, a definição de uma estratégia de comunicação pela Supec que permita a distribuição dos itens adquiridos de modo que a ação institucional alcance a todos. Nesse processo, as direções de centro serão fundamentais no dimensionamento de suas demandas. Em relação à distribuição, deve-se pensar uma acurada

³⁰ Foram fundidos aqui os objetivos 9.1 e 9.2 da versão preliminar do Plano de Contingência, a saber: 9.1. Em possível retorno às atividades presenciais, antecipar e dinamizar processos de aquisição por parte da Ufes; 9.2. Garantir a aquisição e a distribuição de insumos de proteção (EPI e produtos para higienização), como também a desinfecção dos espaços da Ufes.



forma de gestão da operação de reabastecimento dos setores de EPIs e itens de limpeza, evitando-se o desabastecimento.

Será necessário que a Diretoria de Materiais e Patrimônio da Pró-Reitoria de Administração (DMP/Proad), em conjunto com as unidades e os centros de ensino, melhore a comunicação e a gestão dos estoques (central e locais) e faça campanhas de conscientização do público usuário, pois situações de desabastecimento de salas de aula, banheiros, bibliotecas, laboratórios e áreas da saúde colocarão a comunidade em risco de infecção. Conforme visto em item anterior, deve-se criar estratégia de comunicação ágil para que o próprio usuário identifique e comunique à Administração Central ou à gestão local a ausência de algum item de segurança ou limpeza, por exemplo.

9.2 Redefinir, no âmbito do Planejamento Estratégico, as prioridades de compra e aquisição, com a celeridade que o contexto exige, a partir dos cenários estabelecidos

Os recursos disponibilizados para os processos de compra e aquisições são anualmente definidos pela instituição quando da elaboração de peça orçamentária. A partir disso, com a Lei Orçamentária Anual, dá-se início aos trâmites de aquisição, inclusive com a descentralização de recursos para as unidades, as chamadas despesas realocáveis, em metodologia definida conjuntamente pela Proad e pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan). Assim, a excepcionalidade do cenário colocado pela pandemia exigirá célere replanejamento de compras e aquisições, inclusive com o aporte de recursos oriundos de arrecadação própria. Deve-se também buscar o apoio do Governo Federal para a liberação da totalidade do orçamento da Ufes, hoje contingenciado em 40%, e a devida suplementação de recursos destinados à viabilização do retorno das atividades presenciais, notadamente a partir da Fase 3 de implementação do Plano de Contingência, colocando-se como prioridade a destinação de recursos para a disponibilização de EPIs à comunidade universitária. Se necessário, solicitar ao Ministério da Educação (MEC) autorização para manejo de rubricas de custeio para capital (ou vice-versa).

O contexto também exigirá das unidades e dos centros de ensino o replanejamento de suas estratégias, remanejando recursos anteriormente destinados a outras finalidades para a viabilização desses equipamentos de segurança. O recurso para a viabilização dos EPIs e de dados móveis necessários à viabilização das Fases 1, 2 e 3 deverá ser previsto, preferencialmente, via grupo de despesas de custeio, considerando as sérias



restrições ao investimento (capital) colocadas às instituições federais de ensino no atual cenário.

9.3 Revisar/ampliar contratos essenciais com vistas a proporcionar melhor conservação dos campi da Ufes, notadamente o de limpeza de áreas interna e externas

De início, a Administração Central deve estabelecer grupos de estudos no âmbito da gestão para a melhor contratação possível de serviços de limpeza e manutenção. Sugere-se aqui especial atenção às modalidades de áreas hospitalares e assemelhados, onde se verificam os maiores riscos de contaminação³¹. Banheiros, áreas desportivas e de ampla circulação de pessoas, tais como restaurantes, bibliotecas, teatros, auditórios, espaços administrativos e salas de aula, devem ser observados com atenção nesse estudo de contratação.

A IN nº 5, de 25 de maio de 2017³², emitida, à época, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e a IN nº 49, de 30 de junho de 2020, emitida pelo Ministério da Economia e pela Secretaria Especial de Desburocratização, indicam que a contratação de serviços de limpeza não é assunto trivial, considerando-se também que o governo federal não divulgou nenhuma mudança relacionada à forma de contratação dessa modalidade de serviço no contexto da pandemia.

Contudo, conforme indicaram as unidades administrativas e os centros de ensino, trata-se de ação fundamental por parte da Administração Central a contratação com suplementação de recursos para essa finalidade. Deve-se observar a disponibilização de serviços de limpeza para o turno noturno, considerando os setores que possuirão funcionamento à noite a partir da Fase 3, e a capacitação de pessoal terceirizado em relação às novas rotinas de limpeza e uso de EPIs a serem empreendidas, resguardando-se a saúde e a segurança desses trabalhadores.

31 “Considera-se Prestação de Serviços de limpeza, asseio e conservação predial, as atividades que visam a obter as condições adequadas de salubridade e higiene, com o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos em conformidade com os requisitos e condições previamente estabelecidos no termo de referência e/ou projeto básico”. Cf: Caderno de Logística. Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e conservação, 2014. Disponível em: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/servicos_limpeza.pdf. Acesso em: 03/07/2020.

32 Disponível em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/760-instrucao-normativa-n-05-de-25-de-maio-de-2017>.



Outra ação de contratação se refere às condições de circulação de ar e ventilação dos espaços, ao que se deve proceder estudo e contratação para serviço específico de manutenção e troca de esquadrias e janelas. Essa também foi uma das preocupações indicadas pelas unidades, além de alguma modalidade de limpeza e manutenção de aparelhos de ar-condicionado, bebedouros e filtros. A Administração Central, por meio da Superintendência de Infraestrutura, deve iniciar, nesta fase, o estudo para futura contratação de serviços de manutenção predial aliado a serviços de engenharia compatíveis com as necessidades de conservação e adaptação dos espaços físicos da Ufes. Deve-se observar ainda a necessidade de preservação e manutenção de áreas externas, visando ao controle de pragas.

Sugere-se que os documentos encaminhados pelos centros e pelas unidades a este Grupo de Trabalho sejam analisados pela Superintendência de Infraestrutura, subsidiando os itens a serem contemplados na nova contratação.

Nesta fase, também, é imperativo que se dê início à aquisição de EPIs destinados à nossa comunidade: máscaras, jalecos, luvas, protetores faciais, álcool em gel, sabonete líquido, termômetros, testes (a partir de parâmetros definidos pelo COE), entre outros³³. A comunidade indica a necessidade de aquisição de barreiras de segurança sanitárias, como a instalação de dispensadores de álcool em gel em ambulatórios, salas de aula, laboratórios e espaços administrativos. Deve-se atentar para a aquisição de papeleiras e dispensadores de sabonete líquido para todos os banheiros.

Esse processo deve levado a cabo com a intensa participação dos gestores de cada unidade, para atender a demandas específicas de casa setor. Conforme observado pela comunidade, o processo licitatório deve estar bastante atento à qualidade dos itens adquiridos, tal como destacado pelo Grupo de Trabalho do CCJE: “Deve-se ter um melhor planejamento dos processos de compra de álcool em gel, sabonetes/sabão, produtos de limpeza/desinfecção e EPIs, para garantir que os produtos sejam de qualidade e com prazo de validade considerável”.

33 Conforme sugestões apresentadas pelos cursos das áreas de saúde e biológicas: foi observado que em todos os setores e para todos os servidores são imprescindíveis a disponibilização de EPIs e material de limpeza geral e higiene pessoal para a retomada presencial. A saber, segue a relação dos materiais levantados de forma unânime: máscaras descartáveis ou tecido, máscara de proteção facial transparente (“face shield”), máscara N95 ou FFP2, óculos de proteção, álcool gel ou glicerinado a 70%, álcool líquido 70%, termômetro infravermelho (termômetro de testa), luvas cirúrgicas, luvas de procedimentos, avental com gramatura mínima de 30g/m², gorro descartável.



9.4 Indicar aquisição de equipamentos que permitam a realização de trabalho remoto

Em relação à questão da inclusão digital, é importante salientar que a Ufes tem realizado, nos últimos anos, investimentos na montagem de laboratórios de informática em diversos centros de ensino, como também em internet wireless em seus campi (rede Eduroam) e na atualização e ampliação de sua rede lógica em fibra ótica. Contudo, em função da pandemia, tem-se a necessidade de ampliar essa política no sentido de proporcionar aos estudantes o acesso a partir de sua residência, a fim de garantir o necessário isolamento social reclamado pelo contexto. Nesse sentido, é fundamental dar início a essa ampliação da política de inclusão digital, que deverá passar pelos seguintes eixos:

- i) Melhoria de infraestrutura tecnológica da instituição (plataformas, armazenamento de dados e rede). Tal medida se destina mais diretamente à STI e à Sead, no suporte às atividades didáticas, de capacitação e administrativas;
- ii) Aquisição e/ou locação de equipamentos e internet destinados aos alunos em situação socioeconômica mais vulnerável. A instituição, com o suporte já anunciado pelo Ministério da Educação, deve prover bônus de pacotes de dados de internet aos alunos assistidos da Ufes, como também, via Proaeci, lançar chamada de edital visando à cessão temporária de equipamentos a esses estudantes. Para a questão dos equipamentos, seguem as alternativas levantadas por este Plano de Contingência para serem estudadas pela Administração Central:
 - a) Aquisição de notebooks, desktops ou tablets, a depender das condições de mercado e preferências do público usuário;
 - b) Locação de equipamentos, o que levaria a instituição a não arcar com o custo de obsolescência, sendo também uma estratégia mais ágil (custeio);
 - c) Campanha para doação de equipamentos em boas condições de uso, valendo-nos da expertise do CT e da STI em possíveis reparos e manutenções; e
 - d) Reconversão: destinação de equipamentos hoje existentes na instituição (em laboratórios de informática e espaços administrativos ou aqueles subutilizados pelos professores) para os alunos assistidos.



iii) Aquisição de base de dados e e-books por parte do Sistema Integrado de Bibliotecas. Tal medida possui custo reduzido em relação à aquisição de acervo físico, sendo fundamental para a implementação de todas as fases do Plano de Contingência e após a superação da pandemia.

9.5 Buscar a viabilização de estratégias de aquisição de EPIs de baixa complexidade (máscaras) que privilegiem pequenos produtores e cooperativas locais, buscando melhor distribuição de renda na comunidade, valendo-nos de grupos PET, empresas juniores e demais núcleos de pesquisa que já possuem expertise em trabalho comunitário e economia solidária

Aqui, será muito difícil que a Ufes empreenda alguma ação de aquisição direta junto aos pequenos produtores e cooperativas locais, visto toda a burocracia e os condicionantes dos certames licitatórios, que praticamente inviabilizam a participação desses agentes. Contudo, a instituição reúne capacidade por meio de empresas juniores e grupos PET para a elaboração de projetos de extensão no âmbito da economia solidária que viabilizem a produção de EPIs de baixa complexidade (máscaras ou jalecos), franqueando aos produtores participantes desses projetos de extensão a possibilidade de utilização gratuita de logomarca da Universidade ou a liberação de espaços para a comercialização da produção em nossos campi.

Os projetos de extensão poderiam agir no sentido de dotar esses agentes de noções de organização de produção, logística, estratégias de marketing, controle de qualidade etc., fornecendo formação qualificada a microempreendedores nesse ramo de atividade. Assim, este Plano sugere que, neste item, a extensão e a pesquisa sejam utilizadas como forma de proporcionar aos pequenos produtores e às cooperativas voltadas à elaboração de EPIs alguma experiência formativa a partir da Universidade. Tal estratégia se coaduna com as ações a serem empreendidas pela Proaeci, no sentido de garantir aos estudantes em situação de maior vulnerabilidade um auxílio pecuniário para a aquisição de EPIs de baixa complexidade.

Em síntese, apresentamos, na Tabela 7, as contratações a serem efetivadas para viabilização das diferentes fases do Plano de Contingência.

**Tabela 7 – Necessidades de contratação/aquisição**

Contratação/aquisição	Objetivo	Status	Prioridade
Aquisição/locação de equipamentos e internet para estudantes	Viabilizar o Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário e Emergencial	A ser sugerido à Adm. Central	0
Aquisição de base de dados e e-books	Viabilizar o acesso dos estudantes a acervo bibliográfico	Aquisição em processo	0
Aquisição de equipamentos STI e Sead	Ação estruturante com vistas à ampliação da capacidade de processamento e ferramentas didáticas em modelo remoto	A ser sugerido à Adm. Central	0
Prestação de serviços de manutenção de bebedouros	Manutenção de equipamentos visando à segurança da comunidade universitária no contexto da pandemia	Em estudo	0
Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial	Limpeza e desinfecção de espaços da Ufes visando à segurança da comunidade universitária no contexto da pandemia	Em vigor, iniciar estudo para as condições de renovação em face de pandemia	1
Prestação de serviços de manutenção predial aliados a serviços de engenharia	Manutenção e adaptação de estrutura física da Ufes visando à segurança da comunidade universitária no contexto da pandemia	Em vigor, iniciar estudo para as condições de renovação em face de pandemia	1
Prestação de serviços de manutenção e substituição de esquadrias e janelas	Manutenção e adaptação de janelas e esquadrias de prédios da Ufes visando à segurança da comunidade universitária no contexto da pandemia	Iniciar estudo	1



Contratação/aquisição	Objetivo	Status	Prioridade
Equipamentos de Proteção Individual, testes (COE)	Aquisição de EPIs com vistas à proteção da comunidade universitária no contexto da pandemia	Aquisição em processo	1
Dispensadores (papel toalha, papel higiênico, sabão líquido e ilhas de higienização)	Aquisição de material de consumo com vistas à proteção da comunidade universitária no contexto da pandemia	Aquisição em processo	1
Prestação de serviços de manutenção de exaustores	Manutenção de equipamentos visando à segurança da comunidade universitária no contexto da pandemia	Iniciar estudo	1
Prestação de serviços de manutenção de aparelhos de ar condicionado	Manutenção de equipamentos visando à segurança da comunidade universitária no contexto da pandemia	Em vigor, iniciar estudo para as condições de renovação em face de pandemia	2
Prestação de serviços de manutenção de áreas externas e controle de pragas	Manutenção de áreas externas visando à segurança da comunidade universitária no contexto da pandemia	Iniciar estudo	3

Fonte: SI, SIB, PROAD/UFES.

As contratações/aquisições/ações expostas deverão ser implementadas observando-se as fases previstas no tópico 3.1.2 deste Plano, viabilizando-se, primeiramente, o Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário e Emergencial. Durante esta fase, a Administração Central, em movimento dialógico com as unidades e os centros de ensino, deverá dar continuidade aos estudos que subsidiarão os processos de contratação/aquisição, priorizando a viabilização da flexibilização dos espaços físicos atinentes às demais fases, ou seja, já deve empreender e antecipar as ações de manutenção, adaptação, desinfecção e limpeza nesses espaços, bem como exercer sistemática fiscalização da qualidade dos serviços prestados e dos itens adquiridos. Conforme indicado por várias



unidades e centros de ensino, é fundamental que seja dada transparência e divulgação a toda a comunidade sobre os valores, as modalidades e o alcance das contratações e aquisições relacionadas a este Plano de Contingência.

10 AMPLIAR O APOIO PSICOLÓGICO AOS ESTUDANTES E SERVIDORES (DOCENTES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO), COMO TAMBÉM AMPLIAR OS ESFORÇOS COM VISTAS À PERMANÊNCIA DURANTE E APÓS O ISOLAMENTO SOCIAL

A propósito do aspecto emocional, aliás, deve-se registrar que o humano por trás da máquina (PC, laptop, tablet, smartphone etc.) preexiste à máquina, e, na verdade, qualquer debate que não priorize o valor da integridade física, mental e emocional desses atores não seria relevante (Departamento de Letras e Línguas/CCHN).

A profunda compreensão desse cenário é fundamental e deve nortear qualquer proposta de ação para o período de contingência (Departamento de Comunicação/CAR).

Conforme apresentando nos itens anteriores do Plano de Contingência da Ufes, o retorno às atividades universitárias passará pela adoção de medidas que, até então, em diferentes graus, não faziam parte dos processos de trabalho da maior parte da comunidade universitária.

Compreendendo o impacto da pandemia na saúde mental, emocional e psicossocial, em decorrência não somente do cenário interno, mas também de um cenário externo – caracterizado pela proximidade com o adoecimento e a morte familiar, com o desemprego e com as mudanças nas rotinas familiares – entende-se que é primordial que o Plano de Contingência não esqueça a importância de manter a humanização nesses processos, uma vez que o bem-estar das pessoas, assim como o processo educativo de formação humana e profissional, perpassam por um ambiente acolhedor e saudável.



Entendendo que as consequências advindas da pandemia causada pelo novo coronavírus não se restringem apenas à suspensão das atividades acadêmicas e administrativas presenciais, mas provocam, paralela e continuamente, mudanças emocionais e mentais na comunidade universitária, os planos de contingência dos centros, em maior ou menor grau, demonstraram preocupação com a adoção de medidas institucionalizadas que buscassem preservar a saúde mental e emocional de sua comunidade: docentes, estudantes e técnicos-administrativos.

Nesse sentido, e considerando os objetivos elencados para esse item, observou-se que muitas atividades já foram realizadas durante o momento de suspensão de atividades presenciais (Fase 0), sendo os objetivos principais recuperar e reforçar a conexão entre docentes, estudantes e técnicos-administrativos. Dentre as atividades já realizadas, foram elencadas:

- Iniciativas remotas de apoio ao ensino, além de ações de extensão e de pesquisa, em caráter não avaliativo e não obrigatório;
- Serviço de atenção primária à saúde com foco em promoção de saúde por meio de acolhimento psicológico remoto breve; acolhimento psicossocial individual aos servidores técnico-administrativos e aos docentes; acolhimento por meio de aplicativos com atendimentos on-line para auxiliar nos desafios do isolamento social e do trabalho remoto; e
- Desenvolvimento de projetos de extensão, fornecendo informações sobre cuidados e enfrentamento relacionados à pandemia, oferecendo acolhimento à comunidade durante o período de isolamento social; bem como outros projetos relacionados à saúde mental do trabalhador e a práticas integrativas auxiliares para a manutenção da saúde física e mental da comunidade.

Foram elencadas ainda novas propostas para as ações relacionadas à ampliação de esforços ao apoio psicológico e com vistas à permanência durante a vigência do Plano de Contingência, sendo essas sugestões apresentadas aqui e considerando os respectivos subitens.



10.1 Incentivar a criação de redes solidárias entre os membros de nossa comunidade, voltadas, inclusive, aos estudantes e profissionais advindos de mobilidade acadêmica/internacionalização, valendo-se de serviços (Diretoria de Atenção à Saúde – DAS/Progep) e núcleos (Núcleo de Psicologia Aplicada do Centro de Ciências Humanas e Naturais – NPA/CCHN) já existentes

Em relação ao subitem 3.10.1, foi relatada pelos centros a importância de manter o vínculo institucional com o desenvolvimento de ações voltadas ao bem-estar e à manutenção e à ampliação do acolhimento psicológico à comunidade. Este último poderia ocorrer por meio de serviço remoto temporário³⁴ de atenção primária com foco em promoção de saúde ou pela busca, pelas instâncias administrativas relacionadas à assistência estudantil e gestão de pessoas da Ufes, de outras redes de apoio.

Com relação ao serviço temporário remoto, nesse período inicial de pandemia, ele já está sendo oferecido pelo Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS), no campus de Alegre. As redes podem ser buscadas nos demais departamentos que possuem, entre suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência, ações voltadas para a saúde física e mental no seu processo formativo.

O incentivo a campanhas de doação de computadores entre pessoas e empresas foi visto como estratégia de enfrentamento às dificuldades ocasionadas pelo Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário e Emergencial (Earte).

Para ações presenciais (Fases 3, 4 e 5), o Núcleo de Psicologia Aplicada do Departamento de Psicologia/CCHN reforçou a necessidade de investimento na infraestrutura para dar continuidade aos atendimentos prestados e, colaborativamente, atender as novas demandas advindas como efeito da pandemia.

Em relação aos estudantes estrangeiros e aos estudantes brasileiros da Ufes no exterior, o Plano de Contingência da Secretaria de Relações Internacionais (SRI) estipula o acompanhamento por meio do envio de e-mails frequentes, solicitando atualização so-

³⁴ Conforme relato pelo CCENS, esse tipo de serviço on-line é regulamentado pelo Conselho Federal de Psicologia por meio das Resoluções CFP nº 11/2018 e nº 4/2020.



bre a situação de saúde e das condições de vida, aulas na instituição estrangeira, bem como quanto à intenção de retorno antecipado ao Brasil ou à prorrogação da mobilidade³⁵. Quanto ao interesse do estudante em retornar para o Brasil, estabeleceu-se que a SRI apoiará os trâmites com a universidade estrangeira, bem como os procedimentos internos para reingresso no semestre letivo da Ufes.

Nesses casos, a SRI tem realizado duas ações. A primeira consiste no projeto Apoio psicológico a estudantes da Ufes em mobilidade internacional durante a pandemia de COVID-19, em parceria com o Departamento de Psicologia. O projeto prevê a oferta de apoio psicológico em meio digital por psicólogos do projeto de extensão Triagem Psicológica, atendimento esse que consiste em até quatro avaliações.

A segunda consiste na solicitação a esses estudantes de compartilhamento de depoimentos sobre sua mobilidade no contexto da pandemia, desde sua chegada, como cada país/universidade tem lidado com a pandemia, dinâmica das aulas virtuais e como estão sendo as estratégias adotadas para o período de retorno às atividades presenciais ou semipresenciais. A SRI mantém contato com os parceiros ofertantes das vagas e está atenta a mudanças no cenário internacional e específico de cada país das universidades parceiras.

Aos estudantes em mobilidade para a Ufes por programas gerenciados pela Secretaria de Relações Internacionais, estipula-se acompanhamento por meio do envio de e-mails frequentes, solicitando atualização sobre a situação dos estudantes. Disponibiliza-se também o número de celular institucional do setor, para contato imediato por WhatsApp em caso de necessidade.

10.2. Incentivar ações que mantenham o contato, mesmo que remoto, entre membros da comunidade acadêmica

A criação de espaços virtuais de escuta e acolhimento da comunidade por meio de redes sociais, de ferramentas institucionalizadas ou de espaços presenciais, nas fases já indicadas, em momento oportuno dos planos de Contingência e de Biossegurança, bem como a adoção de um canal institucionalizado de comunicação entre docente e

35 Ver documento avulso nº 23068.023932/2020-01, encaminhado pela SRI e disponível para consulta no Sistema de Protocolo da Ufes.



discente que não se restrinja somente ao Portal do Aluno, foram elencadas como estratégias que podem manter o contato entre os membros da comunidade. Tais estratégias podem, ainda, aumentar a sensação de pertencimento à Universidade, contribuindo para a manutenção da saúde psicológica de todos os envolvidos. É relatado a importância de incentivar a interação entre a comunidade por meio do desenvolvimento de atividades científico-culturais, projetos de apoio em grupo, entre outros.

10.3. Dar visibilidade às ações institucionais e aos canais de comunicação como forma de fomentar a sensação de pertencimento, mesmo em cenário tão adverso

Foi destacada a importância da veiculação das ações realizadas por meios digitais, emissoras de rádio, jornais e demais formas de comunicação digital para manter as comunidades interna e externa bem informadas, reduzir a disseminação de notícias falsas e dar visibilidade às ações institucionais, empoderando os sujeitos da comunidade universitária neste contexto adverso. A Superintendência de Comunicação da Ufes é compreendida como a instância qualificada para organizar e executar as ações de divulgação.

10.4. Ampliar os esforços institucionais com vistas à permanência de nossos estudantes, em especial aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica

Observou-se maior atenção dos centros ao subitem 3.10.4, de maneira que as propostas corroboravam com a premissa de institucionalização de políticas de acessibilidade aos recursos tecnológicos, rede de dados e dispositivos, ou seja, de acesso/inclusão digital; bem como políticas de inclusão para deficientes auditivos e visuais, fornecendo intérpretes e material legendado, e condições de acesso eficaz ao uso da tecnologia remota. Propostas de criação de “espaços campanha” para acolhimento de estudantes que não apresentam condições de permanência em domicílio e de infraestrutura tecnológica, e a institucionalização de serviço de empréstimo de recursos tecnológicos, principalmente para aqueles em situação de vulnerabilidade, foram elencadas. É importante ressaltar que essas ações devem ser desenvolvidas em consonância com as fases do Plano de Contingência.

A ampliação do apoio psicossocial aos estudantes, docentes e técnicos foi entendida como condição sine qua non para a manutenção dos processos de trabalho da Universidade, quer sejam no campo acadêmico quer sejam no campo administrativo.



Tal apoio prescinde da institucionalização de equipes de saúde mental que venham a ser responsáveis por: (1) estabelecer as medidas de prevenção; (2) acompanhar as demandas psicoemocionais por meio de diagnóstico periódico; e (3) encaminhar e /ou tratar os casos de sofrimento psíquico decorrentes da pandemia da COVID-19, quando possível. Nesse sentido, deve ser realizada, paralelamente, a triagem periódica para identificação de estudantes com dificuldades psicológicas, financeiras e familiares e com problemas de aprendizado.

Refletindo sobre o que foi apresentado pelos diferentes centros, é evidente a preocupação com o fato de que as ações de apoio psicológico não sejam de responsabilidade de instâncias isoladas, mas sim o resultado de um engajamento e esforço conjunto da Progep, da Proaeci, do Departamento de Atenção à Saúde/Progep e de departamentos relacionados, bem como o resultado de ações colaborativas entre a graduação e a pós-graduação.

O incentivo à abertura de editais para projetos de extensão e de assistência vinculados ao suporte emocional e mental da comunidade, bem como para projetos de permanência na Universidade nesse novo cenário, com previsão de bolsas de monitoria, deve ser priorizado no plano orçamentário das pró-reitorias e dos centros de ensino. Nesse sentido, esforços devem ser depreendidos pela Progep para inserir essas ações no Plano de Desenvolvimento de Pessoas, e pela Proaeci para ampliar as ações de assistência estudantil, com a criação de novos programas de bolsas de monitoria para assistir os docentes no Ensino-Aprendizagem Remoto, Temporário e Emergencial (Earte), por exemplo. Sugerimos, aqui, a retomada dos editais de bolsa PaEPE I direcionados à monitoria digital.

A necessidade de estabelecer uma política de apoio psicopedagógico aos docentes, nesse momento de novas vivências de aprendizagem, também é elencada como ponto essencial para a execução e o sucesso do Earte. O Centro de Ciências da Saúde sugere a estruturação de um núcleo permanente de inovação pedagógica para que todas as peculiaridades de ensino sejam consideradas e acompanhadas. A construção de material didático e de estratégias de ensino orientadas psicopedagogicamente é vista como ferramenta para prevenir a evasão e aumentar a permanência do estudante nas atividades oferecidas no Earte. Somando-se a isso, a sensação de acolhimento e pertencimento do docente pela Universidade auxiliaria na prevenção e na diminuição de adoecimento físico e mental.



Na Tabela 8, apresentamos um resumo das principais propostas dos diferentes centros.

Tabela 7 – Necessidades de contratação/aquisição

Propostas	Centro
Implementar política de saúde mental que possa atender a estudantes e a trabalhadores, devido ao aumento do adoecimento mental no contexto de pandemia	CCJE, CCS e CCHN
Ampliar a equipe de psicólogos e realizar triagem dos estudantes para identificar os casos com questões emocionais, dificuldades de aprendizado, financeira ou familiar, que tenham tido sua situação agravada pela pandemia	CCJE e CCHN
Implementar política de assistência estudantil emergencial para estudantes que tenham perdido bolsa de pesquisa e monitoria	CCJE
Políticas de inclusão no ensino remoto emergencial para deficientes auditivos e visuais por meio de intérpretes, legendas e tamanho de tela e fonte	CCHN
Implementar apoio psicopedagógico ao docente	CCS

Fonte: planos de contingência e conjunto de sugestões encaminhados pelos centros de ensino.

É importante salientar que muitos dos projetos/ações de extensão apresentados pelos centros e elencados no item 3.4 desse plano podem ser utilizados como esforços institucionais de ampliação ao apoio psicológico e de permanência.

Considerando a versão preliminar do Plano de Contingência da Ufes, as atividades acadêmicas e administrativas mediadas pela tecnologia virtual são as principais mudanças a serem adotadas no retorno às atividades e nos processos de trabalho da Universidade nas Fases 0, 1, 2 e 3. Dessa forma, as primeiras ações de apoio emocional e psicológico, bem como de permanência da comunidade universitária, devem estar em consonância com esse contexto. Nesse ponto, a preocupação em “enxergar o que acontece por trás das máquinas”, como elucidado pelo Departamento de Letras e Línguas do CCHN, fornecendo formação e acolhimento virtual, é essencial no sentido de prevenir adoecimento físico e mental.



Nas Fases 2, 3, 4 e 5, o retorno escalonado das atividades presenciais requererá a adoção de rotinas procedimentais que exigirão o empoderamento dos sujeitos de nossa comunidade e o seu papel ativo no processo de prevenção para minimizar a exposição ao risco. Nesse momento, a consolidação de políticas educativas e de formação, e a consolidação do Plano de Biossegurança pela Administração Central são imprescindíveis para a execução e o sucesso dessas etapas.



4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste Plano de Contingência, embora conduzida pelo Grupo de Trabalho estabelecido na Portaria nº 317, de 1º de junho de 2020, foi obra coletiva. Ao todo, foram mais de 1 mil páginas de contribuições com sugestões, críticas, esquemas, mapas, plantas de espaços físicos da Ufes, protocolos de biossegurança e diagramas, todas elas unidas por uma problemática central: como a Ufes deve funcionar durante a pandemia? Mais de 300 docentes, estudantes e técnicos-administrativos se mobilizaram em suas unidades para alimentar a discussão sobre os rumos e caminhos a serem definidos neste momento.

Contamos também com a participação de mais de 11.500 estudantes, cerca de mil professores e mais de 400 técnicos-administrativos, que prontamente colaboraram respondendo as enquetes desenvolvidas por este GT. Esses números evidenciam a magnitude do esforço de compreensão empreendido, buscando estabelecer processos de escuta à comunidade. Complementarmente, os membros do GT foram convidados a participar de inúmeras reuniões de conselhos departamentais, de câmaras departamentais, de pós-graduação e de graduação.

Somos imensamente gratos a todos os colaboradores e consideramos que o movimento dialógico estabelecido com as unidades foi fundamental para a melhor com-



preensão das necessidades, dos limites e das possibilidades de nossa instituição neste momento. Ademais, as colaborações a este GT encaminhadas serão muito úteis no futuro, no intuito de, doravante, municiar ações estruturantes a serem implementadas pela Administração Central. Certamente, o Ofício nº 12/2020, exarado pelo reitor da Ufes, Paulo Sérgio de Paula Vargas, indica o reconhecimento desse esforço, solicitando caráter perene aos grupos de trabalho das unidades administrativas, visto que reúnem saberes, práticas e percepções fundamentais à construção dos caminhos a serem adotados em cenário tão adverso.

A Figura 18 foi elaborada a partir das palavras mais recorrentes nos documentos encaminhados pelos centros de ensino, indicando as principais preocupações relativas ao contexto enfrentado pela Universidade.

Figura 18 – Nuvem de palavras a partir das contribuições dos centros de ensino da Ufes



Fonte: elaboração própria.

Evidentemente, respeitando-se a autonomia de pensamento dos cursos componentes da instituição, as contribuições foram variadas e, muitas vezes, antagônicas, impondo inúmeros desafios à elaboração deste documento. Contudo, todas as posições, de uma forma ou de outra, visam à defesa da Universidade como instituição pública relevante. Dominantemente, as opiniões registradas nos arquivos encaminhados apontam a preocupação com a inclusão digital, com o letramento digital (visto que parte significativa da comunidade não possui experiência com modalidades remotas de en-



sino-aprendizagem) e com a higienização e reestruturação dos espaços físicos quando do retorno das atividades presenciais, aspectos para os quais a Administração Central da Universidade deverá estar atenta.

Acreditamos que, a partir de agora, percorreremos sucessivas fases de implementação deste Plano de Contingência mirando a retomada das condições vivenciadas antes do dia 17 de março de 2020. Conforme indicado pelo COE-Ufes, ao que concordamos, é impossível precisar detalhadamente o momento de evolução para as fases subsequentes deste Plano de Contingência, o que será feito a partir da observação dos indicadores pertinentes aos desdobramentos dessa pandemia. É imperativo que ao COE seja atribuída a condição de comissão permanente, visto que sua contribuição será fundamental no auxílio à Administração Central e aos Conselhos Superiores na tomada de decisões. Infelizmente, dado o caráter inédito deste contexto, a comunidade deve ser alertada sobre a possibilidade de involução de fases, caso, em determinado momento futuro, perceba-se essa necessidade, visando à segurança e à preservação de nossa comunidade.

Aos Conselhos Superiores caberá, agora, a tarefa de alterar, atualizar ou criar resoluções que viabilizem o funcionamento da Ufes durante a pandemia. Questões como a implementação do Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário e Emergencial (Earte) para a graduação e a pós-graduação, o estágio obrigatório supervisionado, o direito de imagem e os direitos autorais dos professores, a flexibilização de prazos para estudantes em situação de acompanhamento, a regulamentação da realização remota de colações de grau, por exemplo, deverão ser institucionalmente equacionadas. À Administração Central, caberá a missão de empreender campanhas educativas, remanejar dotações orçamentárias e elaborar instruções normativas com vistas a organizar e informar a comunidade sobre seu funcionamento administrativo neste contexto. A Resolução CUn nº 7/2020, por exemplo, deverá sofrer alterações ou ser revogada. E a toda a comunidade universitária, caberá a tarefa de mobilização constante ante aos desafios colocados pela pandemia, que não triviais, dado o seu caráter inédito.

Ao entregarmos este Plano de Contingência à Administração Central, julgamos ter cumprido a tarefa para a qual fomos designados pelo reitor da Ufes nas Portarias nos 248, de 28 de abril de 2020, e 317, de 1º de junho de 2020.



5

REFERÊNCIAS

Business continuity planning. BCP da Universidade do Estado da Califórnia https://www.calstatela.edu/sites/default/files/groups/Environmental%20Health%20and%20Safety/pandemic_master_april_2019.pdf. Acesso em 29/04/20

Business continuity planning BCP da Yale University. <https://emergency.yale.edu/planning/business-continuity-planning>. Acesso em 29/04/20

Business continuity planning. BCP Harvard. Disponível em: <https://www.ehs.harvard.edu/programs/business-continuity>. Acesso em 29/04/20

Business continuity planning. BCP Universidade de Essex. Disponível em: <https://www.essex.ac.uk/-/media/documents/about/governance/university-of-essex-covid19-business-continuity-plan-v1.pdf>. Acesso em 29/04/20

FORDE, G.H.A; FORDE, R de P. Impactos da covid-19 na população negra capixaba: Breve Análise Comparada à Luz da Categoria Raça/Cor. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1PQcV9eoLGzQ-d9-m-So95AH0dHVHhLsY/view>. Acesso em 14/05/20.



IBGE. Indicadores Sociais. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=27613&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19. Acesso em 15/05/2020

JOHN HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE, disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em 07/07/2020.

LAPA, A; PRETTO, N. L. Educação a distância e precarização do trabalho docente. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 84, p. 79-97, nov. 2010.

MEC. Portaria n. 544 de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em 08/07/2020.

MEC. Protocolo de Biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>. Acesso em 08/07/2020.

Ministério da Saúde. Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 1 jul. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Painel Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 07/07/2020.

MP. Caderno de Logística. Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação. Disponível em: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/Arquivos-CGNOR/servicos_limpeza.pdf. Acesso em 02/07/2020

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. Os professores e sua formação. 2. Ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PAINEL COVID-19. Estado do Espírito Santo. Disponível em: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>. Acesso em 07/07/2020.

PROGEP UFES. Quadros e Informações. Disponível em: <http://progep.ufes.br/quadros-e-informacoes>. Acesso em 14/05/2020.



Regime de Tratamento Especial – UNIFEI. <https://unifei.edu.br/blog/regime-de-tratamento-excepcional-para-os-cursos-de-graduacao-presenciais/>. Acesso em 27/04/20

UFES. Contribuições dos Centros de Ensino e Unidades Administrativas da UFES. Disponíveis no Sistema de Protocolos da UFES, 2020. Documentos Avulsos n°.

23068.023890/2020-09;	23068.023893/2020-34;	23068.023900/2020-06;
23068.028084/2020-19;	23068.023881/2020-18;	23068.023878/2020-96;
23068.023896/2020-78;	23068.023898/2020-67;	23068.023906/2020-75;
23068.023907/2020-10;	23068.023908/2020-64;	23068.023914/2020-11;
23068.023915/2020-66;	23068.023917/2020-55;	23068.023922/2020-68;
23068.023925/2020-00;	23068.028077/2020-17;	23068.023927/2020-91;
23068.023932/2020-01;	23068.023937/2020-26;	23068.023942/2020-39;
23068.023900/2020-06;	23068.023920/2020-79.	23068.023901/2020-42.
23068.023797/2020-96		

UFES. Plano de biossegurança da Ufes em tempos de Covid-19. Disponível em: http://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/planobiosseguranca_classic_v2d.pdf. Acesso em 08/07/2020

UFES. Plano de contingência da Ufes em tempos de Covid-19. Disponível em: http://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/planocontingencia_v2f.pdf. Acesso em 08/07/2020.

UFES. Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019. Disponível em: http://proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/pdi_-_2015-2019_1.88mb_.pdf. Acesso em 08/07/2020.

UFRB. Plano de Contingência 2019. <https://www.ufrb.edu.br/portal/images/coronavirus/plano-contingencia-ufrb-covid19.pdf>. Acesso em 01/05/20

UFRJ. Plano de Contingência para enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (covid-19). Disponível em: <https://coronavirus.ufrj.br/wp-content/uploads/sites/5/2020/04/Plano-de-Contingencia1.pdf>. Acesso em 01/05/2020



UnB. Plano de Contingência em saúde do coronavírus para a UnB. https://noticias.unb.br/images/Noticias/2020/Documentos/Plano_de_Contigencia_Corona_Virus_UnB.pdf. Acesso em 01/05/20

WHO. Situation Report n. 169. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200707-covid-19-sitrep-169.pdf?sfvrsn=c6c69c88_2. Acesso em 07/07/2020.

**JUNTOS
CONTRA A
COVID-19**

